OceanPact Serviços Marítimos S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua São Bento, 18 -
15º e 16º andares
20090-010 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: + 55 (21) 3981-0500
Fax: + 55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
OceanPact Serviços Marítimos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OceanPact Serviços Marítimos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OceanPact Serviços Marítimos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da OceanPact Serviços Marítimos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 09 de dezembro de 2020, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que ora estão sendo reapresentadas conforme mencionado na nota explicativa nº 2.3.a (g) (b) e 2.3.b. Esse relatório de auditoria emitido nessa data considera essa reapresentação e substitui o relatório anteriormente emitido na data supracitada. Nossa opinião não contem modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de serviços prestados, afretamento e locação

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas contabilizam receitas oriundas de prestação de serviços de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente à IFRS 15), considerando as seguintes etapas: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação; e (v) reconhecimento da receita. Assim, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando (ou à medida que) as obrigações de desempenho são satisfeitas com base no estágio de conclusão do contrato.

Devido à relevância das receitas de serviços prestados para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Avaliamos o desenho dos principais controles internos relacionados ao processo de reconhecimento das receitas de serviços prestados, afretamento e locação e efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria substantivos para uma amostra de transações selecionadas, no qual concluímos sobre a ocorrência e acuracidade por intermédio de inspeção de contratos, faturas e documentos de medição da prestação de serviços emitidos pela Companhia e aprovados pelos clientes, e, quando aplicável, a liquidação financeira dos respectivos recebíveis relacionados a essas receitas reconhecidas no exercício corrente. Adicionalmente, realizamos testes substantivos de auditoria visando assegurar o adequado registro da receita de prestação de serviços, afretamento e locação no período correto pelo regime de competência (teste de "corte" da receita) analisando documentação suporte quanto à medição e ao período de execução dos serviços prestados.

Com base nos procedimentos de auditoria planejados e efetuados, consideramos os valores contabilizados relativos às receitas de serviços prestados, afretamento e locação aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Combinações de negócios

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a OceanPact Serviços Marítimos S.A. concluiu, em 4 de novembro de 2019, todas as condições previstas para a aquisição do controle acionário integral direto da investida OceanPact Geociências S.A.(anteriormente denominada Gardline Marine Sciences do Brasil S.A.), a qual atua na prestação de serviços relacionados a projetos de pesquisa marinha em águas brasileiras, bem como controle acionário integral indireto da investida OceanPact Maritime LTD. (anteriormente denominada Gardline Maritime Limited).

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição (CPC 15(R1) - Combinação de Negócios/IFRS 3 - "Business Combinations"), que requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine: a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração dos resultados auferidos na combinação de negócios. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionadas ao desempenho futuro dos negócios adquiridos e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.

Devido ao alto grau de julgamento relacionado e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse um assunto como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a leitura dos documentos que formalizaram a operação, a obtenção de evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição dos controles acionários integrais direto e indireto das investidas e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas; (ii) análise das informações financeiras das investidas diretas e indiretas adquiridas integralmente e discussão com a Administração acerca da consistência das práticas e estimativas contábeis, além do entendimento do fluxo das transações relevantes e exame dos saldos contábeis significativos da investida; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. (iv) com auxílio de nossos especialistas em modelos de valorização, analisamos as premissas e metodologia utilizadas pela Companhia, relacionadas à mensuração dos valores justos e alocações, na data da aquisição, aos ativos adquiridos e passivos assumidos; e (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em relação ao tema.

Com base nos procedimentos de auditoria planejados e efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios e suas respectivas divulgações, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas aplicadas sobre as combinações de negócios pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

OceanPact

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DOS ANOS 2017, 2018 E 2019

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2017, 2018 e 2019

A Administração da OceanPact Serviços Marítimos S.A. ("Grupo", "OceanPact" ou "Companhia"), uma Empresa brasileira que desenvolve e implanta soluções seguras, eficientes e inovadoras nas áreas de meio ambiente, serviços submarinos e apoio logístico e engenharia, apresenta o seu Relatório de Desempenho referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019, acompanhado do relatório sobre a Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, emitido pelos auditores independentes. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, estão apresentadas em Reais (R$), seguem as normas contábeis internacionais (IFRS).

Destaques

- Crescimento no resultado operacional da Companhia, com aumento de **+47,1% de receita líquida** e **+70,8% de EBITDA** em 2019 e aumento de **+76,6% de receita líquida** e **+27,9% de EBITDA** em 2018
- Adição de **7 embarcações à frota**, totalizando 20 embarcações em 31 de dezembro de 2019
- Manutenção da dívida líquida/LTM EBITDA em **3,6x**, nos exercícios de dezembro/2017 e dezembro/2019
- Aquisição em novembro de 2019 de 50% remanescente das investidas OceanPact Geociências e OceanPact Maritime (em conjunto "Geociências"), consolidando 100% das duas empresas. As duas empresas têm 2 embarcações de pesquisa (Research Vessels) com foco em serviços ambientais
- Aquisição de 100% da Servmar Serviços Ambientais, empresa focada em serviços de meio ambiente, facilities e engenharia.

1. Mensagem da Administração

Esse 3 anos de 2017 a 2019 foram marcados pelo crescimento acelerado tanto da receita líquida quanto do EBITDA. Realizamos nosso plano de crescimento orgânico com a aquisição de 7 embarcações no período, atingindo 20 embarcações ao final de 2019. Além disso, adquirimos 3 empresas nesse período, 2 em que já tínhamos participação (MMB, e Geociências) e outra empresa nova no Grupo, a Servmar.

2. Principais indicadores

Destaques Financeiros / Operacionais (em R$ milhões, exceto %)	2019	Var % 19 x 18	2018	Var % 18 x 17	2017
Receita líquida	443,2	47,1%	301,3	76,6%	170,7
EBITDA	103,6	70,8%	60,7	27,9%	47,4
Margem EBITDA	23,4%	3,3%	20,1%	-7,7%	27,8%
Dívida Bruta	425,6	56,8%	271,3	31,3%	206,7
Caixa e títulos e valores mobiliários	51,1	127,9%	22,4	-39,0%	36,8
Dívida Líquida	374,4	50,4%	248,9	46,5%	169,9
Dívida líquida /EBITDA	3,6	-11,9%	4,1	14,6%	3,6
Patrimônio Líquido	150,4	1,9%	147,6	-5,3%	155,9
Capex	80,6	76,0%	45,8	166,9%	17,2
Frota de embarcações	20	33,3%	15	7,1%	14
Colaboradores	1.739	24,8%	1.393	162,3%	531

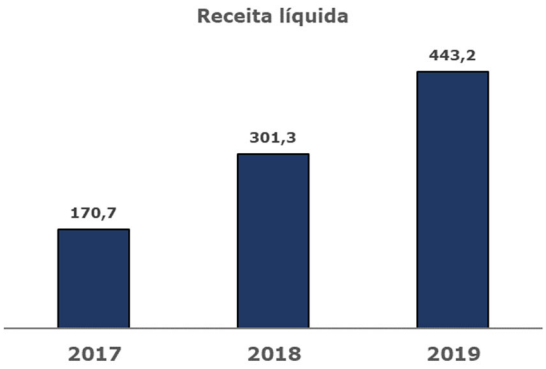
3. Receita líquida e EBITDA

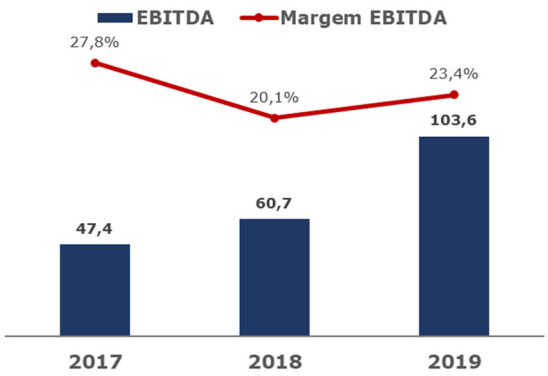
O ano de 2019 foi marcado pelo forte crescimento da Companhia, que atingiu uma receita líquida de R$ 443,2 milhões e EBITDA de R$ 103,6 milhões, crescimento de 47,1% e 70,8% respectivamente, comparado com o ano de 2018.

Esse crescimento foi possível devido ao aumento da frota da Companhia, que foi de 13 embarcações em dezembro de 2016 para 20 embarcações em dezembro de 2019, além da aquisição de 50% de participação remanescente das investidas Geociências, consolidando 100% das duas empresas

O ano de 2018 foi marcado pelo forte crescimento da Companhia, que atingiu uma receita líquida de R$ 301,3 milhões e EBITDA de R$ 60,7 milhões, crescimento de 76,6% e 27,9% respectivamente, comparado com o ano de 2017.

Esse crescimento foi possível devido ao aumento da frota da Companhia, que foi de 14 embarcações em dezembro de 2017 para 15 embarcações em dezembro de 2018, além da aquisição de 100% da Servmar Serviços Ambientais, empresa focada em serviços de meio ambiente, facilities e engenharia.

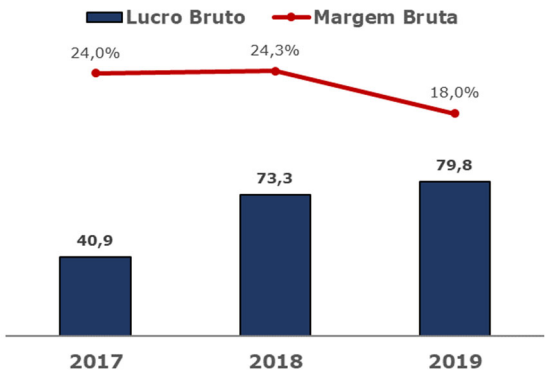


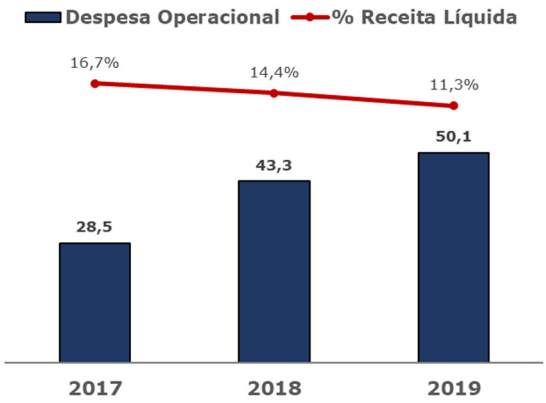


4. Lucro bruto e despesa operacional

No ano de 2019, o lucro bruto atingiu R$ 79,8 milhões, crescimento de 9,0% em relação ao ano 2018, enquanto a margem bruta saiu de 24,0% em 2017, para 24,3% em 2018 e 18,0% em 2019, devido à aquisição de empresa Servmar, que passou a ser consolidada a partir de 2018 e tem contratos de serviços mais intensivos em pessoas, portanto margem bruta menor.

As despesas operacionais cresceram 75,8% entre os anos de 2017 e 2019. Quando analisamos o % da despesa em relação a receita líquida, verificamos que esse percentual é decrescente, chegando a 11,3% em 2019 devido ao ganho de escala das aquisições e crescimento orgânico.





5. Análise por Segmento

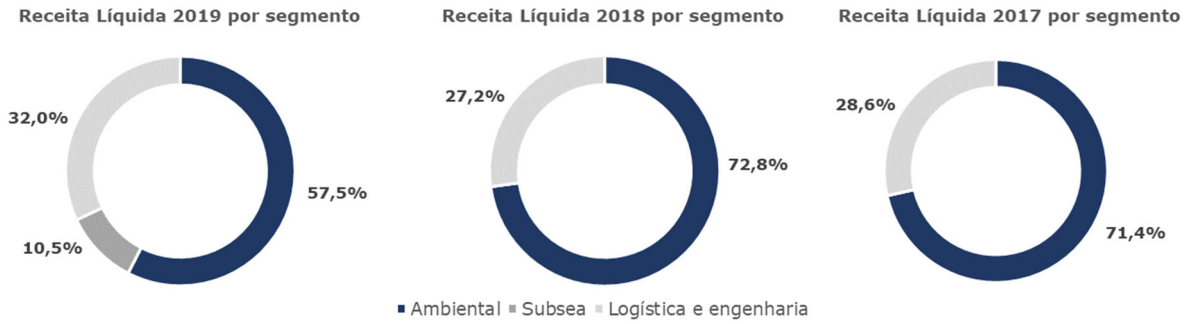
A Companhia atua em 3 segmentos por área de atuação: ambiental, subsea e logística e engenharia, e duas linhas de negócio: (i) Embarcações, e (ii) Serviços/Equipamentos.

- **Segmento Ambiental:** Apresentou crescimento expressivo, de 16,2% em 2019 de 80,0% em 2018, quando comparados com o mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi possível aquisição da Servmar em 2018 e pelo crescimento dos serviços de Oil Spill Portuário e Offshore. No final de 2019, o segmento ambiental representou 57,5% da receita líquida da Companhia.

- **Segmento Subsea:** Foi iniciado no ano de 2019, com o início da operação de 3 embarcações, sendo um SDSV (Parcel do Manuel Luís), um RSV (Parcel das Paredes) e um MPSV (Austral Abrolhos). No final de 2019, esse segmento representava 10,5% da receita líquida do Companhia.

- **Segmento de Logística e Engenharia:** Apresentou crescimento expressivo, de 73,2% em 2019 de 68,1% em 2018, quando comparados com o mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi possível aquisição da Servmar em 2018 e pelo início de operação de uma embarcação FSV (BS Camboriú) no último trimestre de 2018. No final de 2019, o segmento de logística e engenharia representou 32,0% da receita líquida da Companhia.

Receita Líquida (em R$ milhões)	2019	% Var 19-18	2018	% Var 18-17	2017
Receita Líquida Total	443,2	47,1%	301,3	76,6%	170,7
Ambiental	255,0	16,2%	219,4	80,0%	121,9
Embarcações Ambiental	131,0	6,5%	123,1	22,5%	100,5
Serviços Ambiental	123,9	28,6%	96,3	349,0%	21,5
Subsea	46,4	0,0%	0,0	0,0%	0,0
Embarcações Subsea	42,9	0,0%	0,0	0,0%	0,0
Serviços Subsea	3,5	0,0%	0,0	0,0%	0,0
Logística e Engenharia	141,8	73,2%	81,9	68,1%	48,7
Embarcações Logística e Engenharia	68,6	33,2%	51,5	5,7%	48,7
Serviços Logística e Engenharia	73,2	141,0%	30,4	0,0%	0,0



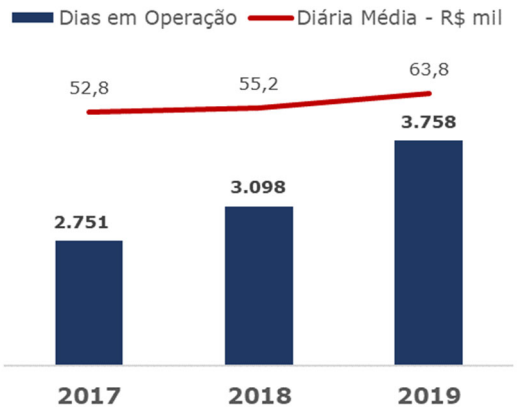
6. Análise por Linha de Negócio

A Companhia possui duas linhas de negócios: (i) embarcações e (ii) Serviços/Equipamentos, que permeiam os 3 segmentos.

Embarcações: A Receita líquida de embarcações cresceu 63% (saindo de R$ 149,2 milhões em 2017 para R$ 242,6 milhões em 2019) e o EBITDA cresceu 53% (saindo de R$ 41,0 milhões em 2017 para R$ 62,5 milhões em 2019), ambos em função do aumento da frota em serviço e do crescimento da diária média, fruto da aquisição de embarcações com maior valor agregado e diárias mais altas.

Serviços: A Receita Líquida de Serviços cresceu 835% (saindo de R$ 21,5 milhões em 2017 para R$ 200,6 milhões em 2019) e o EBITDA cresceu 535% (saindo de R$ 6,5 milhões em 2017 para R$ 41,1 milhões em 2019). Este crescimento expressivo se deveu a: (i) consolidação das aquisições feitas em 2018 e crescimento orgânico dos serviços de Oil Spill Portuário e Offshore.

Resultado por Linha de Negócio (em R$ milhões, exceto %)	Embarcações			Serviços			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Receita líquida	242,6	174,6	149,2	200,6	126,7	21,5	443,2	301,3	170,7
Custo dos serviços	(197,4)	(128,4)	(115,9)	(166,0)	(99,7)	(13,9)	(363,4)	(228,1)	(129,8)
Lucro Bruto	45,2	46,2	33,3	34,7	27,0	7,6	79,8	73,3	40,9
Margem Bruta	19%	26%	22%	17%	21%	35%	18%	24%	24%
Despesas gerais e administrativas	(27,7)	(23,5)	(22,3)	(22,4)	(19,8)	(6,2)	(50,1)	(43,3)	(28,5)
Outras receitas e despesas operacionais	0,7	(6,0)	3,6	5,5	(1,1)	(0,1)	6,2	(7,2)	3,5
Equivalência patrimonial	0	0	0	4,7	(2,0)	4,8	4,7	(2,0)	4,8
Provisão para participações no resultado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EBIT	18,2	16,7	14,6	22,5	4,1	6,1	40,7	20,8	20,7
Depreciação	44,3	29,1	26,3	18,6	10,8	0,4	62,9	39,8	26,7
EBITDA	62,5	45,8	41,0	41,1	14,9	6,5	103,6	60,7	47,4
Margem EBITDA	26%	26%	27%	20%	12%	30%	23%	20%	28%

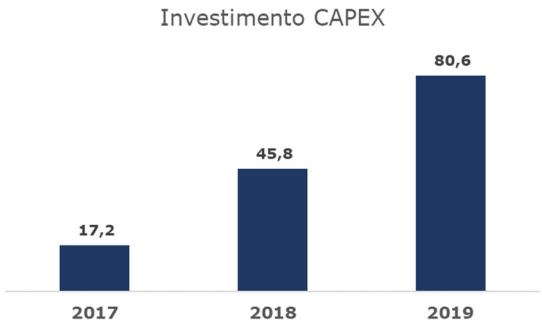


Nota 1: Dados operacionais acima não contemplam as 4 embarcações de pequeno porte que se encontram paradas (Célia, Clarisse, Norte II e Marimar, que representam 754 toneladas ou 3% da tonelagem da frota)

Nota 2: "Dias disponíveis" considera o potencial de dias trabalháveis com 100% de "taxa de ocupação", "dias em operação" equivale ao número total de dias efetivamente trabalhados, "taxa de ocupação" = "dias em operação" / "dias disponíveis", "diária média" = "Receita Líquida de embarcações" / "dias em operação**7.**

7. Investimentos

Nos anos de 2017 a 2019, a Companhia investiu R$ 143,6 milhões, sendo 56,1% do valor concentrado no ano de 2019. Nesse período, a empresa comprou 7 embarcações, sendo 5 em 2019. Além disso, foram feitos investimentos relevantes na compra de equipamentos de Oil Spill offshore, Oceanografia e Geotecnia, todos equipamentos para serviços ambientais.



8. Endividamento

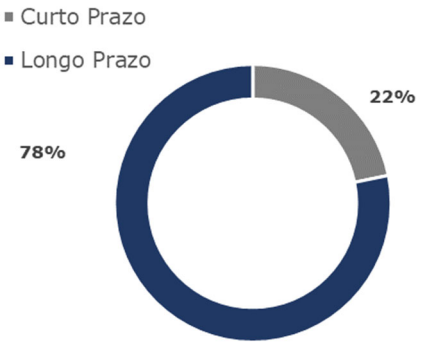
A Companhia encerrou o ano de 2019 com a dívida bruta de R$ 425,6 milhões, aumento de R$ 218,9 milhões em relação ao final de 2017 devido a captação de R$ 175,9 milhões em dívida, R$ 50,0 milhões referente à variação cambial sobre o empréstimo do BNDES, R$ 53,0 milhões referente à consolidação das dívidas das empresas adquiridas em 2018 e 2019 e R$ 39,2 milhões referente à adoção inicial da norma IFRS 16 para arrendamentos.

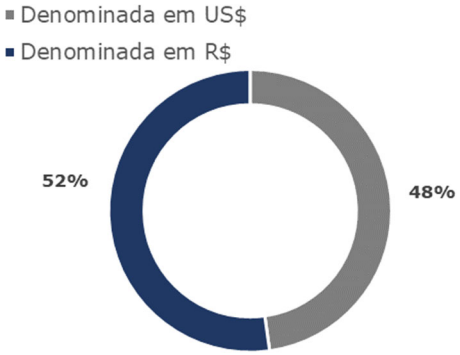
Com aumento do endividamento, a dívida líquida em 2019 foi de R$ 374,4 milhões, aumento de R$ 204,5 milhões se comparado ao ano de 2017. O índice de alavancagem dívida líquida/EBITDA LTM do final do ano foi de 3,6x, em linha com o número apresentado no final de 2017 mas ainda sem refletir 12 meses de consolidação da Geociências pois foi adquirida em novembro de 2019.

Endividamento (em R$ milhões, exceto %)	2019	2018	2017
Dívida Bruta	**425,6**	**271,3**	**206,7**
Curto Prazo	92,8	38,9	17,9
Longo Prazo	332,7	232,4	188,8
% Curto Prazo	22%	14%	9%
% Longo Prazo	78%	86%	91%
Caixa e equivalentes (*)	**(51,1)**	**(22,4)**	**(36,8)**
Dívida Líquida	**374,4**	**248,9**	**169,9**
Arrendamentos de Curto e Longo prazo	30,6	9,0	1,8
Dívida Líquida Bancária	**343,8**	**239,9**	**168,1**
EBITDA últimos 12 meses	**103,6**	**60,7**	**47,4**
Dívida Líquida/EBITDA	**3,6**	**4,1**	**3,6**

Em dezembro de 2019, a Companhia possuía 52% de seu endividamento bancário em dólar com o BNDES/FMM. A despeito da variação contábil do estoque da dívida associada a variação cambial, a Companhia busca se manter neutra no seu fluxo de caixa ao equilibrar receitas e desembolsos em dólar (receita vs opex, capex e serviço da dívida).

Enquanto o custo médio das dívidas em dólar é de USD+3,5% a.a., os empréstimos em reais, em sua maioria, têm um custo entre CDI+2 a 4% a.a..





Nota: Gráficos acima contemplam apenas endividamento bancário

9. Agradecimentos

A Administração da OceanPact agradece o apoio de seus acionistas, colaboradores, prestadores de serviços, clientes, fornecedores e instituições financeiras, e a dedicação de todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para o resultado alcançado nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2021.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R$)

	Notas	Controladora			Consolidado		
	explicativas	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.144	8.123	14.832	44.008	16.822	21.880
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	9.738	-	-	9.738
Clientes	7	69.641	32.045	16.545	114.776	52.459	22.198
Estoques	8	-	-	-	730	162	-
Dividendos a receber	14.1	2.801	2.525	5.069	746	149	1.814
Tributos a recuperar	9	6.841	1.938	4.803	13.643	7.385	4.803
Outros valores a receber	12	11.876	10.935	8.028	17.284	10.731	6.569
Total do ativo circulante		103.303	55.566	59.015	191.187	87.708	67.002
NÃO CIRCULANTE							
Títulos e valores mobiliários	6	1.027	-	-	7.100	5.605	5.153
Tributos a recuperar	9	335	335	335	1.553	1.414	335
Depósitos judiciais	10	2.571	2.290	2.290	3.249	2.907	2.290
Tributos diferidos	11	11.015	9.574	7.163	33.288	25.772	9.843
Outros valores a receber	12	716	2.963	95	3.889	2.736	95
Empréstimos a partes relacionadas	24	1.390	26.438	996	1.470	1.339	1.143
Empréstimos a terceiros	13	5.920	5.594	-	5.920	5.594	-
Investimentos	14	187.135	118.253	119.259	3.706	27.743	30.692
Direito de uso	15	24.116	-	-	27.884	-	-
Imobilizado	16	102.157	57.804	62.742	409.124	314.522	280.738
Intangível	17	931	1.387	1.961	6.647	6.509	1.963
Total do ativo não circulante		337.313	224.638	194.841	503.830	394.141	332.252
TOTAL DO ATIVO		440.616	280.204	253.856	695.017	481.849	399.254
PASSIVO							
CIRCULANTE							
Obrigações com pessoal		18.239	9.944	7.195	31.682	18.048	9.194
Fornecedores	18	29.929	12.291	8.294	49.962	16.338	9.719
Empréstimos e financiamentos	20	45.928	14.705	3.226	86.050	35.161	16.447
Passivo de arrendamento	21	7.411	-	1.430	6.771	3.746	1.430
Tributos a recolher		6.879	3.590	1.818	10.705	6.114	2.815
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	13.519	7.795	7.795	13.525	7.798	7.836
Outras obrigações	23	8.886	3.932	669	7.289	5.448	923
Total do passivo circulante		130.791	52.257	30.427	205.984	92.653	48.364
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores	18	-	687	1.030	-	2.614	1.030
Empréstimos e financiamentos	20	81.301	21.418	7.334	308.904	227.189	188.420
Passivo de arrendamento	21	22.011	-	388	23.829	5.236	388
Empréstimos de partes relacionadas	24	50.743	53.083	55.033	38	-	-
Tributos a recolher		2.227	2.290	2.290	2.227	2.290	2.290
Tributos diferidos	11	-	-	-	492	1.398	1.408
Outras obrigações	23	1.798	2.865	97	1.419	2.625	97
Provisão para riscos	19	1.356	12	1.362	1.735	252	1.362
Total do passivo não circulante		159.436	80.355	67.534	338.644	241.604	194.995
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	25.a	34.567	34.567	34.567	34.567	34.567	34.567
Reservas de capital	25.b	83.589	83.589	83.589	83.589	83.589	83.589
Reservas de lucros	25.c	21.102	20.054	34.071	21.102	20.054	34.071
Outros resultados abrangentes	25.e	11.131	9.382	3.668	11.131	9.382	3.668
Total do patrimônio líquido		150.389	147.592	155.895	150.389	147.592	155.895
Total do passivo e patrimônio líquido		440.616	280.204	253.856	695.017	481.849	399.254

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R$, exceto o resultado por ação)

	Notas explicativas	Controladora			Consolidado		
		2019	2018	2017	2019	2018	2017
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Receita líquida	26	246.932	161.756	120.707	443.215	301.333	170.665
Custo dos serviços	28	(198.973)	(118.975)	(99.768)	(363.399)	(228.079)	(129.768)
Lucro bruto		47.959	42.781	20.939	79.816	73.254	40.897
Despesas gerais e administrativas	28	(27.208)	(21.695)	(20.720)	(50.053)	(43.286)	(28.477)
Equivalência patrimonial	14	(1.403)	(25.041)	7.164	4.685	(1.971)	4.842
Outras receitas e despesas operacionais	29	2.626	(5.891)	4.088	6.222	(7.176)	3.465
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		21.974	(9.846)	11.471	40.670	20.821	20.727
Receitas financeiras	30	2.116	1.759	1.800	1.873	1.277	2.904
Despesas financeiras	30	(11.305)	(3.311)	(2.864)	(29.809)	(42.949)	(12.290)
Resultado financeiro		(9.189)	(1.552)	(1.064)	(27.936)	(41.672)	(9.386)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		12.785	(11.398)	10.407	12.734	(20.851)	11.341
Tributos sobre o lucro							
Imposto de renda e contribuição social corrente		(5.150)	(5.030)	(2.332)	(9.380)	(8.666)	(5.545)
Imposto de renda e contribuição social diferido		1.981	2.411	(776)	6.262	15.500	1.503
	31	(3.169)	(2.619)	(3.108)	(3.118)	6.834	(4.042)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	25.c	9.616	(14.017)	7.299	9.616	(14.017)	7.299
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação (R$) - Reapresentação	25.e	0,08	(0,11)	0,06	0,08	(0,11)	0,06
Lucro (prejuízo) líquido diluído por ação (R$) - Reapresentação	25.e	0,08	(0,11)	0,06	0,08	(0,11)	0,06

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

DEMONSTRAÇÕESO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R$)

	Notas explicativas	Controladora			Consolidado		
		2019	2018	2017	2019	2018	2017
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		9.616	(14.017)	7.299	9.616	(14.017)	7.299
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado							
Efeitos cambiais sobre conversão de investimento no exterior	25.f	1.749	5.714	822	1.749	5.714	822
Resultado abrangente do exercício		11.365	(8.303)	8.121	11.365	(8.303)	8.121

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R$)

	Notas explicativas	Capital social	Reserva de capital de ágio	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
				Legal	Investimento			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		27.355	83.589	980	34.829	-	2.846	149.599
Aumento de capital com destinação de reserva de lucros, conforme AGE em 21/08/2017		7.212	-	-	(7.212)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.299	-	7.299
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	25.e	-	-	-	-	-	822	822
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	7.299	822	8.121
Destinação do lucro do exercício para:								
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	(1.825)	-	(1.825)
Constituição de reserva para investimento	25.c	-	-	-	5.474	(5.474)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Reapresentado)		34.567	83.589	980	33.091	-	3.668	155.895
Prejuízo do exercício	25.c	-	-	-	-	(14.017)	-	(14.017)
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	25.e	-	-	-	-	-	5.714	5.714
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	(14.017)	5.714	(8.303)
Absorção de prejuízos do exercício		-	-	-	(14.017)	14.017	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Reapresentado)		34.567	83.589	980	19.074	-	9.382	147.592
Lucro líquido do exercício	25.c	-	-	-	-	9.616	-	9.616
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	25.e	-	-	-	-	-	1.749	1.749
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	9.616	1.749	11.365
Destinação do lucro do exercício para:								
Juros sobre o capital próprio	25.c	-	-	-	-	(8.568)	-	(8.568)
Constituição de reserva para investimento	25.c	-	-	-	1.048	(1.048)	-	-
		-	-	-	1.048	(9.616)	-	(8.568)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Reapresentado)		34.567	83.589	980	20.122	-	11.131	150.389

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R$)

	Notas explicativas	Controladora			Consolidado		
		2019	2018	2017	2019	2018	2017
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS							
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		9.616	(14.017)	7.299	9.616	(14.017)	7.299
Ajustes por:							
Depreciação e amortização	28	36.371	18.750	15.807	62.941	39.836	26.712
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	31	3.169	2.619	3.108	3.118	(6.834)	4.042
Resultado da equivalência patrimonial	14	1.403	25.041	(7.164)	(4.685)	1.971	(4.842)
Despesas e receitas financeiras	30	9.067	1.930	658	28.050	42.202	9.397
Provisão para riscos - constituição	19	1.344	12	1.359	1.551	-	1.359
Provisão para riscos - reversão	19	-	-	(405)	(68)	-	(405)
Ganho na venda de imobilizado	29	(384)	-	-	(4.174)	-	-
Ganho na remensuração de investimento detido anteriormente e na compra vantajosa	14	(2.142)	-	-	(2.267)	-	(1.015)
Outros ajustes ao lucro		291	859	2.569	(6.741)	(2.994)	1.854
Redução (aumento) dos ativos operacionais:							
Clientes		(37.596)	(15.500)	(3.496)	(23.703)	(19.420)	569
Estoque	8	-	-	-	(568)	(162)	460
Tributos a recuperar		(4.903)	2.865	5.569	(4.337)	(3.661)	5.892
Depósitos judiciais	10	(281)	-	(35)	(342)	(617)	(35)
Outros valores a receber		1.306	(5.775)	(129)	(2.996)	(277)	2.011
Aumento (redução) dos passivos operacionais:							
Obrigações com pessoal		8.295	2.749	2.356	10.808	5.688	3.176
Fornecedores		16.597	4.115	(674)	5.939	4.003	(277)
Tributos a recolher		(1.113)	(3.258)	(3.085)	(8.363)	(7.117)	(5.878)
Outras obrigações		4.967	2.718	(3.352)	773	2.820	(3.434)
Caixa gerado pelas operações		46.007	23.108	20.385	64.552	41.421	46.885
Juros pagos - empréstimos	20	(5.668)	(1.839)	(343)	(13.151)	(8.045)	(6.284)
Juros pagos - arrendamentos	21	(3.744)	(303)	(796)	(3.772)	(371)	(796)
Pagamentos de riscos trabalhistas, cíveis	19	-	(1.362)	-	-	(1.362)	-
IRPJ e CSLL pagos		(271)	-	-	(1.933)	(607)	(1.446)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		36.324	19.604	19.246	45.696	31.036	38.359
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS							
Dividendos recebidos	14.1	1.402	1.963	6.039	549	5.051	764
Empréstimos liquidados pelas partes relacionadas		-	-	-	-	-	8.094
Empréstimos concedidos às partes relacionadas	24.2	(21.476)	(25.442)	(996)	(131)	(196)	-
Aporte de capital	14	(5.298)	-	-	-	-	-
Redução de capital	34	-	-	2.716	-	-	-
(Aplicação) resgate em títulos e valores mobiliários	6	(1.027)	9.738	(9.738)	(1.495)	9.286	(9.793)
Adiantamentos concedidos à terceiros	13	-	(5.300)	-	-	(5.300)	-
Aquisição de investimentos, líquido do caixa recebido	14.2	(16.173)	(14.428)	-	6.974	(11.922)	(2.997)
Aquisição de imobilizado		(63.080)	(14.432)	(11.158)	(80.049)	(45.330)	(16.946)
Aquisição de intangível		(108)	-	(225)	(595)	(498)	(225)
Caixa recebido na venda de imobilizado		119	-	359	4.907	-	359
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(105.641)	(47.901)	(13.003)	(69.840)	(48.909)	(20.744)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS							
Captação de empréstimos e financiamentos	20	111.276	29.491	9.826	119.678	39.327	9.826
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	20	(20.489)	(4.135)	(17.315)	(47.592)	(22.127)	(30.733)
Pagamentos de dividendos	25.c	(1.900)	-	-	(1.900)	(38)	(29)
Pagamentos de arrendamentos	21	(13.209)	(1.818)	(460)	(16.138)	(4.685)	(460)
Pagamentos de empréstimos a partes relacionadas	24.2	(2.340)	(1.950)	-	(2.796)	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		73.338	21.588	(7.949)	51.252	12.477	(21.396)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		4.021	(6.709)	(1.706)	27.108	(5.396)	(3.781)
Saldo inicial		8.123	14.832	16.538	16.822	21.880	25.575
Efeito das mudanças de câmbio sobre investidas no exterior		-	-	-	78	338	86
Saldo final		12.144	8.123	14.832	44.008	16.822	21.880
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		4.021	(6.709)	(1.706)	27.108	(5.396)	(3.781)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R$)

	Notas explicativas	Controladora			Consolidado		
		2019	2018	2017	2019	2018	2017
RECEITAS		279.688	184.966	142.774	501.376	347.003	199.082
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	26	276.472	185.324	138.068	494.156	348.231	194.626
Outras receitas	29	3.368	-	4.709	7.061	-	4.459
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(152)	(358)	(3)	159	(1.228)	(3)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(89.122)	(41.954)	(33.820)	(153.964)	(80.484)	(43.686)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	28	(34.270)	(19.015)	(14.006)	(46.420)	(32.914)	(16.669)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	28	(54.852)	(22.939)	(19.814)	(107.544)	(47.570)	(27.017)
VALOR ADICIONADO BRUTO		190.566	143.012	108.954	347.412	266.519	155.396
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	28	(36.371)	(18.750)	(15.807)	(62.941)	(39.836)	(26.712)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		154.195	124.262	93.147	284.471	226.683	128.684
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		713	(23.282)	8.964	6.558	(694)	7.746
Resultado de equivalência patrimonial	14	(1.403)	(25.041)	7.164	4.685	(1.971)	4.842
Receitas financeiras	30	2.116	1.759	1.800	1.873	1.277	2.904
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		154.908	100.980	102.111	291.029	225.989	136.430
Pessoal	28	88.471	52.529	49.607	179.878	116.007	65.920
– Remuneração direta		70.269	39.412	38.545	139.120	88.902	51.906
– Benefícios		13.653	9.613	8.124	30.312	19.556	10.126
– FGTS		4.549	3.504	2.938	10.446	7.549	3.888
Impostos, taxas e contribuições		32.748	26.226	20.542	54.150	40.122	28.121
– Federais		28.689	24.223	19.269	45.231	34.369	26.799
– Municipais		4.059	2.003	1.273	8.919	5.753	1.322
Remuneração de capitais de terceiros		24.073	36.242	24.663	47.385	83.877	35.090
– Juros	30	10.807	2.854	1.613	28.909	42.117	10.528
– Aluguéis	28	12.065	27.079	21.251	16.828	33.810	21.924
– Outras	29, 30	1.201	6.309	1.799	1.648	7.950	2.638
Remuneração de Capitais Próprios		9.616	(14.017)	7.299	9.616	(14.017)	7.299
– Juros sobre o Capital Próprio	25.c	8.568	-	-	8.568	-	-
– Dividendos	25.c	-	-	1.825	-	-	1.825
– Lucros retidos / Prejuízo do exercício	25.c	1.048	(14.017)	5.474	1.048	(14.017)	5.474
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		154.908	100.980	102.111	291.029	225.989	136.430

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A OceanPact Serviços Marítimos S.A. ("Companhia") foi constituída em 21 de setembro de 2007, tem sede na Rua da Glória, 122, 10º e 11º andares - Glória - Rio de Janeiro/RJ, e possui cinco filiais. As empresas controladas e controladas em conjunto (aqui definidas como "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado e não possuem ações negociadas em bolsas de valores.

A Companhia tem por objeto social o treinamento e consultoria em serviços marítimos, meio ambiente, energia e logística; serviços em campo na aquisição de dados, medições e monitoramento ambiental; criação e invenção de produtos e soluções nas áreas marítima e ambiental; especificação, execução e análise de levantamentos hidrográficos; aluguel de barcos, lanchas e outras embarcações, com ou sem tripulação; navegação e serviços de apoio marítimo e portuário; operação, manutenção e aluguel de equipamentos de combate a derramamento de óleo e emergências ambientais; proteção ambiental; afretamento de embarcações próprias ou de terceiros para operações de exploração de petróleo ou qualquer outra atividade marítima, com ou sem tripulação; e participação no capital de outras Companhias. Seus serviços são prestados essencialmente no Brasil.

A Companhia e algumas de suas investidas estão sujeitas à regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e cumpre com os requerimentos operacionais aplicáveis.

Alterações de participações societárias e novas investidas

Em 5 de janeiro de 2018, a Companhia adquiriu a participação integral da Servmar Serviços Técnicos Ambientais Ltda. ("Servmar"). A Servmar foi fundada em 1986 no Estado de São Paulo, onde suas principais atividades estão no setor de consultoria e engenharia ambiental e construção civil. O principal cliente da Servmar é a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras").

Em 20 de setembro de 2018, a Companhia constituiu a OceanPact Netherlands B.V., companhia limitada privada, com sede em Amsterdã, tendo como atividade principal o afretamento de embarcação.

Em 27 de março de 2019, a Companhia constituiu a joint venture OceanPact de México S.A. de C.V., com a empresa Offshore Vessels Holding S.A.P.I. de C.V., companhia anônima, com sede no México, tendo como atividade principal o afretamento de embarcação e apoio marítimo.

Em 27 de junho de 2019, a Companhia constituiu a Maraú Navegação Ltda., companhia limitada privada, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tendo como atividade principal o afretamento de embarcação.

Em 13 de setembro de 2019, a Companhia constituiu a Camamu Navegação Ltda., companhia limitada privada, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, tendo como atividade principal o afretamento de embarcação.

Em 4 de novembro de 2019, a Companhia realizou a aquisição de 50% de participação, adquirindo o controle da investida Gardline Marine Sciences S.A. Foi alterada sua razão social para OceanPact Geociências Ltda. e transformada em sociedade limitada unipessoal (vide item "a" da nota explicativa n° 14.2).

A OceanPact Tecnologia Ltda. e a Camamu Navegação Ltda., também controladas diretas da Companhia, não possuem ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e não possuem operações desde as suas constituições. Na data dessas demonstrações financeiras não existe nenhum plano de curto prazo para entrada em operação destas empresas nem plano de descontinuação dessas investidas.

Continuidade das operações

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía capital circulante líquido negativo de R$27.488 na controladora e R$14.797 no consolidado, devido, principalmente, aos saldos de empréstimos e financiamentos classificados no circulante, no montante de R$45.928 na controladora e R$86.050 no consolidado. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo na controladora de R$3.309 e capital circulante líquido negativo no consolidado de R$4.945. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo de R$28.588 na controladora e R$18.638 no consolidado.

A Administração, baseada nos fluxos de caixa projetados, considera que haverá recursos suficientes para cumprir com os compromissos de curto prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia gerou fluxo de caixa operacional na controladora e consolidado no montante de R$35.244 e R$50.484, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia gerou fluxo de caixa operacional na controladora e consolidado de R$19.604 e R$31.036, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia gerou fluxo de caixa operacional na controladora e consolidado de R$19.246 e R$38.359, respectivamente.

A Administração da Companhia, considerando o seu conhecimento do negócio, o histórico de lucratividade e as perspectivas de mercado atuais, entende que as bases de preparação dessas demonstrações financeiras, que consideram a continuidade do negócio, são adequadas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como controladora, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação de das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, então sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da Companhia em 15 de janeiro de 2021.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e dos valores justos alocados nas combinações de negócios, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

A Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.3. Reapresentação das demonstrações financeiras

2.3.a. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reapresentadas, em conexão com o pedido de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para atualizar os eventos subsequentes referentes ao desmembramento das ações da Companhia e às obrigações não pecuniárias das debêntures, e para apresentar a demonstração de valor adicionado, informações por segmentos e para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas, relativas, principalmente, à análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros na nota de instrumentos financeiros e combinações de negócios ocorridas nos exercícios apresentados. Adicionalmente, após a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração identificou ajustes e reclassificações que afetaram os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como as demonstrações dos resultados (incluindo o resultado por ação) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras desses exercícios. As demonstrações do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido foram reapresentadas em decorrência dos ajustes no lucro líquido (prejuízo) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Os ajustes efetuados nas demonstrações dos fluxos de caixa foram decorrentes dos ajustes derivados das combinações de negócios, e reclassificações para melhor apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL		Controladora								
		31/12/2019			31/12/2018			31/12/2017		
ATIVO	Ref.	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa		12.144	-	12.144	8.123	-	8.123	14.832	-	14.832
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	-	9.738	-	9.738
Clientes		69.641	-	69.641	32.045	-	32.045	16.545	-	16.545
Estoques		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a receber		2.801	-	2.801	2.525	-	2.525	5.069	-	5.069
Tributos a recuperar		6.841	-	6.841	1.938	-	1.938	4.803	-	4.803
Outros valores a receber		11.876	-	11.876	10.935	-	10.935	8.028	-	8.028
Total do ativo circulante		103.303	-	103.303	55.566	-	55.566	59.015	-	59.015
NÃO CIRCULANTE										
Títulos e valores mobiliários		1.027	-	1.027	-	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar		335	-	335	335	-	335	335	-	335
Depósitos judiciais		2.571	-	2.571	2.290	-	2.290	2.290	-	2.290
Tributos diferidos	(a)	11.526	(511)	11.015	9.574	-	9.574	7.163	-	7.163
Outros valores a receber		716	-	716	2.963	-	2.963	95	-	95
Empréstimos a partes relacionadas		1.390	-	1.390	26.438	-	26.438	996	-	996
Empréstimos a terceiros		5.920	-	5.920	5.594	-	5.594	-	-	-
Investimentos	(a)	185.633	1.502	187.135	118.253	-	118.253	119.259	-	119.259
Direito de uso		24.116	-	24.116	-	-	-	-	-	-
Imobilizado		102.157	-	102.157	57.804	-	57.804	62.742	-	62.742
Intangível		931	-	931	1.387	-	1.387	1.961	-	1.961
Total do ativo não circulante		336.322	991	337.313	224.638	-	224.638	194.841	-	194.841
TOTAL DO ATIVO		439.625	991	440.616	280.204	-	280.204	253.856	-	253.856

		Controladora								
		31/12/2019			31/12/2018			31/12/2017		
BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	Ref.	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado
CIRCULANTE										
Obrigações com pessoal	(b)(c)	11.770	6.469	18.239	8.647	1.297	9.944	7.420	(225)	7.195
Fornecedores		29.929	-	29.929	12.291	-	12.291	8.294	-	8.294
Empréstimos e financiamentos		45.928	-	45.928	14.705	-	14.705	3.226	-	3.226
Passivo de arrendamento		7.411	-	7.411	-	-	-	1.430	-	1.430
Tributos a recolher	(c)	13.348	(6.469)	6.879	4.887	(1.297)	3.590	2.893	(1.075)	1.818
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(f)	-	13.519	13.519	7.795	-	7.795	7.795	-	7.795
Outras obrigações		8.886	-	8.886	3.932	-	3.932	669	-	669
Total do passivo circulante		117.272	13.519	130.791	52.257	-	52.257	31.727	(1.300)	30.427
NÃO CIRCULANTE										
Fornecedores		-	-	-	687	-	687	1.030	-	1.030
Empréstimos e financiamentos		81.301	-	81.301	21.418	-	21.418	7.334	-	7.334
Passivo de arrendamento		22.011	-	22.011	-	-	-	388	-	388
Empréstimos de partes relacionadas		50.743	-	50.743	53.083	-	53.083	55.033	-	55.033
Tributos a recolher		2.227	-	2.227	2.290	-	2.290	2.290	-	2.290
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	(f)	13.519	(13.519)	(13.519)	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações		1.798	-	1.798	2.865	-	2.865	97	-	97
Provisão para riscos	(b)	1.356	-	1.356	12	-	12	62	1.300	1.362
Total do passivo não circulante		172.955	(13.519)	159.436	80.355	-	80.355	66.234	1.300	67.534
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social		34.567	-	34.567	34.567	-	34.567	34.567	-	34.567
Reservas de capital		83.589	-	83.589	83.589	-	83.589	83.589	-	83.589
Reservas de lucros	(a)	20.111	991	21.102	20.054	-	20.054	34.071	-	34.071
Outros resultados abrangentes		11.131	-	11.131	9.382	-	9.382	3.668	-	3.668
Total do patrimônio líquido		149.398	991	150.389	147.592	-	147.592	155.895	-	155.895
Total do passivo e patrimônio líquido		439.625	991	440.616	280.204	-	280.204	253.856	-	253.856

		Consolidado								
		31/12/2019			31/12/2018			31/12/2017		
BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	Ref.	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa		44.008	-	44.008	16.822	-	16.822	21.880	-	21.880
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	-	9.738	-	9.738
Clientes		114.776	-	114.776	52.459	-	52.459	22.198	-	22.198
Estoques		730	-	730	162	-	162	-	-	-
Dividendos a receber		746	-	746	149	-	149	1.814	-	1.814
Tributos a recuperar		13.643	-	13.643	7.385	-	7.385	4.803	-	4.803
Outros valores a receber		17.284	-	17.284	10.731	-	10.731	6.569	-	6.569
Total do ativo circulante		191.187	-	191.187	87.708	-	87.708	67.002	-	67.002
NÃO CIRCULANTE										
Títulos e valores mobiliários		7.100	-	7.100	5.605	-	5.605	5.153	-	5.153
Tributos a recuperar		1.553	-	1.553	1.414	-	1.414	335	-	335
Depósitos judiciais		3.249	-	3.249	2.907	-	2.907	2.290	-	2.290
Tributos diferidos	(a)	33.799	(511)	33.288	25.772	-	25.772	9.843	-	9.843
Outros valores a receber		3.889	-	3.889	2.736	-	2.736	95	-	95
Empréstimos a partes relacionadas		1.470	-	1.470	1.339	-	1.339	1.143	-	1.143
Empréstimos a terceiros		5.920	-	5.920	5.594	-	5.594	-	-	-
Investimentos		3.706	-	3.706	27.743	-	27.743	30.692	-	30.692
Direito de uso		27.884	-	27.884	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	(a)	407.841	1.283	409.124	314.522	-	314.522	280.738	-	280.738
Intangível		6.428	219	6.509	-	-	6.509	1.963	-	1.963
Total do ativo não circulante		502.839	991	503.830	394.141	-	394.141	332.252	-	332.252
TOTAL DO ATIVO		694.026	991	695.017	481.849	-	481.849	399.254	-	399.254

BALANÇO PATRIMONIAL		Consolidado								
		31/12/2019			31/12/2018			31/12/2017		
PASSIVO	Ref.	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado
CIRCULANTE										
Obrigações com pessoal	(b)(c)	21.405	10.277	31.682	15.219	2.829	18.048	9.171	23	9.194
Fornecedores		49.962	-	49.962	16.338	-	16.338	9.719	-	9.719
Empréstimos e financiamentos		86.050	-	86.050	35.161	-	35.161	16.447	-	16.447
Passivo de arrendamento		6.771	-	6.771	3.746	-	3.746	1.430	-	1.430
Tributos a recolher	(c)	20.982	(10.277)	10.705	8.943	(2.829)	6.114	4.138	(1.323)	2.815
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(f)	6	13.519	13.525	7.798	-	7.798	7.836	-	7.836
Outras obrigações		7.289	-	7.289	5.448	-	5.448	923	-	923
Total do passivo circulante		192.465	13.519	205.984	92.653	-	92.653	49.664	(1.300)	48.364
NÃO CIRCULANTE										
Fornecedores		-	-	-	2.614	-	2.614	1.030	-	1.030
Empréstimos e financiamentos		308.904	-	308.904	227.189	-	227.189	188.420	-	188.420
Passivo de arrendamento		23.829	-	23.829	5.236	-	5.236	388	-	388
Empréstimos de partes relacionadas		38	-	38	-	-	-	-	-	-
Tributos a recolher		2.227	-	2.227	2.290	-	2.290	2.290	-	2.290
Tributos diferidos		492	-	492	1.398	-	1.398	1.408	-	1.408
Dividendos a pagar	(f)	13.519	(13.519)	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	(d)	1.179	240	1.419	2.625	-	2.625	97	-	97
Provisão para riscos	(b)(d)	1.975	(240)	1.735	252	-	252	62	1.300	1.362
Total do passivo não circulante		352.163	(13.519)	338.644	241.604	-	241.604	193.695	1.300	194.995
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social		34.567	-	34.567	34.567	-	34.567	34.567	-	34.567
Reservas de capital		83.589	-	83.589	83.589	-	83.589	83.589	-	83.589
Reservas de lucros	(a)	20.111	991	21.102	20.054	-	20.054	34.071	-	34.071
Outros resultados abrangentes		11.131	-	11.131	9.382	-	9.382	3.668	-	3.668
Total do patrimônio líquido		149.398	991	150.389	147.592	-	147.592	155.895	-	155.895
Total do passivo e patrimônio líquido		694.026	991	695.017	481.849	-	481.849	399.254	-	399.254

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		Controladora								
		2019			2018			2017		
	Ref.	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado
Receita líquida		246.932	-	246.932	161.756	-	161.756	120.707	-	120.707
Custo dos serviços		(198.973)	-	(198.973)	(118.975)	-	(118.975)	(99.768)	-	(99.768)
Lucro bruto		47.959	-	47.959	42.781	-	42.781	20.939	-	20.939
Despesas gerais e administrativas	(e)	(26.983)	(225)	(27.208)	(21.695)	-	(21.695)	(20.720)	-	(20.720)
Equivalência patrimonial		(1.403)	-	(1.403)	(25.041)	-	(25.041)	7.164	-	7.164
Outras receitas e despesas operacionais	(a)(e)	899	(1.727)	2.626	(5.891)	-	(5.891)	4.088	-	4.088
Receitas financeiras		2.116	-	2.116	1.759	-	1.759	1.800	-	1.800
Despesas financeiras		(11.305)	-	(11.305)	(3.311)	-	(3.311)	(2.864)	-	(2.864)
Resultado financeiro		(9.189)	-	(9.189)	(1.552)	-	(1.552)	(1.064)	-	(1.064)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		11.283	1.502	12.785	(11.398)	-	(11.398)	10.407	-	10.407
Tributos sobre o lucro										
Contribuição social	(a)	(863)	(135)	(998)	(613)	-	(613)	(459)	-	(459)
Imposto de renda	(a)	(1.795)	(376)	(2.171)	(2.006)	-	(2.006)	(2.649)	-	(2.649)
		(2.658)	(511)	(3.169)	(2.619)	-	(2.619)	(3.108)	-	(3.108)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		8.625	991	9.616	(14.017)	-	(14.017)	7.299	-	7.299
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação (R$)	(g)	1,76	(1,68)	0,08	(2,86)	(2,75)	(0,11)	1,49	(1,43)	0,06
Lucro (prejuízo) líquido diluído por ação (R$)	(g)	1,76	(1,68)	0,08	(2,86)	(2,75)	(0,11)	1,49	(1,43)	0,06

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		Controladora								
		2019			2018			2017		
	Ref.	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(a)(e)	8.625	991	9.616	(14.017)	-	(14.017)	7.299	-	7.299
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado										
Efeitos cambiais sobre conversão de investimento no exterior		1.749	-	1.749	5.714	-	5.714	822	-	822
Resultado abrangente do exercício		10.374	991	11.365	(8.303)	-	(8.303)	8.121	-	8.121

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		Consolidado								
		2019			2018			2017		
	Ref.	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado
Receita líquida		443.215	-	443.215	301.333	-	301.333	170.665	-	170.665
Custo dos serviços		(363.399)	-	(363.399)	(228.079)	-	(228.079)	(129.768)	-	(129.768)
Lucro bruto		79.816	-	79.816	73.254	-	73.254	40.897	-	40.897
Despesas gerais e administrativas	(e)	(50.053)	-	(50.053)	(42.236)	(1.050)	(43.286)	(28.477)	-	(28.477)
Equivalência patrimonial		4.685	-	4.685	(1.971)	-	(1.971)	4.842	-	4.842
Outras receitas e despesas operacionais	(a)(e)	4.720	1.502	6.222	(8.226)	1.050	(7.176)	3.465	-	3.465
Receitas financeiras		1.873	-	1.873	1.277	-	1.277	2.904	-	2.904
Despesas financeiras		(29.809)	-	(29.809)	(42.949)	-	(42.949)	(12.290)	-	(12.290)
Resultado financeiro		(27.936)	-	(27.936)	(41.672)	-	(41.672)	(9.386)	-	(9.386)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		11.232	1.502	12.734	(20.851)	-	(20.851)	11.341	-	11.341
Tributos sobre o lucro										
Contribuição social	(a)	(659)	(135)	(929)	1.922	-	1.922	(730)	-	(730)
Imposto de renda	(a)	(1.948)	(376)	(2.698)	4.912	-	4.912	(3.312)	-	(3.312)
		(2.607)	(511)	(3.627)	6.834	-	6.834	(4.042)	-	(4.042)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		8.625	991	10.605	(14.017)	-	(14.017)	7.299	-	7.299
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação (R$)	(g)	1,76	(1,68)	0,08	(2,86)	(2,75)	(0,11)	1,49	(1,43)	0,06
Lucro (prejuízo) líquido diluído por ação (R$)	(g)	1,76	(1,68)	0,08	(2,86)	(2,75)	(0,11)	1,49	(1,43)	0,06

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		Consolidado								
		2019			2018			2017		
	Ref.	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		8.625	991	9.616	(14.017)	-	(14.017)	7.299	-	7.299
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado										
Efeitos cambiais sobre conversão de investimento no exterior		1.749	-	1.749	5.714	-	5.714	822	-	822
Resultado abrangente do exercício		10.374	991	11.365	(8.303)	-	(8.303)	8.121	-	8.121

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		Controladora								
		2019			2018			2017		
	Ref.	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(h)	37.952	(1.628)	36.324	18.573	1.031	19.604	19.530	(284)	19.246
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(h)	(114.254)	8.613	(105.641)	(47.439)	(462)	(47.901)	(12.941)	(62)	(13.003)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		80.323	(6.985)	73.338	22.157	(569)	21.588	(8.295)	346	(7.949)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		Consolidado								
		2019			2018			2017		
	Ref.	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(h)	48.330	2.154	50.484	36.876	(5.840)	31.036	37.807	552	38.359
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(h)	(79.721)	5.093	(74.628)	(55.772)	6.863	(48.909)	(19.822)	(922)	(20.744)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		58.480	(7.228)	51.252	13.453	(976)	12.477	(21.764)	368	(21.396)
EFEITO DAS MUDANÇAS DE CÂMBIO	(h)	97	(19)	78	385	(47)	338	84	2	86

As principais reclassificações e ajustes efetuados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão descritas a seguir:

(a) Ajustes decorrentes do reconhecimento do ganho na remensuração de investimento detido anteriormente, na data da combinação de negócios que resultou na aquisição de controle das investidas OceanPact Geociências e OML, conforme evidenciado nas notas explicativas n° 14.2.a e 14.3. O Grupo detinha controle compartilhado nessas investidas e passou a deter controle integral, o que caracterizou uma aquisição em etapas. Desta forma, apurou o ganho na remensuração do investimento detido anteriormente nessas investidas e os impostos diferidos.

(b) Reclassificação de obrigações com pessoal para provisão para riscos referente a reclamação por acidente de trabalho de funcionário da Companhia, para uma melhor apresentação considerando a natureza deste saldo.

(c) Reclassificação dos montantes correspondentes aos encargos trabalhistas da rubrica de tributos a recolher para obrigações com pessoal, ambos no passivo circulante, para uma melhor apresentação tendo em vista a natureza dos saldos.

(d) Reclassificação de provisão riscos para outras obrigações, para uma melhor apresentação de saldo da controlada Servmar.

(e) Reclassificação entre contas de despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais, para uma melhor apresentação tendo em vista a natureza dos saldos.

(f) Reclassificação do saldo a pagar de dividendos e JCP do passivo não circulante para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 considerando a expectativa de liquidação dos saldos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020.

(g) Impacto decorrente da reapresentação do lucro do exercício tendo em vista os ajustes efetuados e identificados no item (a) acima que impactou o numerador; e (b) desmembramento das ações divulgado na nota explicativa n° 35, que impactou o denominador, ambos no cálculo do lucro por ação básico e diluído da Companhia.

(h) Alteração dos saldos de fluxos de caixa decorrentes dos ajustes identificados no item (a) acima e demais reclassificações principalmente relacionadas às combinações de negócio efetuadas nos períodos, à movimentação observada nos saldos de empréstimos e financiamentos e aos ajustes de conversão, objetivando uma melhor apresentação dos fluxos de caixa da Companhia.

2.3.b. Conforme divulgado na nota explicativa n° 35, a Companhia, após a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, recebeu aprovação formal dos bancos, onde estes renunciaram ao direito de declarar o vencimento antecipado dos saldos devidos pela Companhia, embora determinadas obrigações não pecuniárias das debêntures tenham sido cumpridas fora do prazo determinado inicialmente.

2.4. Bases de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações contábeis das Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida.

- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.

- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle elencados acima. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. Eventual alteração na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Quando a Companhia exerce controle conjunto de uma investida ou possui influência significativa em uma coligada, o investimento e os resultados dessas investidas são tratados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na proporção das participações detidas nas referidas entidades controladas em conjunto e coligadas.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

i. Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas.

ii. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas.

iii. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

iv. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e consistem com aquelas utilizadas nos exercícios comparativos. A Companhia consolida suas demonstrações financeiras com as de suas controladas, considerando o mesmo período de divulgação.

Segue abaixo quadro demonstrando as controladas, controladas em conjunto e coligadas da Companhia, datas de constituição e suas atividades fim:

Investidas	Denominação	Local da constituição e sede	Data de constituição	Atividades-fim
1. EnvironPact Consultoria em Engenharia e Meio Ambiente Ltda.	EnvironPact	Brasil	27/12/2008	Prestação de serviços de consultoria ambiental
2. Servmar Serviços Técnicos Ambientais Ltda.	Servmar	Brasil	17/04/1986	Prestação de serviços de estudos de projetos sobre impacto ambiental e análise de risco, serviços de construção civil, projetos de engenharia e apoio marítimo
3. OceanPact Navegação Ltda.	OceanPact Navegação	Brasil	16/05/2012	Afretamento de embarcações
4. OceanPact Tecnologia Ltda.	OceanPact Tecnologia	Brasil	18/08/2014	Não operacional
5. Maraú Navegação Ltda.	Maraú	Brasil	27/06/2019	Afretamento de embarcações e apoio marítimo
6. Camamu Navegação Ltda.	Camamu	Brasil	13/09/2019	Afretamento de embarcações e apoio marítimo
7. OceanPact Geociências Ltda. (1)	OceanPact Geociências	Brasil	16/07/2012	Prestação de serviços relacionados com projetos de pesquisa marinha em águas brasileiras, operação e afretamento de embarcações
8. OceanPact Netherlands B.V.	OceanPact Netherlands	Holanda	20/09/2008	Afretamento de embarcações e apoio marítimo
9. OceanPact International Holding Cayman	OceanPact International	Ilhas Cayman	09/10/2013	Atua como Holding de investidas no exterior
9.1. Cod Hole LLP	Cod Hole	Reino Unido	24/01/2014	Afretamento de embarcações, aluguel de equipamentos, participação em outras companhias
9.1.1. Maritim Miljø Beredskap AS	MMB	Noruega	29/12/1999	Aluguel de equipamentos, treinamentos e manutenção de equipamentos
9.2. OceanPact Maritime LTD. (2)	OML	Reino Unido	09/04/2014	Prestação de serviços relacionados com projetos de pesquisa marinha em águas brasileiras, operação e afretamento de embarcações
10. OceanPact Uruguay Servicios Maritimos S.R.L.	OceanPact Uruguay	Uruguai	27/07/2016	Não operacional
11. O'Brien's do Brasil Consultoria em Emergências e Meio Ambiente S.A.	O'Brien's do Brasil	Brasil	27/10/2011	Prestação de serviços de consultoria e treinamento em planejamento e gerenciamento de emergência e assuntos relacionados à segurança e meio ambiente.
12. OceanPact de Mexico SA de CV	OceanPact Mexico	México	27/03/2019	Afretamento de embarcações e apoio marítimo

(1) Anteriormente denominada Gardline Marine Sciences do Brasil S.A.
(2) Anteriormente denominada Gardline Maritime Limited

Segue abaixo quadro demonstrando as controladas (diretas e indiretas) da Companhia que são consolidadas, e as controladas em conjunto e coligadas (diretas e indiretas) da Companhia que não são consolidadas, e percentuais de participação detidos pela Companhia nos exercícios apresentados:

	31/12/2019			31/12/2018			31/12/2017		
	Tipo	% Participação		Tipo	% Participação		Tipo	% Participação	
Denominação	investimento	Direta	Indireta	investimento	Direta	Indireta	investimento	Direta	Indireta
1. EnvironPact	controle direto	99,95%	-	controle direto	99,95%	-	controle direto	99,95%	-
2. Servmar	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-	-	-	-
3. OceanPact Navegação	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
4. OceanPact Tecnologia	controle direto	99%	1%	controle direto	99%	1%	controle direto	99%	1%
5. Maraú	controle direto	99,90%	0,10%	-	-	-	-	-	-
6. Camamu	controle direto	99,90%	0,10%	-	-	-	-	-	-
7. OceanPact Geociências	controle direto	100%	-	controle conjunto	50%		controle conjunto	50%	-
8. OceanPact Netherlands	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-	-	-	-
9. OceanPact International	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-	controle direto	100%	-
9.1. Cod Hole	controle indireto	-	99%	controle indireto	-	99%	controle indireto	-	99%
9.1.1. MMB	controle indireto	-	99%	controle indireto	-	99%	controle indireto	-	99%
9.2. OML	controle indireto	-	100%	controle conjunto	-	50%	controle conjunto	-	50%
10. OceanPact Uruguay	controle direto	99%	1%	controle direto	99%	1%	controle direto	99%	1%
11. O'Brien's do Brasil	controle conjunto indireto	26%	24%	controle conjunto indireto	26%	24%	controle conjunto indireto	26%	24%
12. OceanPact Mexico	controle conjunto	50%	-	-	-	-	-	-	-

a) Consórcio Foz-OceanPact ("Foz-Ocean")

Em 21 de novembro de 2011, a Companhia iniciou a participação em um consórcio com a Foz do Brasil S.A. ("Foz"), com o objetivo de prestar serviços de operação e manutenção básica de embarcações e equipamentos de resposta a emergências à Petrobras Transporte S.A.

Conforme determinação em contrato firmado entre as partes, a Foz, líder do consórcio, é responsável pelo registro e escrituração contábil, emissão de documentos fiscais e apuração de tributos, cabendo à Companhia registrar os ativos, passivos, receitas, custos e despesas decorrentes desse consórcio com base em relatórios enviados mensalmente pela Foz, na proporção de 30%. Com base no CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, equivalente ao IFRS 11, o consórcio em questão é considerado uma operação conjunta (*joint operation*) e os ativos e passivos e resultados são reconhecidos com base na participação de cada parte.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Consórcio não teve atividade operacional, devido encerramento do contrato com o cliente, que ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.5. Moedas funcionais e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia, e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia e suas investidas determinam suas próprias moedas funcionais, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real, os ativos e passivos pela taxa cambial da data do balanço de fim de período e o resultado pela taxa média do período, em conformidade com o CPC 02(R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, equivalente ao IAS 21 – The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates. As variações resultantes da conversão citada são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "ajuste acumulado de conversão".

Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido. Essas diferenças são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item.

O ágio e os ajustes ao valor justo resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos da operação no exterior e convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento. As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Moedas funcionais das investidas da Companhia

Empresa	Moeda funcional
EnvironPact	Real
Servmar	Real
OceanPact Navegação	Real
OceanPact Tecnologia	Real
Maraú	Real
Camamu	Real
OceanPact Geociências	Real
OceanPact Netherlands	Dólar americano
OceanPact International	Dólar americano
Cod Hole	Dólar americano
MMB	Coroa norueguesa
OML	Dólar americano
OceanPact Uruguay	Dólar americano
O'Brien's do Brasil	Real
OceanPact Mexico	Peso mexicano

2.6. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, estão apresentadas a seguir.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa: (i) dinheiro em caixa; (ii) depósitos bancários; e (iii) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da sua contratação.

b) Receitas de serviços

Com a adoção do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 15, aplicável para exercícios encerrados em ou após 1° de janeiro de 2018, a receita de serviços passou a ser mensurada com base no valor justo da contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos incidentes, sendo registrada no momento em que transfere o controle do produto ou presta o serviço ao cliente.

A Companhia e suas controladas fornecem serviços para terceiros, que são reconhecidos como obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo. A receita é reconhecida para esses serviços com base no estágio de conclusão do contrato, quando aplicável. A Administração entende que o estágio de conclusão determinado como a proporção do período total esperado para prestação do serviço decorrido no final do período de relatório é uma medida apropriada do progresso com relação ao total cumprimento dessas obrigações de desempenho de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 15.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas adotavam o CPC 30 (R1) – Receitas, equivalente ao IAS 18, onde a receita era reconhecida na extensão em que fosse provável que benefícios econômicos seriam gerados para a Companhia e suas controladas e quando pudesse ser mensurada de forma confiável. A Companhia e suas controladas avaliavam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estava atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que estava atuando como principal em todos os seus contratos de receita vigentes naqueles exercícios.

c) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor dos serviços prestados, incluindo os respectivos tributos diretos de responsabilidade da Companhia e suas controladas, menos os tributos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários (quando aplicável).

Com base no CPC 48 – Instrumentos financeiros, equivalente ao IFRS 9, ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros, com base em estimativas de perdas esperadas para os próximos 12 meses ou por toda a vida da operação. A perda de crédito esperada se baseia na diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais que são devidos à Companhia e suas controladas, de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que Companhia e suas controladas esperam receber, descontados com base na taxa de juros efetiva original.

Até 31 de dezembro de 2017, antes da adoção do CPC 48 – Instrumentos financeiros, equivalente ao IFRS 9, a Companhia e suas controladas constituíam sua provisão para perda de clientes com base no conceito de perda incorrida, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual dos saldos a receber com risco de realização.

d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão-de-obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear de acordo com a respectiva vida útil econômica.

Os ativos imobilizados da Companhia e suas controladas estão demonstrados ao custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (vide item "p" desta nota explicativa).

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos imobilizados e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

As vidas úteis estimadas dos itens do imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 16.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia e suas controladas esperam exercer uma opção de compra deste ativo, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil ativo.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

f) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (vide item "p" desta nota explicativa).

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos. separadamente.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

g) Combinações de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia e suas controladas na data de aquisição, dos passivos incorridos pela Companhia e suas controladas com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia e suas controladas em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados, passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordos de pagamento baseado em ações e ativos classificados como mantidos para venda, todos reconhecidos e mensurados de acordo com os pronunciamentos técnicos específicos para estes temas.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

Quando a contraprestação transferida pela Companhia e suas controladas em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contraprestação contingente. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada nas datas de relatórios subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio líquido. Outras contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas de relatórios subsequentes, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia e suas controladas na entidade (incluindo operações conjuntas) adquirida é remensurada ao seu valor justo na data de aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na entidade adquirida antes da data de aquisição, anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes", são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação tivesse sido alienada.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, o Grupo registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

h) Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido e mensurado conforme descrito no item "Combinação de negócios".

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio são reconhecidas no período subsequente.

Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

A Companhia e suas controladas não reconheceram nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ágio reconhecido em seu ativo.

i) Reconhecimento de despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são ativadas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

j) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) em consequência de um evento passado, seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

A provisão pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias ou quando a obrigação for liquidada.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas constantemente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas reconhecem, ainda, provisões referentes a férias, 13º salário e encargos sociais incidentes sobre essas remunerações, de acordo com a quantidade de períodos trabalhados pelos funcionários, ou seja, de acordo com as obrigações devidas, mas não efetivadas, em cada exercício.

k) Empréstimos e financiamentos

A Companhia e suas controladas registram seus empréstimos e financiamentos obtidos com base no custo amortizado usando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

l) Arrendamentos

Em 6 de outubro de 2017 foi emitido o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16, com vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019 e introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida.

Como permitido pelo pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16, a Companhia reconheceu o efeito cumulativo de aplicar esse pronunciamento a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando o método retrospectivo modificado. Portanto, a Companhia não está reapresentando as informações comparativas.

A Companhia realizou a avaliação para os contratos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, e identificou os ativos e seus contratos, essa avaliação foi dividida em dois estágios, sendo:

- Identificação dos contratos e análise.
- Efeitos nas demonstrações contábeis com a adoção da norma.

Na data de início é reconhecido o direito de uso e o passivo de arrendamento, a Companhia mensura seu passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento, onde é utilizada a taxa incremental, já que não possui taxa de juros implícita em seus contratos.

A taxa incremental estimada é em função das taxas de captação de financiamentos de longo prazo, ajustada para refletir as características do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, moeda, prazo e a data de início do contrato.

Se ocorrer alguma alteração do fluxo de caixa esperado no contrato, o passivo é prontamente remensurado. Somente será revisada a taxa de desconto caso um novo contrato for realizado.

A Companhia e sus controladas amortizam o ativo de direito de uso pelo método linear, pelo prazo do arrendamento.

A Companhia e suas controladas usaram o expediente prático disponível na transição para o CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, para não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento. Portanto, a definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R1), equivalente ao IAS 17 e à IFRIC 4 continuará aplicável aos contratos de arrendamento firmados ou modificados antes de 1º de janeiro de 2019. Adicionalmente, conforme permitido pelo novo pronunciamentos em questão, a Companhia e suas controladas não aplicaram os requerimentos no CPC 06 (R2) para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, reconhecendo uma despesa de arrendamento pelo método linear, conforme previsto no CPC 06(R2), equivalente ao IFRS 16.

Para maiores detalhes sobre os efeitos da adoção inicial deste pronunciamento, vide nota explicativa nº 4.

Até 31 de dezembro de 2018, antes da adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16, a Companhia e suas controladas classificavam seus arrendamentos entre operacional e financeiro, com base na avaliação de transferência substancial de riscos e benefícios para a contraparte, sendo que os arrendamentos operacionais eram contabilizados como despesa no resultado do exercício, quando incorridos, enquanto que os arrendamentos financeiros eram contabilizados no ativo imobilizado da Companhia e suas controladas, tendo como contrapartida o reconhecimento de um passivo de arrendamento.

m) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 9.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de “hedge”.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou (ii) a Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo.

Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado.
- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

n) Capitalização de juros de empréstimos

A Companhia e suas controladas capitalizam os custos de empréstimos, conforme preconizado pelo CPC 20 (R1) e IAS 23, que são direta ou indiretamente atribuíveis à construção de ativo qualificável (ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido) como parte do custo do ativo, sendo as variações cambiais capitalizadas limitadas ao custo de captação no mercado interno vigente na data de obtenção dos empréstimos.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto. A Companhia e suas controladas apresentam os dividendos recebidos como atividade de investimento, conforme permitido pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, equivalente ao IAS 7.

p) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

q) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e suas controladas calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A Companhia e suas controladas consideram no mínimo cada segmento operacional como uma unidade geradora de caixa.

Nos exercícios apresentados não houve nenhuma constituição nem reversão de provisão para perda por redução ao valor recuperável.

r) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação, equivalente ao IAS 33.

s) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia e suas controladas são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia e suas controladas, suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, exceto quando a Companhia e suas controladas forem capazes de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e suas controladas esperam, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

3.2. Estimativas e premissas

3.2.1. Vidas úteis dos bens do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas revisam as vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente no final de cada exercício. Durante o exercício corrente, como resultado desta avaliação, a Administração estabeleceu que as vidas úteis dos seus bens imobilizados se mantiveram inalteradas quando comparadas com aquelas adotadas nos exercícios comparativos.

3.2.2. Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis e, quando aplicável, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, impostos a recuperar são reconhecidos à medida que a Companhia e suas controladas possuem expectativa de realização de tais saldos, seja por compensação com outros tributos, seja por pedido de restituição.

3.2.3. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais, e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.2.4. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para essas técnicas se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar os valores justos apresentados dos instrumentos financeiros.

3.2.5. Avaliação do modelo de negócios

A classificação e mensuração de ativos financeiros depende dos resultados do teste de "apenas pagamentos de principal e juros" e do teste do modelo de negócios. A Companhia e suas controladas determinam o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo de negócios específico. Essa avaliação inclui julgamento que reflete todas as evidências relevantes incluindo a forma como o desempenho dos ativos é avaliado e como seu desempenho é mensurado, os riscos que afetam o desempenho dos ativos e como esses ativos são geridos e como os gestores dos ativos são remunerados. A Companhia e suas controladas monitoram os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes baixados antes do seu vencimento para entender o motivo para a sua alienação e se os motivos estão de acordo com o objetivo do negócio para o qual o ativo foi mantido. O monitoramento faz parte da avaliação contínua sobre se o modelo de negócios para o qual os ativos financeiros remanescentes são mantidos continua adequado e, se não for adequado, se houve alguma mudança no modelo de negócios e alguma alteração prospectiva na classificação desses ativos.

3.2.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.2.7. Cálculo da provisão para perdas

Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante de inadimplência. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da perda de crédito esperada. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período de tempo específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

Aumento significativo no risco de crédito impacta a perda de crédito esperada. Ao avaliar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, a Companhia e suas controladas levam em consideração informações acerca do futuro qualitativas e quantitativas razoáveis e comprováveis.

3.2.8. Mensurações do valor justo e processos de avaliação

Alguns dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas podem ser mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, são usados dados observáveis do mercado na medida em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, outras técnicas de avaliação são utilizadas e informações adequadas ao modelo.

Os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos em combinações de negócio têm seus valores justos mensurados na data da aquisição. Determinadas premissas são adotadas pelos avaliadores para determinação de tais valores justos. A contraprestação contingente em combinações de negócios e ativos financeiros não derivativos mantidos para negociação são particularmente sensíveis a mudanças em um ou mais dados observáveis considerados razoavelmente possíveis no próximo exercício.

3.2.9. Mensurações das taxas de desconto de arrendamentos

As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos direitos de uso e passivos de arrendamento foram definidas pela Companhia e suas controladas considerando as taxas incrementais, uma vez que os contratos firmados não possuem a informação da taxa implícita. Para determinação das taxas incrementais, utilizadas como taxas de desconto, a Companhia e suas controladas utilizaram informações dos contratos de arrendamento, e adotaram premissas, tais como a estrutura de capital do Grupo e o risco do ambiente econômico do país.

4. ADOÇÃO DE PRONUNCIAMENTOS E INTERPRETAÇÕES DO IFRS (NOVOS E REVISADOS)

Foi emitida em janeiro de 2016 o CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) e o método retrospectivo modificado.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor, referentes a determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras, copiadoras, etc.).

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado 31/12/18	Ajustes IFRS 16	Saldos após ajustes 01/01/19	Divulgado 31/12/18	Ajustes IFRS 16	Saldos após ajustes 01/01/19
Ativo circulante	55.566	-	55.566	87.708	-	87.708
Ativo não circulante [1]	224.638	36.742	261.380	394.141	39.222	433.363
Total do ativo	280.204	36.742	316.946	481.849	39.222	521.071
Passivo circulante [2]	52.257	14.127	66.384	92.653	14.459	107.112
Passivo não circulante [2]	80.355	22.615	102.970	241.604	24.763	266.367
Patrimônio líquido	147.592	-	147.592	147.592	-	147.592
Total do passivo e patrimônio líquido	280.204	36.742	316.946	481.849	39.222	521.071

(1) Registrados na rubrica de “Direito de uso”. Para mais detalhes, vide nota explicativa n° 15.

(2) Registrado na rubrica de “Passivo de arrendamento”. Para mais detalhes, vide nota explicativa n° 21.

Além das alterações no CPC 06(R2) – Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16 – Leases, acima mencionado, outras normas novas e revisadas passaram a ser aplicáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A Companhia adotou uma série de alterações às Normas e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo International Accounting Standards Board – IASB, em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve nenhum impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras. A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019.

- Alterações no CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (equivalente ao IAS 28): Investimentos de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures

- Alterações no CPC 48 - Instrumentos financeiros (equivalente ao IFRS 9): Características de Pagamento Antecipado com Compensação Negativa

- Alterações no CPC 33 - Instrumentos financeiros (equivalente ao IAS 19): Alteração, Redução ou Liquidação de Plano de Benefícios aos Empregados

- ICPC 22 - Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (equivalente ao IFRIC 23)

- Melhorias anuais nas IFRSs (Ciclo 2015-2017, IFRS 3 e 11 e IAS 12 e 23).

Normas novas e revisadas aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2018

As seguintes normas novas e revisadas foram adotadas pela Companhia e suas controladas a partir de 1° de janeiro de 2018:

- CPC 48 – Instrumentos financeiros, equivalente à IFRS 9

- CPC 47 – Receita de contratos com clientes, equivalente à IFRS 15
- Alterações ao CPC 10 – Pagamento baseado em ações, equivalente ao IFRS 2
- ICPC 21 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento, equivalente ao IFRIC 22

A adoção pela Companhia e suas controladas das normas novas e revisadas, em 1° de janeiro de 2018, não tiveram efeito ou tais efeitos não foram materiais para as informações financeiras da Companhia e suas controladas.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações à IFRS 3	Definição de Negócios	01/01/2020
Alterações à IAS 1 e IAS 8	Definição de Material	01/01/2020
Estrutura Conceitual	Estrutura Conceitual nas Normas IFRSs	01/01/2020
IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2021
Alterações no CPC 36(R3)/ IFRS 10 e no CPC 18(R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Postergada indefinidamente

Não é esperado que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Caixa e bancos	1.185	2.684	4.370	8.459	6.587	7.535
Aplicações financeiras (*)	10.959	5.439	10.462	35.549	10.235	14.345
Total	12.144	8.123	14.832	44.008	16.822	21.880

(*) Aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez (compostas por Certificados de Depósitos Bancários - CDB pós-fixados), com compromisso de recompra (instituição financeira tem o compromisso de recomprar a aplicação financeira da Companhia e controladas, caso a Companhia e controladas manifestem tal intenção). O rendimento médio em 2019 foi de 98% do CDI (em 2018 foi de 80,26% do CDI e em 2017 foi de 85,6% do CDI).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Circulante	-	-	9.738	-	-	9.738
Não circulante	1.027	-	-	7.100	5.605	5.153
Total	1.027	-	9.738	7.100	5.605	14.891

O valor de R$9.738, classificado no ativo circulante da Controladora em 31 de dezembro de 2017, se refere ao valor destinado para pagamento da aquisição do investimento na Servmar, pagamento este ocorrido em 5 de janeiro de 2018.

Os títulos e valores mobiliários classificados no não circulante na controladora representam aplicações financeiras mantidas com o Banco Bocom BBM, na modalidade de certificados de depósito bancário (CDB), com rendimentos atrelados ao CDI, no valor de R$1.027 em 31 de dezembro de 2019 (zero em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017), referente a contrato de garantia, relacionado ao financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

Os títulos e valores mobiliários classificados no não circulante no consolidado, além das aplicações financeiras mantidas pela controladora junto ao Banco Bocom BBM, é composto por saldo de aplicações financeiras mantidas pela controlada OceanPact Navegação no Banco Itaú, no valor de R$6.073 em 31 de dezembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 no valor de R$5.605 e em 31 de dezembro de 2017 no valor de R$5.153). O saldo mantido no Banco Itaú é referente à aplicação financeira, onde deve ser mantido o valor correspondente a no mínimo três meses da dívida mensal, de acordo com o contrato firmado com o BNDES referente ao financiamento das embarcações. As aplicações estão registradas no ativo não circulante do consolidado, representam operações compromissadas, com rendimentos atrelados ao CDI, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. O rendimento médio em 2019 foi de 98% do CDI (em 2018 foi de 95% e em 2017 foi de 94%).

7. CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Clientes	68.771	32.707	16.027	116.159	54.031	21.562
Partes relacionadas (*)	1.741	57	879	47	17	997
Provisão para perda	(871)	(719)	(361)	(1.430)	(1.589)	(361)
Total	69.641	32.045	16.545	114.776	52.459	22.198

(*) Os saldos a receber de partes relacionadas estão detalhados na nota explicativa n° 24.

A composição dos saldos de clientes vencidos e a vencer está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Saldos a vencer	66.771	29.878	15.418	113.345	49.954	20.953
Saldos vencidos	2.000	2.829	609	2.814	4.077	609
	68.771	32.707	16.027	116.159	54.031	21.562

Para fins da controladora, a Administração julgou ser necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas, com base na perda esperada futura, em 31 de dezembro de 2019, no valor de R$871 (R$719 em 31 de dezembro de 2018 e R$361 em 31 de dezembro de 2017), constituído substancialmente pelo cliente Eisa Petro Um S.A., que representa 41% do saldo de provisão para perda em 31 de dezembro de 2019 (representa 50% do saldo em 31 de dezembro de 2018 e 98% do saldo em 31 de dezembro de 2017).

Para fins do consolidado, a Administração julgou ser necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas, com base na perda esperada futura e, em 31 de dezembro de 2019, tais provisões apresentavam saldo de R$1.430 (R$1.589 em 31 de dezembro de 2018 e R$361 em 31 de dezembro de 2017), constituída substancialmente pelo cliente Eisa Petro Um S.A. e Município do Estado de São Paulo, que representam em conjunto 50% do saldo de provisão para perda em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de provisão para perdas de crédito esperadas se refere principalmente pelos clientes Eisa Petro Um S.A., Petrobras e Fersol Indústria e Comércio, que representam em conjunto aproximadamente 70% do saldo. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo consolidado de provisão para perdas de crédito esperada era basicamente pelo cliente Eisa Petro Um S.A., que representa 98% do saldo naquela data.

A seguir apresentamos a movimentação da provisão para perda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/16	358	358
Provisões	10	10
Reversões por baixa	(7)	(7)
Saldo em 31/12/17	361	361
Saldo oriundo da combinação de negócios (Servmar)	-	826
Provisões	358	435
Reversões por baixa	-	(33)
Saldo em 31/12/18	719	1.589
Provisões	199	291
Reversões por baixa	(47)	(450)
Saldo em 31/12/19	871	1.430

Em 31 de dezembro 2019, os saldos consolidados a receber de clientes mais relevantes são com os clientes Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (representa 44% do saldo em 31 de dezembro de 2019), Modec Serviços de Petróleo do Brasil Ltda., Aet Brasil Serviços SCS Ltda., Dommo Energia S.A. e Total E&P do Brasil Ltda., que juntos com a Petrobras representam 82% dos saldos a receber em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro 2018, os saldos consolidados a receber de clientes mais relevantes são com os clientes Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (representa 34% do saldo em 31 de dezembro 2018), Aet Brasil Serviços SCS Ltda., Chevron Brasil Upstream Frade Ltda., Dommo Energia S.A., Total E&P do Brasil Ltda. e Statoil Brasil Óleo e Gás Ltda., que juntos com a Petrobras representam 78% dos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro 2017, os saldos consolidados a receber de clientes mais relevantes são com os clientes Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (representa 35% do saldo em 31 de dezembro 2017), OGX Petróleo e Gás S.A., Chevron Brasil Upstream Frade Ltda. e Gardline Marine Sciences do Brasil S.A. que juntos com a Petrobras representam 76% dos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2017.

8. ESTOQUES

	Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Estoques	730	162	-
Total	730	162	-

O saldo consolidado de estoques é composto por saldo de R$146 em 31 de dezembro de 2019 (R$162 em 31 de dezembro de 2018 e zero em 31 de dezembro de 2017) da controlada Servmar, referente a aquisições de mercadorias que serão utilizadas na prestação de serviços e por saldo de R$584 em 31 de dezembro de 2019 (zero em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017) da controlada indireta OML, referente a combustível a ser utilizado nas embarcações próprias.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, nenhuma provisão para perda em estoques foi reconhecida.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
IRPJ e CSLL (a)	2.567	834	4.330	8.009	6.916	4.330
PIS e COFINS a recuperar (b)	1.767	447	107	1.974	652	107
Tributos retidos por terceiros (d)	494	584	541	1.484	670	541
CPRB (c)	1.890	-	-	2.439	-	-
Outros tributos a recuperar (d)	458	408	160	1.290	561	160
Total	7.176	2.273	5.138	15.196	8.799	5.138
Circulante	6.841	1.938	4.803	13.643	7.385	4.803
Não circulante	335	335	335	1.553	1.414	335

(a) Os saldos de IRPJ e CSLL, em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017, são referentes a impostos retidos na fonte de clientes e compensações realizadas por estimativa realizada a maior.

(b) Os saldos de PIS e COFINS a recuperar são créditos originados na operação da Companhia, com base no regime não cumulativo.

(c) A Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ou CPRB era um imposto vigente até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. No entanto, a Companhia continuou efetuando o recolhimento dessa contribuição com base em efeito suspensivo solicitado pelo sindicato das empresas de navegação e concedido pelo órgão competente. Em contrapartida reconheceu um ativo referente ao saldo a recuperar do imposto em questão pago a maior ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e a Companhia, vem discutindo com seus assessores jurídicos a melhor forma de recuperar tais saldos.

(d) Tributos retidos por terceiros e outros tributos a recuperar compreendem, principalmente INSS retido por terceiros quando da contratação para prestação de serviços e IR e CS a recuperar.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Processos trabalhistas	281	-	-	590	261	-
Discussão acerca do ISS	2.290	2.290	2.290	2.646	2.646	2.290
Outros depósitos judiciais	-	-	-	13	-	-
Total	2.571	2.290	2.290	3.249	2.907	2.290

O saldo de depósitos judiciais da Controladora é composto por valores depositados judicialmente relacionados a processos trabalhistas em andamento em que a Companhia é ré, e relacionados a pagamentos de ISS através de depósito judicial, decorrente de ações movidas pela Companhia com o cliente Repsol Sinopec Brasil S.A e Samarco Mineração S.A., referente ao município de incidência do ISS. Os mesmos montantes estão reconhecidos no passivo, na rubrica ISS a pagar.

O saldo consolidado inclui, também, depósitos judiciais efetuados pela controlada Servmar, referente a reclamações trabalhistas em que as ações correspondentes estão em andamento (R$309 em 31 de dezembro de 2019, R$261 em 31 de dezembro de 2018 e zero em 31 de dezembro de 2017), e referente a discussão com Município de Diadema, em relação a incidência do ISS (R$356 em 31 de dezembro de 2019, R$356 em 31 de dezembro de 2018 e zero em 31 de dezembro de 2017), além de depósito judicial referente a ação movida contra fornecedor pela controlada OceanPact Geociências, no valor de R$13 em 31 de dezembro de 2019 (zero em 31 de dezembro de 2018 e de 2017).

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Tributos diferidos ativos						
Imposto de renda	7.474	6.738	5.267	23.703	18.720	7.610
Contribuição social	3.173	2.836	1.896	9.161	7.052	2.233
Outros tributos	368	-	-	424	-	-
Total	11.015	9.574	7.163	33.288	25.772	9.843
Tributos diferidos passivos						
Imposto de renda	-	-	-	492	1.206	1.408
Contribuição social	-	-	-	-	192	-
Total	-	-	-	492	1.398	1.408

O saldo de outros tributos diferidos ativos refere-se, principalmente ao PIS e COFINS, no valor de R$368 (controladora) e R$424 (consolidado), referente ao reconhecimento dos referidos impostos sobre a amortização e juros dos arrendamentos (zero em 31 de dezembro de 2018 e de 2017).

O imposto de renda e contribuição social diferidos acumulados no ativo e passivo são compostos conforme apresentado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Variação cambial líquida	(47)	(433)	(27)	16.672	12.496	1.519
Custos capitalizados OceanPact Navegação	(753)	(800)	(847)	(753)	(800)	(847)
Impostos exigibilidade suspensa	761	761	761	761	761	761
Prejuízo fiscal e Base negativa de CSLL	842	5.352	5.305	1.925	6.479	5.305
Provisões	8.024	5.025	1.662	14.950	5.967	1.970
Mais valia do ativo imobilizado	490	(722)	-	490	(1.396)	(1.383)
Ganho remensuração de investimento (nota explicativa n° 14)	(511)	-	-	(511)	-	-
Arrendamento mercantil	1.841	-	-	1.841	-	-
Depreciação acelerada para fins fiscais	-	-	-	(2.112)	-	-
Outros efeitos pulverizados	-	391	309	(891)	867	1.110
IRPJ e CSLL diferidos ativo (passivo), líquido	10.647	9.574	7.163	32.372	24.374	8.435

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
CSLL	3.173	2.836	1.896	9.161	6.861	2.233
IRPJ	7.474	6.738	5.267	23.211	17.513	6.202
IRPJ e CSLL diferidos ativo (passivo), líquido	10.647	9.574	7.163	32.372	24.374	8.435
IRPJ e CSLL diferidos ativo	10.647	9.574	7.163	32.864	25.772	9.843
IRPJ e CSLL diferidos passivo	-	-	-	(492)	(1.398)	(1.408)
IRPJ e CSLL diferidos ativo (passivo), líquido	10.647	9.574	7.163	32.372	24.374	8.435

A Companhia possui, no consolidado, tributos diferidos ativos de R$33.288 em 31 de dezembro de 2019 (R$25.772 em 31 de dezembro de 2018 e R$9.843 em 31 de dezembro de 2017), que se referem substancialmente a variação cambial tributada pelo regime caixa, apurada na controlada OceanPact Navegação, saldo de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e provisões não dedutíveis.

O saldo de imposto diferido passivo consolidado, de R$492 em 31 de dezembro de 2019 (R$1.398 em 31 de dezembro de 2018 e R$1.408 em 31 de dezembro de 2017) é referente à controlada OML, decorrente principalmente de benefícios de diferimento de tributação da depreciação de ativos imobilizado desta investida.

A controlada Servmar possui saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R$24.115 (crédito fiscal) em 31 de dezembro de 2019 (R$25.316 em 31 de dezembro de 2018), os quais não foram registrados, devido à baixa expectativa de realização efetuada pela Administração.

O Grupo, após a realização de solução de consulta junto à Receita Federal do Brasil, obteve resposta positiva quanto ao questionamento da aplicabilidade de depreciação fiscal acelerada em razão da utilização de ativo imobilizado em período superior a um turno de trabalho, motivo pelo qual passou, a partir de maio de 2019, a depreciar de forma acelerada duas embarcações da controlada OceanPact Navegação, que trabalham em mais de um turno de revezamento.

Com base na expectativa de realização efetuada pela Administração, os impostos diferidos ativos reconhecidos em 31 de dezembro de 2019 no ativo da controladora e consolidado, serão realizados conforme demonstrativo abaixo.

Ano	Controladora	Consolidado
2020	10.851	18.699
2021	413	1.820
2022	413	1.820
2023	413	1.820
Após 2023	-	10.204
Imposto diferido sobre diferenças temporárias ativas, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	12.090	34.363
Imposto diferido sobre diferenças temporárias passivas	(1.075)	(1.567)
Impostos diferidos ativo (passivo), líquido	11.015	32.796

12. OUTROS VALORES A RECEBER

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Adiantamentos a fornecedores	6.340	5.329	2.359	10.906	6.302	2.363
Compartilhamento de despesas (nota explicativa nº 24.3)	1.085	3.782	852	143	284	331
Despesas antecipadas (*)	3.042	2.038	1.469	4.265	2.999	2.108
Outros valores a receber - partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	61	1.889	1.704	1	-	-
Retenções contratuais - clientes	560	28	-	3.674	2.997	-
Indenizações (**)	-	-	1.300	-	-	1.300
Outros valores a receber	1.504	832	439	2.184	885	562
Total	12.592	13.898	8.123	21.173	13.467	6.664
Circulante	11.876	10.935	8.028	17.284	10.731	6.569
Não circulante	716	2.963	95	3.889	2.736	95

(*) Saldo de despesas antecipadas referem-se principalmente a despesas com seguros que são apropriadas ao resultado com base no regime de competência.

(**) Saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 referente reembolso de indenização relacionada um processo decorrente de acidente de trabalho com óbito de um funcionário da Companhia, cuja indenização foi recebida da seguradora durante o exercício de 2018.

A parcela classificada no ativo não circulante refere-se, principalmente, a retenções realizadas por clientes, que a Companhia espera realizar após doze meses, com base nas condições e prazos contratuais. Os termos definidos em determinados contratos com clientes estabelecem que uma parte do valor faturado referente a serviços prestados é retido por estes como uma medida protetiva para eventuais questionamentos e, após um período a depender dos prazos contratuais, tais valores são efetivamente recebidos pela Companhia.

13. EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS

A Companhia, em 11 de junho de 2018, concedeu um empréstimo no valor de R$5.300, para a Santa Lúcia Patrimonial Ltda. (“Santa Lúcia” ou “SLP”), remunerado pela taxa Selic, até a data da aquisição de controle da SLP pela Companhia, conforme mencionado na nota explicativa n° 35.

14. INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia são representados pelos saldos a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
OceanPact Navegação	51.313	51.568	69.777	-	-	-
OceanPact International	43.343	35.248	36.007	-	-	-
EnvironPact	1.251	989	1.342	-	-	-
OceanPact Uruguay	4	3	3	-	-	-
OceanPact Geociências	26.484	12.138	10.930	-	12.138	10.930
O'Brien's do Brasil	1.927	945	1.200	3.706	1.817	2.308
OML	-	-	-	-	13.788	17.454
Servmar	18.609	17.418	-	-	-	-
OceanPact Netherlands	41.704	(56)	-	-	-	-
Maraú	2.500	-	-	-	-	-
Total	187.135	118.253	119.259	3.706	27.743	30.692

(a) Movimentação dos saldos de investimentos

As movimentações nos saldos das investidas estão demonstradas a seguir.

	Controladora							
Investidas	31/12/18	Aquisição de investimento / Aporte de capital	Ágio – rentabilidade futura	Ganho na remensuração de investimento	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	Dividendos (*)	31/12/19
OceanPact Navegação	51.568	-	-	-	-	(255)	-	51.313
OceanPact International	35.248	7.953	-	1.660	1.382	(2.900)	-	43.343
EnvironPact	989	-	-	-	-	1.459	(1.197)	1.251
OceanPact Uruguay	3	-	-	-	1	-	-	4
OceanPact Geociências	12.138	14.109	219	482	96	(695)	135	26.484
O'Brien's do Brasil	945	-	-	-	-	1.578	(596)	1.927
Servmar (**)	17.418	-	-	-	-	1.191	-	18.609
OceanPact Netherlands	(56)	43.291	-	-	270	(1.801)	-	41.704
Maraú	-	2.500	-	-	-	20	(20)	2.500
Total	118.253	67.853	219	2.142	1.749	(1.403)	(1.678)	187.135

(*) Valores positivos referem-se a dividendos declarados que foram revertidos no exercício subsequente.

(**) Inclui valor de ágio apurado na aquisição, no valor de R$4.637.

	Controladora						
Investidas	31/12/17	Ágio – rentabilidade futura	Aquisição de investimento	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	Dividendos (*)	31/12/18
OceanPact Navegação	69.777	-	-	-	(18.209)	-	51.568
OceanPact International	36.007	-	-	5.713	(6.472)	-	35.248
EnvironPact	1.342	-	-	-	32	(385)	989
OceanPact Uruguay	3	-	-	-	-	-	3
OceanPact Geociências	10.930	-	-	-	(43)	1.251	12.138
O'Brien's do Brasil	1.200	-	-	-	30	(285)	945
Servmar	-	4.637	13.104	-	(323)	-	17.418
OceanPact Netherlands	-	-	-	-	(56)	-	(56)
Total	119.259	4.637	13.104	5.713	(25.041)	581	118.253

(*) Valores positivos referem-se a dividendos declarados que foram revertidos no exercício subsequente.

	Controladora					
Investidas	31/12/16	Redução de capital	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	Dividendos	31/12/17
OceanPact Navegação	69.981	-	-	3.178	(3.382)	69.777
OceanPact International	36.690	(4.204)	822	2.699	-	36.007
EnvironPact	981	-	-	521	(160)	1.342
OceanPact Uruguay	3	-	-	-	-	3
OceanPact Geociências	12.027	-	-	203	(1.300)	10.930
O'Brien's do Brasil	847	-	-	563	(210)	1.200
Total	120.529	(4.204)	822	7.164	(5.052)	119.259

	Consolidado					
Investidas	31/12/18	Aquisição de controle	Remensuração a valor justo	Equivalência patrimonial	Dividendos	31/12/19
OceanPact Geociências	12.138	(14.750)	482	2.130	-	-
O'Brien's do Brasil	1.817	-	-	3.035	(1.146)	3.706
OML	13.788	(14.968)	1.660	(480)	-	-
Total	27.743	(29.718)	2.142	4.685	(1.146)	3.706

	Consolidado				
Investidas	31/12/17	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	Dividendos (*)	31/12/18
OceanPact Geociências	10.930	-	(43)	1.251	12.138
O'Brien's do Brasil	2.307	-	58	(548)	1.817
OML	17.455	2.408	(1.986)	(4.089)	13.788
Total	30.692	2.408	(1.971)	(3.386)	27.743

(*) Valores positivos referem-se a dividendos declarados que foram revertidos no exercício subsequente.

	Consolidado						
Investidas	31/12/16	Remensuração a valor justo	Aquisição de controle	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	Dividendos	31/12/17
OceanPact Geociências	12.027	-	-	-	203	(1.300)	10.930
O'Brien's do Brasil	1.630	-	-	-	1.082	(404)	2.308
OML	13.544	-	-	353	3.557	-	17.454
MMB ([1])	1.230	621	(1.851)	-	-	-	-
Total	28.431	621	(1.851)	353	4.842	(1.704)	30.692

([1]) Em 31 de outubro de 2017, a Cod Hole, controlada indireta da Companhia, adquiriu a participação adicional de 68,66% na MMB e, com esta operação, a Cod Hole passou a deter o controle da investida com 100% de participação (vide item c da nota explicativa n° 14.2).

A apropriação dos juros e encargos capitalizados, referente ao empréstimo junto ao Banco Itaú BBA, no investimento da controlada OceanPact Navegação, é reconhecido no resultado de equivalência patrimonial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 este valor foi de R$204 (R$ 204 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017). O saldo a apropriar referente a capitalização dos juros em 31 de dezembro de 2019 é de R$3.268 (R$3.472 em 31 de dezembro de 2018 e R$3.676 em 31 de dezembro de 2017).

(b) Informações financeiras resumidas das investidas e conciliação com as demonstrações financeiras da Companhia (Controladora e Consolidado)

Os saldos das coligadas, controladas e controladas em conjunto diretas da Companhia em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão apresentados a seguir.

	31/12/2019					2019	
Investidas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
OceanPact Navegação	13.289	246.445	23.405	188.284	48.045	55.613	(51)
OceanPact International	1.506	40.177	-	-	41.683	141	(2.900)
EnvironPact	482	1.784	1.011	4	1.251	105	1.524
OceanPact Uruguay	4	-	-	-	4	-	-
OceanPact Geociências	42.821	52.422	36.251	34.031	24.961	82.310	1.871
O'Brien's do Brasil	14.559	2.371	8.314	1.204	7.412	29.692	6.073
Servmar	28.898	22.550	26.530	11.279	13.639	117.441	2.262
OceanPact Netherlands	1.924	39.826	46	-	41.704	2.218	(1.801)
Maraú	2.529	1	30	-	2.500	-	20
OceanPact México	1.390	-	-	1.390	-	-	-
Cod Hole	2.756	22.140	-	-	24.896	3.245	(3.784)
MMB	699	11	77	-	633	2.778	224
OML	16.235	27.274	13.280	-	30.229	12.408	(2.691)

	31/12/2018					2018	
Investidas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
OceanPact Navegação	10.765	256.808	23.366	196.111	48.096	51.429	(18.004)
OceanPact International	1.345	62.087	-	28.184	35.248	-	(6.475)
EnvironPact	117	880	6	2	989	627	546
OceanPact Uruguay	3	-	-	-	3	-	-
OceanPact Geociências	19.020	24.378	16.680	3.722	22.996	43.314	(86)
O'Brien's do Brasil	5.626	514	2.445	62	3.633	9.473	116
Servmar	23.430	25.435	22.352	15.136	11.377	85.829	8
OceanPact Netherlands	11	25.486	25.553	-	(56)	-	(56)
Cod Hole	27.117	23.125	16	47.857	2.369	2.578	(4.175)
MMB	1.564	465	700	-	1.329	2.941	(27)
OML	2.957	8.596	3.825	178	7.550	1.242	(1.853)

	31/12/2017					2017	
Investidas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
OceanPact Navegação	16.003	252.949	21.766	181.086	66.100	48.930	3.382
OceanPact International	2.400	36.091	2.484	-	36.007	-	2.693
EnvironPact	323	1.120	81	18	1344	894	1.240
OceanPact Uruguay	3	-	-	-	3	-	-
OceanPact Geociências	14.687	18.693	11.504	1.296	20.580	28.018	406
O'Brien's do Brasil	6.878	485	2.331	416	4.616	11.408	2.165
Cod Hole	11.924	6.713	-	12.751	5.886	929	(471)
MMB	1.033	436	243	-	1.226	280	199
OML	3.987	10.038	2.814	442	10.769	813	143

Os quadros a seguir conciliam as informações financeiras das investidas diretas da Companhia com os saldos dos investimentos da controladora.

Em 31 de dezembro de 2019	Controladora									
	OceanPact Navegação	OceanPact International	EnvironPact	OceanPact Uruguay	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	Servmar	OceanPact Netherlands	Maraú	Total
PL investida	48.045	41.683	1.251	4	24.961	7.412	13.639	41.704	2.500	
% participação direta	100%	100%	99,95%	99%	100%	26%	100%	100%	99,9%	
Subtotal	48.045	41.683	1.250	4	24.961	1.927	13.639	41.704	2.498	
Mais valia - ganho remensuração	-	1.660	-	-	482	-	-	-	-	
Mais valia – aquisição participação	-	-	-	-	1.681	-	333	-	-	
Ágio	-	-	-	-	-	-	4.637	-	-	
Capitalização de juros	3.268	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros efeitos	-	-	1	-	(640)	-	-	-	2	
Total investimentos	51.313	43.343	1.251	4	26.484	1.927	18.609	41.704	2.500	187.135

Em 31 de dezembro de 2018	Controladora								
	OceanPact Navegação	OceanPact International	EnvironPact	OceanPact Uruguay	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	Servmar	OceanPact Netherlands	Total
PL investida	48.096	35.248	989	3	22.996	3.633	11.377	(56)	
% participação direta	100%	100%	99,95%	99%	50%	26%	100%	100%	
Subtotal	48.096	35.248	989	3	11.498	945	11.377	(56)	
Mais valia – aquisição participação	-	-	-	-	-	-	1.404	-	
Ágio	-	-	-	-	-	-	4.637	-	
Capitalização de juros	3.472	-	-	-	-	-	-	-	
Outros efeitos	-	-	-	-	640	-	-	-	
Total investimentos	51.568	35.248	989	3	12.138	945	17.418	(56)	118.253

Em 31 de dezembro de 2017	Controladora						
	OceanPact Navegação	OceanPact International	EnvironPact	OceanPact Uruguay	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	Total
PL investida	66.100	36.007	1.344	3	20.580	4.616	
% participação direta	100%	100%	99,95%%	99%	50%	26%	
Subtotal	66.100	36.007	1.343	3	10.290	1.200	
Capitalização de juros	3.677	-	-	-	-	-	
Outros efeitos	-	-	(1)	-	640	-	
Total investimentos	69.777	36.007	1.342	3	10.930	1.200	119.259

Os quadros a seguir conciliam as informações financeiras das investidas diretas da Companhia com os saldos do resultado de equivalência patrimonial da controladora.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Controladora									
	OceanPact Navegação	OceanPact International	EnvironPact	OceanPact Geociências		O'Brien's do Brasil	Servmar	OceanPact Netherlands	Maraú	Total
				01/01/19 a 03/11/19	03/11/19 a 31/12/19					
Lucro (prejuízo) da investida	(51)	(2.900)	1.524	4.260	(2.389)	6.073	2.262	(1.801)	20	
% participação direta	100%	100%	99,95%	50%	100%	26%	100%	100%	99,9%	
Subtotal	(51)	(2.900)	1.523	2.130	(2.389)	1.579	2.262	(1.801)	20	
Amortização de mais valia	-	-	-	-	(119)	-	(1.071)	-	-	
Amortização juros capitalizados	(204)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros efeitos	-	-	(64)	-	(317)	(1)	-	-	-	
Total resultado de equivalência	(255)	(2.900)	1.459	(695)		1.578	1.191	(1.801)	20	(1.403)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Controladora							
	OceanPact Navegação	OceanPact International	EnvironPact	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	Servmar	OceanPact Netherlands	Total
Lucro (prejuízo) da investida	(18.004)	(6.475)	546	(86)	116	8	(56)	
% participação direta	100%	100%	99,95%	50%	26%	100%	100%	
Subtotal	(18.004)	(6.475)	546	(43)	29	8	(56)	
Amortização de mais valia	-	-	-	-	-	(332)	-	
Amortização juros capitalizados	(205)	-	-	-	-	-	-	
Outros efeitos	-	3	(514)	-	1		-	
Total resultado de equivalência	(18.209)	(6.472)	32	(43)	30	(323)	(56)	(25.041)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Controladora					
	OceanPact Navegação	OceanPact International	EnvironPact	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	Total
Lucro (prejuízo) da investida	3.382	2.693	1.240	406	2.165	
% participação direta	100%	100%	99,95%	50%	26%	
Subtotal	3.382	2.693	1.239	203	563	
Amortização de mais valia	-	-	-	-	-	
Amortização juros capitalizados	(204)	-	-	-	-	
Outros efeitos	-	6	(718)	-	-	
Total resultado de equivalência	3.178	2.699	521	203	563	7.164

Os quadros a seguir conciliam as informações financeiras das investidas diretas da Companhia com os saldos dos investimentos do consolidado.

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2019	O'Brien's do Brasil
PL investida	7.412
% participação direta	50%
Total investimentos	3.706

	Consolidado			
Em 31 de dezembro de 2018	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	OML	Total
PL investida	22.996	3.633	27.576	
% participação direta	50%	50%	50%	
Subtotal	11.498	1.817	13.788	
Outros efeitos	640	-	-	
Total investimentos	12.138	1.817	13.788	27.743

	Consolidado			
Em 31 de dezembro de 2017	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	OML	Total
PL investida	20.580	4.616	34.908	
% participação direta	50%	50%	50%	
Subtotal	10.290	2.308	17.454	
Outros efeitos	640	-	-	
Total investimentos	10.930	2.308	17.454	30.692

Os quadros a seguir conciliam as informações financeiras das investidas diretas da Companhia com os saldos do resultado de equivalência patrimonial do consolidado.

	Consolidado			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	OceanPact Geociências (*)	O'Brien's do Brasil	OML (*)	Total
Lucro (prejuízo) da investida	4.260	6.073	(960)	
% participação direta	50%	50%	50%	
Subtotal	2.130	3.037	(480)	
Outros efeitos	-	(2)	-	
Total resultado de equivalência	2.130	3.035	(480)	4.685

	Consolidado			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	OML	Total
Lucro (prejuízo) da investida	(86)	116	(3.972)	
% participação direta	50%	50%	50%	
Total resultado de equivalência	(43)	58	(1.986)	(1.971)

	Consolidado			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	OceanPact Geociências	O'Brien's do Brasil	OML	Total
Lucro (prejuízo) da investida	406	2.165	7.114	
% participação direta	50%	50%	50%	
Total resultado de equivalência	203	1.082	3.557	4.842

(*) Considera lucro da OceanPact Geociências e da OML de 1° de janeiro de 2019 a 3 de novembro de 2019, quando foi obtido o controle dessas investidas (vide nota explicativa n° 14.2).

(c) Informações adicionais sobre determinadas investidas da Companhia

Em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017, a OceanPact Tecnologia possuía capital social subscrito e não integralizado de R$100,00 (cem reais), não possuindo ativos ou passivos nessas datas.

Em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017, a OceanPact Uruguay possuía capital social subscrito e integralizado de R$4, R$3 e R$3, respectivamente.

A razão social da OceanPact Geociências era Gardline Marine Sciences do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. A Companhia, em novembro de 2019, aumentou sua participação nesta investida, passando de 50% a 100% sua participação na investida em questão e, consequentemente, a OceanPact Geociências passou a ser uma controlada integral da Companhia a partir de 4 de novembro de 2019 (nota explicativa nº 14.2.a).

Em 31 de dezembro de 2019, a OceanPact Serviços Marítimos possui um saldo a pagar aos vendedores, referente à aquisição da Servmar, no valor de R$2.233, apresentado no passivo circulante - rubrica "Outras obrigações" do passivo não circulante (R$3.313 em 31 de dezembro de 2018 e zero em 31 de dezembro de 2017) (nota explicativa nº 14.2.b). Não há incidência de juros sobre esse saldo e a Companhia tem a expectativa de efetuar o pagamento no final do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2019, a OceanPact Netherlands possuía capital subscrito e integralizado no valor de R$43.602 e, em 31 de dezembro de 2018, possuía capital subscrito e não integralizado de R$7.748 (US$10.819 mil e US$2.000 mil, respectivamente).

Em 31 de dezembro de 2019, a Maraú possuía capital social integralizado de R$2.500 e saldo de caixa e equivalentes de caixa no mesmo valor.

Em 31 de dezembro de 2019, a Camamú possuía capital social subscrito e não integralizado de R$2.500, não possuindo ativos ou passivos nessa data.

Em 31 de dezembro de 2019, a OceanPact México possuía capital social subscrito e não integralizado de R$106 (equivalentes a US$ 26 mil).

A Cod Hole é uma investida indireta da Companhia, controlada da OceanPact International Holding Cayman e, portanto, consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

A OML é uma investida indireta da Companhia, controlada em conjunto pela OceanPact International e pela OceanPact Geociências e, portanto, consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia. Anteriormente denominada Gardline Maritime Limited, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 esta investida não era consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia, através da sua controlada OceanPact International detinha o controle compartilhado da OML, com 50% de participação, sendo os 50% remanescentes detidos por uma empresa terceira. Em 4 de novembro de 2019, a OceanPact Geociências adquiriu a participação de 50% na OML que era detida pelo terceiro, passando a OceanPact Geociências a exercer controle compartilhado com a OceanPact International na OML. Nesta mesma data a Companhia passou a deter controle na OceanPact Geociências, quando adquiriu a participação remanescente de 50%, e o controle integral, da investida OceanPact Geociências, que detém 50% de participação na OML (nota explicativa nº 14.2.a). A OceanPact Geociências elaborou laudo de avaliação a valor justo dos ativos líquidos da OML para reconhecimento desta aquisição, que impactou as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme apresentado na nota explicativa 14.3).

A MMB é uma investida indireta da Companhia, controlada da Cod Hole e, portanto, consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

14.1. Dividendos a receber

A seguir apresentamos a movimentação dos saldos de dividendos a receber:

	Controladora						
	31/12/16	Baixas	Adições	31/12/17	Baixas	Adições	31/12/18
O'Briens do Brasil	110	(182)	210	138	(415)	285	8
OceanPact Geociências	249	-	1.300	1.549	(1.414)	-	135
OceanPact Navegação	5.697	(5.697)	3.382	3.382	(1.000)	-	2.382
EnvironPact	-	(160)	160	-	(385)	385	-
	6.056	(6.039)	5.052	5.069	(3.214)	670	2.525

	Controladora			
	31/12/18	Baixas	Adições	31/12/19
O'Briens do Brasil	8	(215)	596	389
OceanPact Geociências	135	(135)	-	-
OceanPact Navegação	2.382	(990)	-	1.392
EnvironPact	-	(197)	1.197	1.000
Maraú	-	-	20	20
	2.525	(1.537)	1.813	2.801

	Consolidado						
	31/12/16	Baixas	Adições	31/12/17	Baixas	Adições	31/12/18
O'Briens do Brasil	211	(350)	569	430	(964)	548	14
OceanPact Geociências	498	(414)	1.300	1.384	(1.249)	-	135
OML	-	-	-	-	(4.089)	4.089	-
	709	(764)	1.869	1.814	(6.302)	4.637	149

	Consolidado			
	31/12/18	Baixas	Adições	31/12/19
O'Briens do Brasil	14	(414)	1.146	746
OceanPact Geociências	135	(135)	-	-
	149	(549)	1.146	746

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram recebidos US$1.175 mil, correspondentes a R$4.089 na controlada OceanPact International, referente à sua investida OML (zero no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

14.2. Combinação de negócios

a) Aquisição de controle OceanPact Geociências

Em 4 de novembro de 2019, a Companhia, seguindo sua estratégia de crescimento dos negócios e com o principal objetivo de expansão de suas atividades operacionais de serviços ambientais e serviços submarinos, adquiriu a participação remanescente de 50%, e com isso o controle integral da investida OceanPact Geociências. Fundada em 2012 no Rio de Janeiro, a OceanPact Geociências tem como atividade a prestação de serviços relacionados com projetos de pesquisa marinha em águas brasileiras, para o cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Anteriormente denominada Gardline Marine Sciences do Brasil S.A., teve sua razão social alterada em 2019. Antes da combinação de negócios, a Companhia detinha 50% de participação nessa investida, possuía controle compartilhado e, portanto, refletia tal participação nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, portanto, esta combinação foi realizada em estágios.

O valor da aquisição foi de R$14.968, a contraprestação transferida em 5 de novembro de 2019 foi de R$15.093, sendo a diferença decorrente de variação cambial, reconhecida como despesa no resultado financeiro da Companhia. A Companhia elaborou laudo de avaliação do valor justo líquido, que avaliou os ativos e passivos da investida a valor justo na data da aquisição do controle, como demonstrado a seguir.

Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição - em milhares de reais - R$:

Em 4 de novembro de 2019	Valores contábeis	Ajustes a valor justo	Valores justos
ATIVOS			
Caixa e equivalentes	37.946	-	37.946
Clientes	23.444	-	23.444
Tributos a recuperar	2.060	-	2.060
Outros valores a receber	3.484	-	3.484
Ativo circulante	66.934	-	66.934
Outros valores a receber	550	-	550
Ativo fiscal diferido	2.662	-	2.662
Imobilizado	28.101	2.604	30.705
Intangível	77	-	77
Ativo não circulante	31.390	2.604	33.994
PASSIVOS			
Empréstimos e financiamentos	(45.200)	-	(45.200)
Fornecedores	(13.946)	-	(13.946)
Obrigações tributárias	(2.836)	-	(2.836)
Obrigações trabalhistas	(2.826)	-	(2.826)
Outras obrigações	(180)	-	(180)
Passivo Circulante	(64.988)	-	(64.988)
Empréstimos e financiamentos	(5.556)	-	(5.556)
Imposto diferido passivo	-	(885)	(885)
Passivo não circulante	(5.556)	(885)	(6.441)
Ativos adquiridos, líquidos dos passivos assumidos	27.780	1.719	29.499

Em 4 de novembro de 2019	R$ mil
Valor contábil da participação detida anteriormente	14.268
Ganho na remensuração do investimento	482
Valor justo da participação detida anteriormente (50%)	14.750
Valor da contraprestação transferida aquisição participação remanescente	14.968
(=) Contraprestação total	29.718
(-) Valor justo dos ativos líquidos da OceanPact Geociências	(29.499)
(=) Ágio apurado na aquisição	219
Receita reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, oriunda desta combinação de negócios	482

A combinação de negócios, na qual ocorreu a aquisição do controle da OceanPact Geociências, resultou em mais valia dos ativos imobilizados, referente a equipamentos. Esta mais valia será depreciada com base na vida útil remanescente dos ativos correspondentes, que corresponde na data da combinação a uma vida útil remanescente média de aproximadamente 8 anos.

A combinação de negócios, na qual a Companhia obteve controle da OceanPact Geociências, resultou em um ágio no valor de R$219, que se justifica pela obtenção do controle da referida investida. Na combinação de negócios foi apurado um ganho pela remensuração do investimento detido anteriormente pela Companhia na OceanPact Geociências de R$482, calculado pela diferença positiva entre o valor justo dos ativos líquidos proporcional à participação detida anteriormente com o valor contábil desse investimento na data da combinação de negócios.

O ganho pela remensuração do investimento detido anteriormente no montante de R$482, está registrado na demonstração do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na linha de outras receitas e despesas operacionais.

Caso a combinação de negócios tivesse ocorrida em 1° de janeiro de 2019, a receita líquida consolidada seria acrescida em R$63.322 e o lucro líquido consolidado seria reduzido em R$2.345, respectivamente.

b) Aquisição de controle Servmar Serviços Técnicos Ambientais Ltda.

Em 5 de janeiro de 2018, a Companhia adquiriu 100% de participação na Servmar Serviços Técnicos Ambientais Ltda. ("Servmar"). A Servmar foi fundada em 1986 no Estado de São Paulo, tendo como principais atividades a participação no setor de consultoria e engenharia ambiental e principal cliente a Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O principal motivo para esta aquisição pela Companhia foi a expansão de suas atividades operacionais de apoio logístico e engenharia e de serviços ambientais, seguindo sua estratégia de crescimento dos negócios.

A contraprestação transferida por essa aquisição foi de R$17.741, tendo sido pago R$7.250 em 5 de janeiro de 2018, pagamentos mensais em 2018 que somam R$7.000 e parte referente a pagamentos contingentes atrelados a determinadas métricas estabelecidas no contrato de aquisição, avaliados na data da combinação de negócios pelo valor justo de R$3.491. O saldo a pagar aos vendedores em 31 de dezembro de 2018 é de R$3.313 e, em 31 de dezembro de 2019 é de R$2.233, avaliados aos seus valores justos nessas datas, e reconhecido como passivo não circulante na rubrica "Outras obrigações". A Companhia elaborou laudo de avaliação do valor justo líquido, que avaliou os ativos e passivos da investida a valor justo na data da aquisição do controle, como demonstrado a seguir.

Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição - em milhares de reais - R$:

Em 5 de janeiro de 2018	Valores contábeis	Ajustes a valor justo	Valores justos
ATIVOS			
Caixa e equivalentes	2.506	-	2.506
Clientes	10.841	-	10.841
Outros valores a receber	4.775	-	4.775
Ativo circulante	18.122	-	18.122
Outros valores a receber	1.751	-	1.751
Ativo fiscal diferido	1.208	-	1.208
Imobilizado	4.907	2.630	7.537
Ativo não circulante	7.866	2.630	10.496

Em 5 de janeiro de 2018	Valores contábeis	Ajustes a valor justo	Valores justos
PASSIVOS			
Empréstimos e financiamentos	(2.256)	-	(2.256)
Contas a pagar	(4.661)	-	(4.661)
Obrigações tributárias	(1.939)	-	(1.939)
Obrigações sociais e trabalhistas	(3.166)	-	(3.166)
Passivo de arrendamento	(1.132)	-	(1.132)
Outras obrigações	(920)	-	(920)
Passivo circulante	(14.074)	-	(14.074)
Provisão para riscos	(253)	-	(253)
Impostos a pagar	(293)	-	(293)
Imposto diferido sobre a mais valia	-	(894)	(894)
Passivo não circulante	(546)	(894)	(1.440)
Ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos	11.368	1.736	13.104
Contraprestação transferida e a transferir			17.741
Montante não alocado – ágio			4.637

A combinação de negócios, na qual ocorreu a aquisição do controle da Servmar, resultou no reconhecimento de um ágio baseado em rentabilidade futura de R$4.637 (vide nota explicativa nº 16), reconhecido junto ao investimento, na data da aquisição. Este ágio por rentabilidade futura se justifica pelo contexto de mercado, e avaliação dos contratos em andamento da Servmar. Nas demonstrações financeiras individuais o ágio é apresentado junto ao investimento, enquanto nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é apresentado no grupo de intangíveis, de acordo com o que dita o ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. Considerando que a aquisição ocorreu em 5 de janeiro de 2018, não há diferença a ser considerada para divulgação das informações de receitas e resultado do exercício da entidade combinada para o período de reporte corrente, como se a data da aquisição fosse 1° de janeiro de 2018 e as receitas e resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 desta controlada que impactou as demonstrações consolidadas da Companhia, nos respectivos montantes de R$85.829 (receita líquida) e R$8 (lucro líquido).

A mais valia apurada, no valor de R$2.630 foi alocada a bens e diferentes classes de imobilizado, sendo 96% desta mais valia alocada à classe de veículos, com vida útil remanescente média de aproximadamente 7 anos.

c) Aquisição de controle da MMB

Em 31 de outubro de 2017, a Cod Hole, controlada indireta da Companhia, adquiriu a participação adicional de 68,66% na MMB pelo montante de NOK 9.156 mil (equivalente a R$ 3.662) e, com esta operação, a Cod Hole passou a deter o controle da investida com 100% de participação. Antes da obtenção de controle, a Cod Hole possuía 31,34% de participação na MMB, detendo influência significativa na mesma.

O principal motivo para esta aquisição pelo Grupo foi a expansão de suas atividades operacionais de apoio logístico e engenharia, seguindo sua estratégia de crescimento dos negócios.

A Companhia elaborou laudo de avaliação do valor justo líquido, que avaliou os ativos e passivos da investida a valor justo na data da aquisição do controle, como demonstrado a seguir.

Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição - em milhares de coronas norueguesas (NOK mil) e em milhares de reais (R$ mil):

Em 31 de outubro de 2017	Valores contábeis	Ajustes a valor justo	Valores justos	
	NOK mil (*)	NOK mil (*)	NOK mil (*)	R$ mil
ATIVOS				
Caixa e equivalentes	1.856	-	1.856	742
Clientes	411	-	411	164
Despesas antecipadas	145	-	145	58
Ativo circulante	2.412	-	2.412	964
Imposto diferido ativo	905	-	905	362
Imobilizado	145	16.092	16.237	6.495
Ativo não circulante	1.050	16.092	17.142	6.857
PASSIVOS				
Contas a pagar	(152)	-	(152)	(61)
Obrigações tributárias	(368)	-	(368)	(147)
Obrigações sociais e trabalhistas	(341)	-	(341)	(136)
Outros passivos	(62)	-	(62)	(25)
Passivo circulante	(923)	-	(923)	(369)
Imposto diferido sobre a mais valia	-	(3.862)	(3.862)	(1.545)
Passivo não circulante	-	(3.862)	(3.862)	(1.545)
Ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos	2.539	12.230	14.769	5.907

(*) Valores expressos em milhares de coroas norueguesas.

Em 31 de outubro de 2017	R$ mil
Valor contábil da participação detida anteriormente	1.230
Ganho na remensuração do investimento	621
Valor justo da participação detida anteriormente (31,34%)	1.851
Valor da contraprestação transferida aquisição participação remanescente	3.662
(=) Contraprestação total	5.513
(-) Valor justo dos ativos líquidos da MMB	(5.907)
(=) Ganho de compra vantajosa apurado na aquisição	394
Receita reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, oriunda desta combinação de negócios	1.015

A combinação de negócios, na qual a Cod Hole obteve controle da MMB, resultou em um ganho por compra vantajosa no valor de NOK 984 mil (equivalente a R$394), reconhecido no resultado. O ganho por compra vantajosa se justifica pelo contexto de mercado, e avaliação dos ativos imobilizados da MMB. Adicionalmente ao ganho por compra vantajosa apurado, foi apurado um ganho da remensuração do investimento detido anteriormente pela Cod Hole na MMB de R$621, calculado pela diferença positiva entre o valor justo dos ativos líquidos proporcional à participação detida anteriormente com o valor contábil desse investimento na data da combinação de negócios. Esta combinação foi realizada em estágios.

Os ganhos por compra vantajosa no montante de R$394 e pela remensuração do investimento detido anteriormente no montante de R$621, estão registrados na demonstração do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, na linha de outras receitas e despesas operacionais.

A contraprestação transferida por essa aquisição foi de R$3.662, tendo sido pago à vista em novembro de 2017 o valor de R$3.739, sendo a diferença decorrente de variação cambial, reconhecida como despesa no resultado financeiro consolidado.

Caso a combinação de negócios tivesse ocorrida em 1° de janeiro de 2017, a receita líquida e o lucro líquido da Companhia, em termos consolidados, seriam acrescidos em R$2.308 e R$383, respectivamente.

14.3. Aquisição indireta de controle na OML

Conforme mencionado anteriormente, em 4 de novembro de 2019 a Companhia passou a deter controle indireto na OML, uma vez que nesta data a OceanPact Geociências adquiriu 50% de participação nesta empresa e a Companhia adquiriu os 50% remanescentes da OceanPact Geociências. Como a controlada da Companhia OceanPact International detém 50% de participação na OML, para fins de consolidado houve a obtenção de controle pela Companhia na OML e, portanto, foi elaborado laudo de avaliação a valor justo dos ativos líquidos da OML para reconhecimento desta aquisição e, na visão da Companhia houve a obtenção de controle com remensuração da participação detida anteriormente através da OceanPact International, o que gerou um ganho na remensuração do investimento de R$1.660, reconhecido no resultado da controladora e consolidado, conforme demonstrado a seguir. Esta combinação foi realizada em estágios.

O principal motivo para esta aquisição pelo Grupo foi a expansão de suas atividades operacionais de serviços ambientais, seguindo sua estratégia de crescimento dos negócios.

Em 4 de novembro de 2019	Valor contábil na data da aquisição	Ajustes a valor justo efetuados	Valor justo na data de aquisição
ATIVOS			
Caixa e equivalentes	294	-	294
Clientes	15.170	-	15.170
Outros valores a receber	676	-	676
Ativo circulante	16.140	-	16.140
Imobilizado	28.228	3.164	31.392
Ativo não circulante	28.228	3.164	31.392
PASSIVOS			
Empréstimos partes relacionadas	(2.796)	-	(2.796)
Fornecedores	(12.698)	-	(12.698)
Outras obrigações	(762)	-	(762)
Passivo circulante	(16.256)	-	(16.256)
Imposto diferido	(708)	-	(708)
Imposto diferido sobre a mais valia	-	(632)	(632)
Passivo não circulante	(708)	(632)	(1.340)
Ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos	27.404	2.532	29.936

Em 4 de novembro de 2019	R$ mil
Valor contábil da participação detida anteriormente	13.308
Ganho na remensuração do investimento	1.660
Valor justo da participação detida anteriormente (50%)	14.968
Valor da contraprestação transferida aquisição participação remanescente	15.093
(=) Contraprestação total	30.061
(-) Valor justo dos ativos líquidos da OML	(29.936)
(=) Ganho de compra vantajosa apurado na aquisição	125
Receita reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, oriunda desta combinação de negócios (controladora)	1.660
Receita reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, oriunda desta combinação de negócios (consolidado)	1.785

15. DIREITO DE USO

	Controladora				
	31/12/18	Adoção inicial	Adições	Baixas	31/12/19
Direito de uso					
Imóveis	-	11.945	3.269	-	15.214
Embarcações	-	24.797	8.864	(18.783)	14.878
Subtotal	-	36.742	12.133	(18.783)	30.092
Amortização acumulada					
Imóveis	-	-	(1.926)	-	(1.926)
Embarcações	-	-	(16.700)	12.650	(4.050)
Subtotal	-	-	(18.626)	12.650	(5.976)
Total líquido	-	36.742	(6.493)	(6.133)	24.116

	Consolidado				
	31/12/18	Adoção inicial	Adições	Baixas	31/12/19
Direito de uso					
Imóveis	-	14.425	5.442	-	19.867
Embarcações	-	24.797	8.051	(18.783)	14.065
Subtotal	-	39.222	13.493	(18.783)	33.932
Amortização acumulada					
Imóveis	-	-	(2.774)	-	(2.774)
Embarcações	-	-	(15.924)	12.650	(3.274)
Subtotal	-	-	(18.698)	12.650	(6.048)
Total líquido	-	39.222	(5.205)	(6.133)	27.884

O direito de uso de imóvel de terceiros e embarcações, são referentes a 10 contratos firmados pela Companhia e por suas controladas vigentes em 31 de dezembro de 2019. Vide nota explicativa n° 21 para maiores informações acerca dos contratos de arrendamento firmados.

As taxas de amortização anual utilizadas pela Companhia e suas controladas, estão considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento.

Não foi identificada necessidade de constituição de provisão para perda nos ativos desta natureza.

A controlada Servmar atua como arrendatária em determinados contratos de arrendamento firmados com terceiros, classificados como arrendamentos financeiros até 31 de dezembro de 2018, devido ao fato da controlada em questão reter substancialmente todos os riscos e benefícios dos bens arrendados. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2018, a controlada Servmar vinha reconhecendo em seu ativo imobilizado determinados bens arrendados, tendo como contrapartida o reconhecimento de passivo de arrendamento. Em função da aplicação da norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16 – Leases, tais saldos foram transferidos do imobilizado para direito de uso em 1° de janeiro de 2019. Os demais contratos de arrendamento mantidos pela Companhia e suas controladas eram classificados como arrendamentos operacionais antes da adoção do CPC 06(R2), exceto pelo contrato de arrendamento da embarcação Loreto, firmado em novembro de 2016 com a Bourbon Offshore Marítima S.A. que foi finalizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, portanto, não estava vigente na data da adoção deste novo pronunciamento técnico.

16. IMOBILIZADO

	Controladora									
	31/12/16	Adições	Baixas	31/12/17	Adições	Baixas	31/12/18	Adições	Baixas	31/12/19
Custo corrigido:										
Embarcações e docagens	66.741	7.955	-	74.696	10.260	(1.980)	82.976	54.620	-	137.596
Máquinas e equipamentos	37.587	3.496	(398)	40.685	3.406	-	44.091	5.990	(1.126)	48.955
Computadores e periféricos	1.232	65	-	1.297	295	-	1.592	601	-	2.193
Móveis e utensílios	477	-	-	477	10	-	487	431	-	918
Instalações	449	62	-	511	-	-	511	94	-	605
Benf. em imóveis de terceiros	1.984	53	-	2.037	-	-	2.037	3.677	-	5.714
Subtotal	108.470	11.631	(398)	119.703	13.971	(1.980)	131.694	65.413	(1.126)	195.981
Depreciação acumulada:										
Embarcações e docagens	(28.560)	(11.075)	-	(39.635)	(13.417)	1.247	(51.805)	(15.956)	-	(67.761)
Máquinas e equipamentos	(10.301)	(3.997)	169	(14.129)	(4.210)	-	(18.339)	(4.479)	908	(21.910)
Computadores e periféricos	(784)	(181)	-	(965)	(187)	-	(1.152)	(208)	-	(1.360)
Móveis e utensílios	(212)	(47)	-	(259)	(45)	-	(304)	(58)	-	(362)
Instalações	(164)	(53)	-	(217)	(51)	-	(268)	(63)	-	(331)
Benf. em imóveis de terceiros	(1.187)	(569)	-	(1.756)	(266)	-	(2.022)	(78)	-	(2.100)
Subtotal	(41.208)	(15.922)	169	(56.961)	(18.176)	1.247	(73.890)	(20.842)	908	(93.824)
Total líquido	67.262	(4.291)	(229)	62.742	(4.205)	(733)	57.804	44.571	(218)	102.157

	Consolidado										
	31/12/16	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	31/12/17	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	31/12/18
Custo corrigido:											
Embarcações e docagens	291.060	-	7.858	-	100	299.018	1.311	34.965	(1.980)	4.224	337.538
Máquinas e equipamentos	41.259	6.495	9.211	(398)	71	56.638	1.789	21.970	-	1.856	82.253
Computadores e periféricos	1.250	-	65	-	-	1.315	113	447	(50)	-	1.825
Móveis e utensílios	477	-	-	-	-	477	126	16	-	-	619
Instalações	449	-	62	-	-	511	18	-	-	-	529
Veículos	-	-	-	-	-	-	4.180	2.759	-	-	6.939
Benf. em imóveis de terceiros	1.984	-	52	-	-	2.036	-	-	-	-	2.036
Subtotal	336.479	6.495	17.419	(398)	171	359.995	7.537	60.157	(2.030)	6.080	431.739
Depreciação acumulada:											
Embarcações e docagens	(38.787)	-	(22.725)	-	(9)	(61.521)	-	(25.149)	1.247	(193)	(85.616)
Máquinas e equipamentos	(10.337)	-	(4.353)	169	-	(14.521)	-	(11.483)	-	(57)	(26.061)
Computadores e periféricos	(801)	-	(182)	-	-	(983)	-	(256)	42	-	(1.197)
Móveis e utensílios	(212)	-	(47)	-	-	(259)	-	(67)	-	-	(326)
Instalações	(164)	-	(53)	-	-	(217)	-	(51)	-	-	(268)
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	(1.727)	-	-	(1.727)
Benf. em imóveis de terceiros	(1.187)	-	(569)	-	-	(1.756)	-	(266)	-	-	(2.022)
Subtotal	(51.488)	-	(27.929)	169	(9)	(79.257)	-	(38.999)	1.289	(250)	(117.217)
Total líquido	284.991	6.495	(10.681)	(229)	162	280.738	7.537	21.158	(741)	(5.830)	314.522

	Consolidado					
	31/12/18	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	31/12/19
Custo corrigido:						
Embarcações e docagens	337.538	28.869	65.016	(5.682)	1.600	427.341
Máquinas e equipamentos	82.253	32.531	9.943	(1.632)	919	124.014
Computadores e periféricos	1.825	558	765	(30)	-	3.118
Móveis e utensílios	619	354	433	(55)	-	1.351
Instalações	529	240	108	-	-	877
Veículos	6.939	-	78	(146)	-	6.871
Benf. em imóveis de terceiros	2.036	430	4.112	-	-	6.578
Subtotal	431.739	62.982	80.455	(7.545)	2.519	570.150
Depreciação acumulada:						
Embarcações e docagens	(85.616)	-	(32.999)	198	(340)	(118.757)
Máquinas e equipamentos	(26.061)	-	(10.620)	1.954	(98)	(34.825)
Computadores e periféricos	(1.197)	-	(318)	30	-	(1.485)
Móveis e utensílios	(326)	-	(84)	27	-	(383)
Instalações	(268)	-	(70)	-	-	(338)
Veículos	(1.727)	-	(1.322)	-	-	(3.049)
Benf. em imóveis de terceiros	(2.022)	-	(167)	-	-	(2.189)
Subtotal	(117.217)	-	(45.580)	2.209	(438)	(161.026)
Total líquido	314.522	62.982	34.875	(5.336)	2.081	409.124

As taxas de depreciação anual utilizadas pela Companhia, para todos os períodos reportados, considerando bens adquiridos novos, estão relacionadas a seguir.

Bens	Taxa anual
Embarcações	5% e 10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Móveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Benfeitorias imóveis e embarcações de terceiros	(*)
Veículos	20%
Docagens	20% e 40%

(*) Depreciação pelo prazo de locação dos bens de terceiros.

A Companhia adquiriu, em 26 de setembro de 2019, a embarcação denominada Austral Abrolhos, com o objetivo de ser utilizada nas atividades da Companhia, pelo valor de R$19.565.

A Companhia, em 2019, realizou benfeitorias no imóvel onde fica sua sede (Matriz - Glória/RJ), no valor de R$4.191, necessárias em decorrência da mudança de endereço de sua sede para este imóvel.

A Companhia, em outubro de 2019, realizou o estorno da operação de venda da embarcação "Marimar", no valor de R$1.979 e R$1.247 de depreciação, portanto, esta embarcação voltou a fazer parte do ativo imobilizado da Companhia pelos saldos contabilizados antes da venda. A venda original foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A controlada OceanPact Netherlands B.V. adquiriu em 26 de abril de 2019 a embarcação denominada Parcel das Paredes no valor de US$2.300 mil (equivalente a R$9.269) e, em 25 de outubro de 2018, a embarcação denominada Seacor Grant, no valor de US$5.500 mil (equivalente a R$21.308), ambas com o objetivo de oferecer serviços de afretamento.

Em 5 de janeiro de 2018, a Companhia adquiriu a controlada Servmar, que possuía ativos imobilizados mensurados a valor justo na data de aquisição no valor de R$7.537.

Em 4 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu o controle da investida OceanPact Geociências Ltda., que possuía ativos imobilizados mensurados a valor justo na data da aquisição no valor de R$30.705.

O empréstimo firmado entre a OceanPact Navegação e o BNDES tem as embarcações financiadas dadas em garantia desta dívida. As embarcações dadas em garantia deste empréstimo são Fernando de Noronha e Jim Obrien que possuem em conjunto valor contábil de R$ 158.875 em 31 de dezembro de 2019.

O empréstimo firmado entre a OceanPact Serviços e o Banco Bocom BBM tem uma embarcação dada em garantia da referida dívida.

Nas datas-bases de 31 de dezembro de 2019 de 2018 e de 2017, a Companhia efetuou a análise dos indicativos de "impairment", concluindo não haver indicativos que apontassem uma eventual necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução a valor recuperável dos itens componentes do seu ativo imobilizado.

17. INTANGÍVEL

	Controladora						
	31/12/16	Adições	31/12/17	Adições	31/12/18	Adições	31/12/19
Custo							
Licenças de softwares	2.697	225	2.923	-	2.923	108	3.031
Amortização acumulada							
Licenças de softwares	(412)	(550)	(962)	(574)	(1.536)	(564)	(2.100)
Total líquido	2.285	(324)	1.961	(574)	1.387	(456)	931

	Consolidado				
	31/12/18	Combinação de negócios	Adições	Baixas	31/12/19
Custo					
Licenças de softwares	3.412	77	595	-	4.084
Ágio - Rentabilidade futura (*)	4.637	-	219	-	4.856
Amortização acumulada					
Licenças de softwares	(1.540)	-	(753)	-	(2.293)
Total líquido	6.509	77	61	-	6.647

	Consolidado					
	31/12/16	Adições	31/12/17	Adições	Baixas	31/12/18
Custo						
Licenças de softwares	2.704	225	2.929	498	(15)	3.412
Ágio - Rentabilidade futura (*)	-	-	-	4.637	-	4.637
Amortização acumulada						
Licenças de softwares	(416)	(550)	(966)	(587)	13	(1.540)
Total líquido	2.288	(325)	1.963	4.548	(2)	6.509

(*) O ágio rentabilidade futura é referente ao investimento na controlada Servmar, adquirido em 5 de janeiro de 2018 (vide nota explicativa nº 14.2) e ao investimento na controlada OceanPact Geociências, adquirido em 4 de novembro de 2019 (vide nota explicativa n° 14.2).

A taxa de amortização anual das licenças de softwares utilizada pela Companhia é de 20% para todos os exercícios apresentados (controladora e consolidado).

Nas datas-bases de 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia efetuou a análise dos indicativos de "impairment", concluindo não haver indicativos que apontassem uma eventual necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos itens componentes do seu ativo intangível, exceto o ágio, cuja avaliação deve ser anual.

Com relação ao ágio a Companhia efetuou, nas datas-bases de 31 de dezembro de 2019 e 2018, teste de impairment, concluindo não haver necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável do ágio. A Companhia utilizou como base para os testes de impairment, o valor em uso, tendo considerado as seguintes principais premissas nos testes realizados:

- Foram considerados os fluxos de caixa futuros estimados para os próximos 5 anos, tendo como base informações históricas da Servmar;

- Foi considerada taxa de crescimento de 1% ao ano (sem inflação);

- A taxa de desconto aplicada foi de 7,6% em termos reais e o fluxo não considerou inflação prevista; e

- Não foi considerada previsão de pagamentos de imposto de renda e contribuição social nos fluxos de caixa estimados.

18. FORNECEDORES

Os principais saldos a pagar estão descritos a seguir. Os demais saldos são pulverizados entre diversos fornecedores.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Subsea7 do Brasil Ltda.	9.140	-	-	9.140	-	-
Seacor Offshore do Brasil S.A.	343	3.956	2.491	343	3.956	2.491
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	1.020	305	69	125	27	24
Outros fornecedores (*)	19.426	8.717	6.764	40.354	14.969	8.234
	29.929	12.978	9.324	49.962	18.952	10.749
Circulante	29.929	12.291	8.294	49.962	16.338	9.719
Não circulante	-	687	1.030	-	2.614	1.030

(*) Saldo pulverizado.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo mais representativo era devido ao fornecedor Subsea7 do Brasil Ltda., correspondente a 30% do saldo em aberto para fins de controladora e 18% para fins de consolidado. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o saldo mais representativo era devido ao fornecedor Seacor Offshore do Brasil S.A., correspondente a 30% do saldo em aberto para fins de controladora em 31 de dezembro de 2018 (27% em 31 de dezembro de 2017) e 21% para fins de consolidado em 31 de dezembro de 2018 (23% em 31 de dezembro de 2017).

A Subsea7 do Brasil Ltda. presta serviços de inspeção em embarcações, a Seacor Offshore do Brasil S.A. presta serviço referente a afretamento de embarcações, ambos serviços utilizados no curso normal das atividades operacionais da Companhia.

19. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios, realizando depósitos judiciais quando necessário. As provisões para os eventuais desembolsos decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perda provável apresenta a seguinte composição e movimentação:

	Controladora			Consolidado		
	Trabalhista	Cível	Total	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31/12/16	408	-	408	408	-	408
Provisões	59	1.300	1.359	59	1.300	1.359
Reversões	(405)	-	(405)	(405)	-	(405)
Pagamentos	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/17	62	1.300	1.362	62	1.300	1.362
Provisões	12	-	12	115	137	252
Reversões	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	(62)	(1.300)	(1.362)	(62)	(1.300)	(1.362)
Saldo em 31/12/18	12	-	12	115	137	252
Provisões	1.344	-	1.344	1.551	-	1.551
Reversões	-	-	-	-	(68)	(68)
Pagamentos	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/19	1.356	-	1.356	1.666	69	1.735

Os principais processos classificados com expectativa de perda provável e, portanto, constituídas provisões nas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo:

- Trabalhistas: envolve reclamações trabalhistas, sendo que as mais relevantes, individualmente, dizem respeito a: horas extras, questionamento acerca de verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

- Cíveis: provisão reconhecida no exercício de 2017, referente à ação de indenização relacionada a acidente de trabalho, em que o pagamento ocorreu no exercício de 2018.

Passivos contingentes com expectativa de perda possível

Os processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda é classificada como possível na opinião da Administração, baseada no entendimento dos seus consultores

jurídicos externos, não possuem provisão correspondente reconhecida. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Trabalhistas	1.255	2.661	4.301	1.255	3.865	4.301
Cíveis	-	-	-	4.436	-	-
Tributárias	6.947	194	-	6.947	194	-
	8.202	2.855	4.301	12.638	4.059	4.301

As principais contingências classificadas com expectativa de perda possível foram originadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e se referem antecipação de tutela visando impedir retenção do montante de R$4.436 por suposto atraso na entrega de embarcação Seward Johnson (natureza cível) e manifestação de inconformidade em face de retenções na fonte efetivamente sofridas e devidamente informadas (natureza tributária).

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Banco ABC Brasil	13.139	6.849	9.701	23.252	16.354	9.701
Banco Bocom BBM	6.877	9.871	-	6.877	9.871	-
Banco Bradesco	48.990	9.553	-	50.141	9.553	-
Banco CCB Múltiplo	17.735	-	-	17.735	-	-
Banco Daycoval	-	-	-	-	389	-
Banco Guanabara	-	-	-	6.444	-	-
Banco Itaú	15.180	9.199	-	39.962	13.452	-
Banco Santander	8.804	651	859	30.607	651	859
BNDES	-	-	-	203.432	212.080	194.307
FINEP	16.504	-	-	16.504	-	-
Total	127.229	36.123	10.560	394.954	262.350	204.867
Circulante	45.928	14.705	3.226	86.050	35.161	16.447
Não circulante	81.301	21.418	7.334	308.904	227.189	188.420

As taxas de juros e as datas dos vencimentos dos saldos de empréstimos e financiamentos, em aberto em 31 de dezembro de 2019, estão discriminadas abaixo.

Instituições financeiras	Finalidade	Taxa de juros mensal (%)	Vencimento (*)
Banco ABC Brasil	Capital de giro	0,17 a 0,41 + CDI	nov/22
Banco Bocom BBM	Capital de giro	0,14 + DI	dez/21
Banco Bradesco	Capital de giro	0,17 a 0,20 + CDI	nov/22
Banco CCB Múltiplo	Capital de giro	0,23 + CDI	dez/22
Banco Guanabara	Capital de giro	0,32 + CDI	set/22
Banco Itaú	Capital de giro e financiamento de bens	0,22 a 0,37 + CDI 0,17 + TLP	ago/25 jun/23
Banco Santander	Capital de giro	0,51 + TJLP 0,21 a 0,42 + CDI	nov/20 jul/23
BNDES	Financiamento embarcações	0,23 a 0,32 + Variação do dólar	abr/32
FINEP	Financiamento de projeto	TJLP	abr/31

(*) As datas acima representam o vencimento máximo da dívida com a referida instituição financeira.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia captou R$112.860 em novos empréstimos e financiamentos, sendo R$48.400 junto ao Banco Bradesco, R$10.000 junto ao Banco Santander, R$10.000 junto ao Banco Itaú, R$16.460 junto ao FINEP, R$10.000 junto ao Banco ABC Brasil, e R$18.000 junto ao Banco CCB Múltiplo. Para fins de consolidado, além das captações efetuadas pela Controladora, sua controlada Servmar captou dois novos empréstimos junto ao Banco ABC Brasil e Banco Santander, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 que totalizaram de R$8.500 (R$5.000 junto ao Banco ABC Brasil e R$3.500 junto ao Banco Santander), tendo sido incorridos R$148 com custos de captação, a ser amortizado em 24 e 36 parcelas, respectivamente. A Companhia é avalista desses contratos.

O saldo a pagar ao BNDES é referente ao empréstimo, concedido à controlada OceanPact Navegação pelo Fundo da Marinha Mercante em conexão com a construção de embarcações. Este contrato firmado com o BNDES foi celebrado em 17 de julho de 2014 apresenta cláusula obrigando a manutenção de uma conta centralizadora, onde deve ser mantido o valor correspondente a no mínimo três meses da dívida mensal, incluindo principal e juros (nota explicativa nº 6). O empréstimo junto ao BNDES é atrelado ao dólar norte-americano.

O saldo em aberto junto ao Daycoval, no valor de R$389 em 31 de dezembro de 2018, é referente a desconto de duplicatas.

O financiamento junto à FINEP foi contratado em 25 de março de 2019 com o objetivo de realizar um projeto específico de plataforma Cronos, que integrará dados meteoceanográficos de diferentes fontes, com o objetivo de reduzir o tempo entre a detecção de um incidente e uma resposta eficaz. O valor total do contrato é de R$34.834, tendo sido liberado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o valor de R$16.000 e a primeira parcela será paga em um prazo de 48 meses a partir da data da assinatura do contrato. Em conexão com este empréstimo, a Companhia efetuou um depósito garantia junto ao Banco Bocom BBM e se comprometeu a efetuar depósitos mensais por 48 meses, ao longo do prazo de carência. Como contrapartida, o Banco Bocom BBM emitiu uma carta de fiança à FINEP, no valor de R$16.675, em conexão com o financiamento em questão. Tal investimento poderá ser utilizado para quitar o referido financiamento em data futura e, em 31 de dezembro de 2019 constituía um saldo de R$1.027 (vide nota explicativa n° 6).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a controlada Servmar firmou contrato de financiamento junto ao Banco Itaú, para aquisição de determinados itens de ativo imobilizado (equipamentos, veículos e embarcações), utilizados na prestação de serviços pela controlada (vide nota explicativa nº 16), no valor de R$4.571.
Em 31 de dezembro de 2019 o saldo a pagar dos referidos financiamentos é de R$3.298 (R$4.252 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia é avalista desses contratos.

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos nos exercícios apresentados, está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/16	17.983	222.869
Novas captações	10.000	10.000
Encargos capitalizados	(174)	(174)
Pagamentos de principal	(17.315)	(30.733)
Pagamentos de juros	(343)	(6.284)
Variação cambial	-	3.212
Juros e encargos apropriados	409	5.977
Saldo em 31/12/17	10.560	204.867
Novas captações	30.000	44.571
Encargos capitalizados	(509)	(673)
Pagamentos de principal	(4.135)	(22.127)
Pagamentos de juros	(1.839)	(8.045)
Variação cambial	-	33.629
Combinação de negócios	-	2.256
Juros e encargos apropriados	2.046	7.872
Saldo em 31/12/18	36.123	262.350
Novas captações	112.860	121.360
Encargos capitalizados	(1.584)	(1.682)
Pagamentos de principal	(20.489)	(47.592)
Pagamentos de juros	(5.668)	(13.151)
Variação cambial	-	9.845
Combinação de negócios	-	50.756
Juros e encargos apropriados	5.987	13.068
Saldo em 31/12/19	127.229	394.954

Os valores a pagar, até a liquidação dos saldos apresentados anteriormente, estão discriminados a seguir (não considera encargos futuros):

Ano	Controladora	Consolidado
2020	45.928	86.049
2021	41.674	72.302
2022	22.909	47.696
2023	1.481	20.921
2024	2.018	13.543
Após 2025	13.219	154.443
Total	127.229	394.954

A Companhia não possui parcelas a pagar vencidas nas datas-bases apresentadas.

Alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras, que se descumpridas implicam no vencimento antecipado das dívidas. A Companhia informa que todas as cláusulas restritivas foram atingidas nas datas-bases apresentadas. A seguir listamos estas principais cláusulas dos empréstimos e financiamentos em aberto:

Instituições financeiras	Principais cláusulas restritivas
Banco Itaú e Santander	Atingimento de DFL / EBITDA de 2x em 2020 e 1,5x a partir de 2021
BNDES	Manutenção do saldo da conta centralizadora, cumprimento de determinadas obrigações relacionadas a treinamento em caso de redução de pessoal, adoção de medidas de proteção ao meio ambiente

Além das principais cláusulas restritivas mencionadas acima, alguns contratos possuem determinadas obrigações de entrega de demonstrações financeiras, aprovação prévia em caso de alteração do controle societário ou reestruturações societárias, dentre outras.

21. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Controladora	Consolidado
Passivo de arrendamento em 31/12/2016	2.278	2.278
Juros apropriados	796	796
Pagamentos de principal	(460)	(460)
Pagamentos de juros	(796)	(796)
Passivo de arrendamento em 31/12/2017	1.818	1.818
Combinação de negócios (vide nota explicativa n° 14.2)	-	1.132
Juros apropriados	303	371
Novos arrendamentos	-	10.717
Pagamentos de principal	(1.818)	(4.685)
Pagamentos de juros	(303)	(371)
Passivo de arrendamento em 31/12/2018	-	8.982
Adoção inicial IFRS 16	36.742	39.222
Juros apropriados	3.633	3.928
Novos arrendamentos	12.133	4.511
Pagamentos de principal	(13.209)	(16.138)
Pagamentos de juros	(3.744)	(3.772)
Baixa de arrendamentos	(6.133)	(6.133)
Passivo de arrendamento em 31/12/2019	29.422	30.600
Máquinas e equipamentos	-	5.236
Imóveis	15.413	19.870
Embarcações	14.009	5.494

As naturezas dos contratos de arrendamento firmados pela Companhia e suas controladas, vigentes em 31 de dezembro de 2019, assim como data de vencimento, período de vigência e as taxas de desconto utilizadas, estão apresentadas a seguir.

	Tipo de contrato – Direito de uso	Taxa desconto mensal	Vigência do contrato	Vencimento
1	Imóvel Filial Niterói	0,91%	8 anos	mai/27
2	Imóvel Filial Guarujá	0,91%	3 anos	jun/22
3	Imóvel Matriz	0,87%	6 anos	abr/25
4	Imóvel Filial Macaé	0,91%	3 anos	out/22
5	Imóvel Filial São João da Barra	0,91%	8 anos	set/27
6	Afretamento embarcação BS Camboriu	0,81%	3 anos	nov/22
7	Afretamento embarcação Parcel das Paredes (*)	0,78%	13 meses	ago/20
8	Afretamento embarcação Seacor Grant (*)	0,74%	3 anos	mar/22
9	Afretamento embarcação Seabulk Angra (**)	0,80%	16 meses	abr/20
10	Afretamento embarcação Seabulk Brasil (**)	0,80%	16 meses	abr/20

(*) Contratos de afretamento firmados entre a Companhia e a sua controlada OceanPact Netherlands. O passivo de arrendamento referentes a essas embarcações é de R$ 8.515 em 31 de dezembro de 2019.

(**) Arrendamentos finalizados em abril de 2020, conforme contrato de promessa de compra da embarcação, tendo sido a opção de compra exercida em 2019.

	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2019
Passivo de arrendamento - circulante	7.411	6.771
Passivo de arrendamentos - não circulante	22.011	23.829
Total do passivo de arrendamento	29.422	30.600
Despesa de aluguel (itens pequeno valor e curto prazo) [1]	12.065	16.828
Depreciação de direito de uso (despesa e custo)	18.626	18.698
Juros de arrendamentos (despesa)	3.633	3.928
Total do resultado	34.324	39.454
Pagamento de principal de arrendamentos	13.209	16.138
Pagamento de juros de arrendamentos	3.744	3.772
Créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos	(1.435)	(1.480)
Total de pagamentos	15.518	18.430

[1] Valores reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 como despesa de aluguel, referente a itens considerados como itens de pequeno valor e arrendamentos de curto prazo (prazo inferior a 12 meses), adotados como expedientes práticos pelo Grupo quando da adoção do pronunciamento CPC 06(R2) - Arrendamentos.

Os fluxos futuros do passivo de arrendamento (descontados e não descontados), base para apuração de créditos de PIS e COFINS, em 31 de dezembro de 2019, estão apresentados a seguir, assim como o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar.

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa nominais	Fluxos de caixa nominais	Fluxos de caixa descontados	Fluxos de caixa nominais	Fluxos de caixa descontados
Contraprestação do arrendamento	28.165	20.062	32.648	23.275
Potencial PIS e COFINS a recuperar (9,25%)	2.605	1.856	3.020	2.153

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A Administração entende que os saldos de contas a receber e a pagar entre partes relacionadas e o saldo de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, este último atrelado ao dólar, possuem condições pactuadas que são específicas para esta transação e com base nisso entende que os saldos contábeis se aproximam de seus valores justos. Os saldos de empréstimos com bancos privados são pactuados a taxas de mercado vigentes vinculadas ao CDI e TJLP, conforme o caso e, portanto, também refletem o valor atual de mercado. Os valores justos dos demais instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas se aproximam de seus respectivos valores contábeis considerando as suas naturezas, prazos de vencimento e expectativas de perda.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, são como segue:

	Controladora					
	31/12/19		31/12/18		31/12/17	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	1.185	1.185	2.684	2.684	4.370	4.370
Aplicações financeiras	11.986	11.986	5.439	5.439	20.200	20.200
Clientes	69.641	69.641	32.045	32.045	16.545	16.545
Empréstimos a partes relacionadas	1.390	1.390	26.438	26.438	996	996
Outros valores a receber, exceto despesas antecipadas	9.550	9.550	11.860	11.860	6.654	6.654
Passivos financeiros						
Fornecedores	29.929	29.929	12.978	12.978	9.324	9.324
Empréstimos e financiamentos	127.229	127.229	36.123	36.123	10.560	10.560
Passivo de arrendamento	29.422	29.422	-	-	1.818	1.818
Empréstimos de partes relacionadas	50.743	50.743	53.083	53.083	55.033	55.033

	Consolidado					
	31/12/19		31/12/18		31/12/17	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	8.459	8.459	6.587	6.587	7.535	7.535
Aplicações financeiras	42.649	42.649	15.840	15.840	29.236	29.236
Clientes	114.776	114.776	52.459	52.459	22.198	22.198
Empréstimos partes relacionadas	1.470	1.470	1.339	1.339	1.143	1.143
Outros valores a receber, exceto despesas antecipadas	16.908	16.908	10.468	10.468	4.556	4.556
Passivos financeiros						
Fornecedores	49.962	49.962	18.952	18.952	10.749	10.749
Empréstimos e financiamentos	394.954	394.954	262.350	262.350	204.867	204.867
Passivo de arrendamento	30.600	30.600	8.982	8.982	1.818	1.818
Empréstimos de partes relacionadas	38	38	-	-	-	-

Instrumento financeiro	Categoria e forma de mensuração
Caixa e bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Custo amortizado
Clientes	Custo amortizado
Empréstimos a partes relacionadas	Custo amortizado
Outros valores a receber, exceto despesas antecipadas	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos ao custo amortizado
Passivo de arrendamento	Outros passivos ao custo amortizado
Empréstimos de partes relacionadas	Outros passivos ao custo amortizado

a) Risco de taxa de câmbio

A controlada da Companhia OceanPact Navegação possui instrumentos financeiros passivos (empréstimo - BNDES) que podem gerar impacto nos fluxos de caixa futuros e nos resultados em caso de variação significativa da taxa de câmbio do dólar norte-americano em relação ao real.

Com relação ao risco do empréstimo obtido junto ao BNDES, a controlada da Companhia OceanPact Navegação celebrou o contrato de prestação de serviços com a Petrobras atrelando 25% da receita ao dólar norte-americano, de forma a proteger seus fluxos de caixa futuros da variação da moeda. Adicionalmente, a Administração monitora as evoluções nas taxas cambiais e os possíveis impactos das mesmas sobre suas operações.

b) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros sobre suas aplicações financeiras atreladas ao CDI e sobre determinados saldos passivos de empréstimos e financiamentos, atrelados à CDI e TJLP, conforme o caso, e a Administração monitora os patamares e expectativas da taxa CDI e da TJLP e os possíveis impactos sobre suas operações.

c) Risco de mercado

Em relação aos riscos do setor de óleo e gás, dois fatores se destacam: (i) Manutenção dos preços do barril de petróleo em níveis considerados baixos, desde o início de 2015. A Companhia não é afetada diretamente por esse risco, uma vez que não possui contratos ou qualquer tipo de remuneração atrelada ao preço do petróleo, no entanto, vem tendo suas operações impactadas pela diminuição das atividades desse segmento no Brasil: e (ii) a conjuntura envolvendo a Petrobras, estatal brasileira que é a maior empresa do segmento de petróleo no país, e as investigações recentes, cujo resultado poderá impactar os seus planos de investimento.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os principais clientes da Companhia foram Petrobras Petróleo Brasileiro S.A., Chevron Brasil Upstream Frade Ltda. e Dommo Energia S.A., responsáveis por 42%, 5% e 9% da receita bruta da Companhia. Em termos consolidados, o cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 47% do total da receita bruta consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. e Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística), representou 66% da receita bruta consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

d) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Até 1 ano	29.929	12.291	8.294	49.962	16.338	9.719
De 1 a 5 anos	-	687	1.030	-	2.614	1.030
Fornecedores	29.929	12.978	9.324	49.962	18.952	10.749
Até 1 ano	46.258	16.150	3.706	93.312	41.344	23.942
De 1 a 2 anos	42.657	15.505	4.261	83.246	40.071	24.069
De 2 a 5 anos	29.773	6.710	3.731	109.499	69.233	60.520
Após 5 anos	15.831	-	-	137.058	134.315	148.606
Empréstimos e financiamentos	134.519	38.365	11.698	423.115	284.963	257.137
Até 1 ano	9.972	-	2.121	10.118	3.784	2.121
De 1 a 5 anos	21.542	-	-	23.246	6.206	-
Após 5 anos	6.336	-	-	6.746	-	-
Passivo de arrendamento	37.850	-	2.121	40.110	9.900	2.121

Conforme mencionado na nota explicativa n° 24, os empréstimos com partes relacionadas possuem prazo indeterminado e, portanto, não foram incluídos no demonstrativo acima.

e) Tabelas de sensibilidade

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

- Variação Cambial

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui R$2.464 a pagar a fornecedores estrangeiros e, em conjunto com suas controladas, o saldo de fornecedores consolidado a pagar a fornecedores estrangeiros é de R$8.776 e o montante de R$203.432 a pagar ao BNDES (consolidado). Esses valores a pagar são atrelados ao dólar norte-americanos, convertidos para reais à taxa vigente. Os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando um horizonte de um ano, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras contendo tal análise, estão demonstrados a seguir, no cenário considerado pela Administração como mais provável, tendo como expectativa de mercado dados do boletim Focus (BACEN) divulgado em 27 de dezembro de 2019.

Controladora – 31/12/19	Saldo em R$ mil	Saldo em USD mil
Operações		
Fornecedores	2.462	611

Consolidado		Cenários		
Variação de moeda	31/12/19	Provável	25%	50%
Dólar norte-americano	4,03	4,08	5,10	6,12
Impacto no resultado				
Fornecedores	USD 611 mil	31	654	1.277
Despesa (receita)		31	654	1.277

Consolidado – 31/12/19	Saldo em R$ mil	Saldo em USD mil
Operações		
Fornecedores	8.773	2.177
Empréstimos e financiamentos	203.427	50.478

Consolidado		Cenários		
Variação de moeda	31/12/19	Provável	25%	50%
Dólar norte-americano	4,03	4,08	5,10	6,12
Impacto no resultado				
Fornecedores	USD 2.177 mil	109	2.329	4.550
Empréstimos e Financiamentos	USD 50.478 mil	2.524	54.011	105.499
Despesa (receita)		2.633	56.340	110.049

- Taxa de juros - CDI

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem saldos ativos e passivos consolidados atrelados à taxa CDI, compostos basicamente por aplicações financeiras (equivalentes de caixa) e empréstimos e financiamentos. Tais saldos, em 31 de dezembro de 2019 apresentam uma exposição líquida passiva de R$98.431 na controladora e R$131.080 no consolidado. Com base em projeções divulgadas pelo BM&F Bovespa datado em 30 de dezembro de 2019 foi obtida a projeção do DI para os próximos 12 meses, de 4,45%, sendo este definido como cenário provável. A partir desse cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos, sempre deteriorados.

Controladora	Saldo em 31/12/19	Indexador
Operações		
Equivalentes de caixa	10.959	98% do CDI
Títulos e valores mobiliários	1.027	98% do CDI
Empréstimos e financiamentos	110.417	CDI + 2,92% a.a. (*)

(*) Indexador médio ponderado dos saldos atrelados ao CDI

Controladora		Cenários		
Variação de taxa de juros	31/12/19	Provável	25%	50%
CDI	98% CDI	4,45% x 98%	3,34% x 98%	2,23% x 98%
Equivalentes de caixa	10.959	(478)	(359)	(239)
Títulos e valores mobiliários	1.027	(45)	(34)	(22)
Despesa (receita)		(523)	(393)	(261)

Controladora		Cenários		
Variação de taxa de juros	31/12/19	Provável	25%	50%
CDI	CDI + 2,92%	4,45%+2,92%	5,56%+2,92%	6,67%+2,92%
Empréstimos e financiamentos	110.417	8.138	9.363	10.589
Despesa (receita)		8.138	9.363	10.589
Efeito líquido total exposição CDI		7.615	8.970	10.328

Consolidado	Saldo em 31/12/19	Indexador
Operações		
Equivalentes de caixa	35.549	98% do CDI
Títulos e valores mobiliários	7.100	98% do CDI
Empréstimos e financiamentos	173.729	CDI + 3,29% a.a. (*)

(*) Indexador médio ponderado dos saldos atrelados ao CDI

Consolidado		Cenários		
Variação de taxa de juros	31/12/19	Provável	25%	50%
CDI	98% CDI	4,45% x 98%	3,34% x 98%	2,23% x 98%
Equivalentes de caixa	35.549	(1.550)	(1.164)	(777)
Títulos e valores mobiliários	7.100	(310)	(232)	(155)
Despesa (receita)		(1.860)	(1.396)	(932)

Consolidado		Cenários		
Variação de taxa de juros	31/12/19	Provável	25%	50%
CDI	CDI + 3,29%	4,45%+3,29%	5,56%+3,29%	6,67%+3,29%
Empréstimos e financiamentos	173.729	13.447	15.375	17.303
Despesa (receita)		13.447	15.375	17.303
Efeito líquido total exposição CDI		11.587	13.979	16.371

- Taxa de juros - TJLP

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem saldos passivos consolidados atrelados à TJLP, compostos basicamente por empréstimos e financiamentos. Tais saldos, em 31 de dezembro de 2019 apresentam uma exposição passiva de R$16.813 na controladora e R$17.793 no consolidado. Com base em projeções divulgadas pelo Bradesco foi obtida a projeção da TJLP para fim do exercício de 2020, de 5,06%, sendo este definido como cenário provável. A partir desse cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos, sempre deteriorados.

Controladora	Saldo em 31/12/19	Indexador
Operações		
Empréstimos e financiamentos	16.813	TJLP + 0,12% a.a. (*)

(*) Indexador médio ponderado dos saldos atrelados à TJLP

Controladora		Cenários		
Variação de taxa de juros	31/12/19	Provável	25%	50%
TJLP	TJLP + 0,12%	5,06%+0,12%	6,33%+0,12%	7,59%+0,12%
Empréstimos e financiamentos	16.813	871	1.084	1.296
Despesa (receita)		871	1.084	1.296

Consolidado	Saldo em 31/12/19	Indexador
Operações		
Empréstimos e financiamentos	17.793	TJLP + 0,24% a.a.(*)

(*) Indexador médio ponderado dos saldos atrelados à TJLP

Consolidado		Cenários		
Variação de taxa de juros	31/12/19	Provável	25%	50%
TJLP	TJLP + 0,24%	5,06%+0,24%	6,33%+0,24%	7,59%+0,24%
Empréstimos e financiamentos	17.793	943	1.169	1.393
Despesa (receita)		943	1.169	1.393

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Multas contratuais clientes (*)	3.671	3.274	337	3.756	3.274	337
Adiantamentos de partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	4.697	-	-	-	-	-
Aquisição de investimento (nota explicativa nº 14.2.b)	2.233	3.313	-	2.233	3.313	-
Outras obrigações	83	210	429	2.719	1.486	683
Total	10.684	6.797	766	8.708	8.073	1.020
Circulante	8.886	3.932	669	7.289	5.448	923
Não circulante	1.798	2.865	97	1.419	2.625	97

(*) A Companhia reconheceu multas, devido descumprimento de cláusulas contratuais com o cliente Petrobras, no valor de R$3.671 em 31 de dezembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 o valor era de R$3.724), sendo que parte desse valor, R$3.386, está sendo discutido através de processo judicial, com expectativa provável de perda.

24. PARTES RELACIONADAS

24.1. Remuneração dos Administradores

Os diretores estatutários compõem o quadro de Administradores da Companhia (pessoal chave). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os valores pagos foram de R$3.807 (R$3.847 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e R$3.916 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

Em relação ao consolidado, os valores pagos aos Administradores foram de R$7.318 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R$6.840 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e R$5.345 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia não possui Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria instalados nos exercícios apresentados nesta demonstração financeira.

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Benefícios de curto prazo:						
Pro labore	3.541	3.301	3.616	5.256	4.740	4.963
Bônus	266	546	300	2.062	2.100	382
	3.807	3.847	3.916	7.318	6.840	5.345

A Companhia e suas controladas não possuem benefícios de longo prazo e outros benefícios de curto prazo além dos divulgados acima, concedido aos seus Administradores.

24.2. Resumo de transações com partes relacionadas

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/17	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Clientes	1.741	57	879	47	17	997
Compartilhamento de despesas	1.085	3.782	852	143	283	331
Empréstimos a receber	1.390	26.438	996	1.470	1.339	1.143
Dividendos a receber (vide nota explicativa n° 14.1)	2.801	2.525	5.069	746	149	1.814
Outros valores a receber	61	1.928	1.704	1	-	100
Total saldo ativo com partes relacionadas	7.078	34.730	9.500	2.407	1.788	4.385
Fornecedores	(1.020)	(305)	(69)	(125)	(27)	(24)
Empréstimos a pagar	(50.743)	(53.083)	(55.033)	(38)	-	-
Dividendos a pagar (vide nota explicativa n° 25.d)	(13.519)	(7.795)	(7.795)	(13.525)	(7.798)	(7.836)
Outras obrigações	(4.697)	-	-	-	-	-
Total saldos passivos com partes relacionadas	(69.979)	(61.183)	(62.897)	(13.688)	(7.825)	(7.860)

	Controladora								
	31/12/2019							2019	
Companhias	Clientes	Compartilhamento de despesas a receber	Empréstimos		Outros valores a receber	Fornecedores	Outras obrigações	Receitas	Custos e despesas
			A receber	A pagar					
OceanPact Navegação	-	385	-	(50.743)	-	-	-	-	(4.439)
OceanPact Geociências	1.727	241	-	-	60	-	(4.697)	2.806	(177)
O'Brien's do Brasil	14	143	-	-	1	(125)	-	244	(1.702)
OceanPact International	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cod Hole	-	-	-	-	-	(414)	-	-	(3.254)
MMB	-	-	-	-	-	(481)	-	-	(844)
Servmar	-	316	-	-	-	-	-	19	(3.287)
OceanPact Mexico	-	-	1.390	-	-	-	-	-	-
Total	1.741	1.085	1.390	(50.743)	61	(1.020)	(4.697)	3.069	(13.703)

	Controladora							
	31/12/2018						2018	
Companhias	Clientes	Compartilhamento de despesas a receber	Empréstimos		Outros valores a receber	Fornecedores	Receitas	Custos e despesas
			A receber	A pagar				
OceanPact Navegação	-	780	-	(53.083)	129	-	-	(5.393)
OceanPact Geociências	8	190	-	-	-	-	4.190	(1.965)
O'Brien's do Brasil	-	93	-	-	-	(27)	-	(927)
OceanPact International	-	-	26.438	-	1.743	-	-	-
Cod Hole	-	-	-	-	-	(217)	-	(2.558)
MMB	-	-	-	-	-	(61)	-	(481)
Servmar	49	2.719	-	-	17	-	767	(2.719)
OceanPact Netherlands	-	-	-	-	39	-	-	-
Total	57	3.782	26.438	(53.083)	1.928	(305)	4.957	(14.043)

	Controladora							
	31/12/2017						2017	
Companhias	Clientes	Compartilhamento de despesas a receber	Empréstimos		Outros valores a receber	Fornecedores	Receitas	Custos e despesas
			A receber	A pagar				
OceanPact Navegação	-	521	-	(55.033)	200	-	-	(3.493)
OceanPact Geociências	879	245	-	-	15	-	3.215	(2.097)
O'Brien's do Brasil	-	86	-	-	1	(24)	105	(830)
OceanPact International	-	-	996	-	1.488	-	-	-
Cod Hole	-	-	-	-	-	-	-	(932)
MMB	-	-	-	-	-	(45)	-	-
OML	-	-	-	-	-	-	4	-
Total	879	852	996	(55.033)	1.704	(69)	3.324	(7.352)

Os saldos a receber da OceanPact Geociências. correspondem a serviços prestados pelas embarcações da Companhia no apoio às atividades de monitoramento ambiental, meteoceanografia, aquisição e processamento de dados geofísicos, entre outros.

Os saldos a receber de O'Briens do Brasil, correspondem a serviços de consultoria prestados pela Companhia.

Os saldos a receber de Servmar, correspondem a aluguel de equipamentos da Companhia no apoio às atividades de atendimento emergenciais às contingências para combate a vazamento de petróleo e seus derivados, entre outros.

Todos os contratos de empréstimos firmados entre a Companhia e suas investidas possuem valor determinado e prazo indeterminado para pagamento, sem incidência de juros. A seguir é apresentada a movimentação dos saldos de empréstimos a pagar a partes relacionadas e a receber de partes relacionadas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Empréstimos a pagar a partes relacionadas						
Controladora						
31/12/16	Pagamentos	31/12/17	Pagamentos	31/12/18	Pagamentos	31/12/19
55.033	-	55.033	(1.950)	53.083	(2.340)	50.743

Empréstimos a receber de partes relacionadas	
Controladora	
Saldo em 31/12/2016	-
Empréstimos concedidos	996
Saldo em 31/12/2017	996
Empréstimos concedidos	25.442
Saldo em 31/12/2018	26.438
Empréstimos concedidos	21.476
Variação cambial	1.922
Empréstimos convertidos em aportes	(48.446)
Saldo em 31/12/2019	1.390

A Companhia possui saldo em 31 de dezembro de 2019 de R$4.697 de outras obrigações com a parte relacionada OceanPact Geociências, de adiantamento feito por esta parte relacionada, referente a serviços realizados até fevereiro de 2020, referente a serviços de apoio marítimo realizado pela OceanPact Geociências à Controladora.

Nenhum saldo de contas a receber de partes relacionadas possuem provisão para perdas constituída em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e, nenhuma despesa foi reconhecida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 referentes a saldos com partes relacionadas considerados incobráveis ou de liquidação duvidosa.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas administrativas com suas investidas O'Brien's do Brasil (vigente até dezembro de 2020), OceanPact Geociências (vigente até dezembro de 2020), sua controlada OceanPact Navegação. (vigente até dezembro de 2020) e Servmar (vigente até dezembro de 2020). Pelos contratos, a Companhia deve ser reembolsada em um percentual, negociado entre as partes, dos seus gastos administrativos (pessoal, material de escritório etc.), pois suas coligadas se beneficiam de sua estrutura. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as despesas compartilhadas totalizaram R$9.337 (R$8.006 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e R$6.152 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), e o saldo a receber das investidas, em 31 de dezembro de 2019, é de R$1.085 (R$3.782 em 31 de dezembro de 2018 e R$852 em 31 de dezembro de 2017).

	Consolidado						
	31/12/2019					2019	
Companhias	Clientes	Compartilhamento de despesas a receber	Empréstimos a receber	Outros valores a receber	Fornecedores	Receitas	Custos e despesas
O'Brien's do Brasil	47	143	80	1	(125)	244	(1.702)
OceanPact Mexico	-	-	1.390	-	-	-	-
Total	47	143	1.470	1	(125)	244	(1.702)

	Consolidado						
	31/12/2018					2018	
Companhias	Clientes	Compartilhamento de despesas a receber	Empréstimos a receber	Outros valores a receber	Fornecedores	Receitas	Custos e despesas
OceanPact Geociências	8	190	-	-	-	4.190	(1.965)
O'Brien's do Brasil	9	93	-	-	(27)	686	(927)
OML	-	-	1.339	-	-	-	-
Total	17	283	1.339	-	(27)	4.876	(2.892)

	Consolidado						
	31/12/2017					2017	
Companhias	Clientes	Compartilhamento de despesas a receber	Empréstimos a receber	Outros valores a receber	Fornecedores	Receitas	Custos e despesas
OceanPact Geociências	879	245	-	99	-	3.215	(2.181)
O'Brien's do Brasil	118	86	-	1	(24)	1.083	(830)
OML	-	-	1.143	-	-	130	-
Total	997	331	1.143	100	(24)	4.428	(3.011)

O saldo referente à OML corresponde a empréstimo realizado com a OceanPact International Inc. em 2015, com prazo de vencimento em cinco anos, com incidência de juros LIBOR + 4% a.a., iniciada a amortização em julho de 2016. Foi reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 como variação cambial ativa decorrente da atualização do empréstimo com a OML o valor de R$54 (R$195 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e R$58 em 31 de dezembro de 2017).

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.a. Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017, totalmente integralizado, é de R$34.567, representado por 4.900.627 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e está distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de ações [(1)]	Participação (%)
Tinharé Participações S.A.	3.600.000	73,46
Dyna II Fundo Investimento em Participações	1.300.627	26,54
Total	4.900.627	100,00

(1) Antes do desmembramento de ações ocorrido em 7 de dezembro de 2020, divulgado na nota explicativa n° 35.

A Tinharé Participações S.A. é a controladora da Companhia em última instância (*ultimate controlling party*).

25.b. Reservas de capital

Representa o ágio recebido no valor de R$78.701 sobre a emissão de 1.300.627 ações em 2013, subscritas pelo acionista Dyna II Fundo Investimento em Participações, menos os gastos necessários à emissão das novas ações, que somaram R$2.354.

Em 2014, o acionista Dyna II Fundo Investimento em Participações realizou um aporte adicional de R$7.242, referente à diferença entre o resultado previsto no momento da avaliação e o resultado efetivo em 31 de dezembro de 2013, conforme previsto em cláusula contratual. Este aporte não representa um aumento de participação acionária do referido acionista e foi reconhecido como reserva de capital de ágio.

25.c. Reservas de lucros e distribuição de lucros

i. Reserva legal: a Companhia, nos exercícios apresentados, está dispensada de constituir reserva legal porque o saldo desta conta, acrescido do saldo das contas de reservas de capital, excede o limite de 30% do capital social, conforme definido pelo art. 193 da Lei nº 6.404/76.

ii. Reserva para investimento: representa o saldo de lucros retidos para investimento na atividade da Companhia, baseado em seu orçamento de capital.

iii. Distribuição de lucros: aos acionistas é garantido em estatuto, um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Proposta de destinação do lucro líquido	2019	2018	2017
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	9.616	(14.017)	7.299
Percentual dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	2.404	-	1.825
Juros sobre capital próprio declarados	8.568	-	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(944)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	1.825
Dividendos e juros sobre capital próprios declarados	7.624	-	1.825
Dividendo e JCP por ação (em R$)	0,440	-	0,372

Resumo das destinações	2019	2018	2017
Reserva para investimento	1.048	(14.017)	5.474
Dividendos declarados	-	-	1.825
Juros sobre capital próprio declarados	8.568	-	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	9.616	(14.017)	7.299

25.d. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	Controladora	Consolidado
Dividendos e JCP a pagar em 31/12/2016	5.970	5.999
Dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2017	1.825	1.866
Pagamento de dividendos declarados no exercício de 2016	-	(29)
Dividendos e JCP a pagar em 31/12/2017	7.795	7.836
Pagamento de dividendos pela Environpact	-	(38)
Dividendos e JCP a pagar em 31/12/2018	7.795	7.798
JCP declarados referentes ao exercício de 2019	8.568	8.568
Pagamento de IR sobre JCP declarados no exercício de 2018	(944)	(944)
Pagamento de JCP referente ao exercício de 2016	(1.900)	(1.900)
Dividendos declarados pela Environpact	-	3
Dividendos e JCP a pagar em 31/12/2019	13.519	13.525

25.e. Lucro básico diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em aberto durante o exercício.

Para os períodos apresentados, os resultados básico e diluído por ação da Companhia são equivalentes, considerando que a Companhia e suas controladas não possuem nenhum instrumento com potencial dilutivo. A média ponderada da quantidade de ações ordinárias utilizadas no cálculo corresponde à quantidade de ações em circulação média dos períodos apresentados.

	2019 [1] (Reapresentado)	2018 [1] (Reapresentado)	2017 [1] (Reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	9.616	(14.017)	7.299
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	122.515.675	122.515.675	122.515.675
Lucro líquido (prejuízo) por ação básico e diluído (em R$)	0,08	(0,11)	0,06

[1] Considera o desmembramento de ações ocorrido em 7 de dezembro de 2020, divulgado na nota explicativa n° 35.

25.f. Outros resultados abrangentes

Em conformidade com o disposto no CPC 02 (R2) Efeitos das Mudanças de Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras, equivalente à IAS 21, que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão", decorrente da conversão das demonstrações financeiras e suas controladas no exterior e da conversão dos respectivos ágios oriundos das suas aquisições, quando aplicável.
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desta rubrica era credor em R$11.131 (credor em R$9.382 em 31 de dezembro de 2018 e credor em R$3.668 em 31 de dezembro de 2017). Essa variação deve-se, principalmente, pelas variações ocorridas nas principais moedas funcionais das controladas, diferentes do Real (vide nota explicativa n° 2.3).

26. RECEITA

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Serviços prestados no país	275.470	183.535	136.319	483.542	343.982	192.742
Serviços prestados no exterior	1.002	1.789	1.152	10.614	4.249	1.287
Serviços do consórcio Foz-Ocean	-	-	597	-	-	597
Receita bruta	276.472	185.324	138.068	494.156	348.231	194.626
Tributos sobre receita (*)	(29.540)	(23.568)	(17.361)	(50.941)	(46.898)	(23.961)
Receita líquida	246.932	161.756	120.707	443.215	301.333	170.665

(*) Referente aos tributos incidentes sobre a receita, sendo 7,6% referente à COFINS, 1,65% ao PIS e 2% a 5% ao ISS sobre os serviços prestados.

Na controlada Servmar os tributos incidentes sobre receita representam 0,65% e 1,65% de contribuição para o PIS, 3% e 7,6% de COFINS, e uma alíquota variável de 2% a 5% de ISS.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os principais clientes da Companhia foram Petrobras Petróleo Brasileiro S.A., Chevron Brasil Upstream Frade Ltda. e Dommo Energia S.A., responsáveis por 42%, 5% e 9% da receita bruta da Companhia. O cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 47% do total da receita bruta consolidada e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. e Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística), representou 66% da receita bruta consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os principais clientes da Companhia foram Petrobras Petróleo Brasileiro S.A., Chevron Brasil Upstream Frade Ltda. e Dommo Energia S.A., responsáveis por 37%, 12% e 13% da receita bruta da Companhia. O cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 57% do total da receita bruta consolidada e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. e Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística), representou 67% da receita bruta consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os principais clientes da Companhia foram Petrobras Petróleo Brasileiro S.A., Chevron Brasil Upstream Frade Ltda. e Dommo Energia S.A., responsáveis por 47%, 14% e 14% da receita bruta da Companhia. O cliente Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. representou 51% do total da receita bruta consolidada e, em conjunto com outras empresas do Grupo Petrobras (Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. e Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística), representou 64% da receita bruta consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: (i) embarcações e (ii) serviços.

O principal tomador de decisões da Companhia não analisa determinadas contas de resultado tais como resultado financeiro, tributos sobre o lucro, além das contas patrimoniais segregadas por segmento operacional. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

As principais informações sobre resultado por segmento de negócio, estão resumidas a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Embarcações	Serviços	Consolidado
Receita líquida	242.587	200.628	443.215
Custo dos serviços	(197.436)	(165.963)	(363.399)
Lucro (Prejuízo) bruto	45.151	34.665	79.816
Despesas gerais e administrativas	(27.677)	(22.376)	(50.053)
Equivalência patrimonial	-	4.685	4.685
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	735	5.487	6.222
EBIT	18.209	22.461	40.670
(+) Depreciação e amortização	44.292	18.649	62.941
EBITDA	62.501	41.110	103.611

EBITDA	103.611
Depreciação e amortização	(62.941)
Resultado financeiro	(27.936)
Tributos sobre o lucro	(3.118)
Lucro líquido do exercício	9.616

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Embarcações	Serviços	Consolidado
Receita líquida	174.602	126.731	301.333
Custo dos serviços	(128.362)	(99.717)	(228.079)
Lucro (Prejuízo) bruto	46.240	27.014	73.254
Despesas gerais e administrativas	(23.517)	(19.769)	(43.286)
Equivalência patrimonial	-	(1.971)	(1.971)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(6.028)	(1.148)	(7.176)
EBIT	16.695	4.126	20.821
(+) Depreciação e amortização	29.059	10.777	39.836
EBITDA	45.754	14.903	60.657

EBITDA	60.657
Depreciação e amortização	(39.836)
Resultado financeiro	(41.672)
Tributos sobre o lucro	6.834
Prejuízo do exercício	(14.017)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Embarcações	Serviços	Consolidado
Receita líquida	149.210	21.455	170.665
Custo dos serviços	(115.909)	(13.859)	(129.768)
Lucro (Prejuízo) bruto	33.301	7.596	40.897
Despesas gerais e administrativas	(22.277)	(6.200)	(28.477)
Equivalência patrimonial	-	4.842	4.842
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	3.596	(131)	3.465
EBIT	14.620	6.107	20.727
(+) Depreciação e amortização	26.342	370	26.712
EBITDA	40.962	6.477	47.439

EBITDA	47.439
Depreciação e amortização	(26.712)
Resultado financeiro	(9.386)
Tributos sobre o lucro	(4.042)
Lucro líquido do exercício	7.299

A receita segmentada por área de atuação da Companhia está apresentada a seguir:

Receita líquida consolidada	2019	2018	2017
Ambiental:	254.954	219.423	121.929
Embarcações	131.044	123.087	100.474
Serviços	123.910	96.336	21.455
Subsea:	46.419	-	-
Embarcações	42.942	-	-
Serviços	3.477	-	-
Logística e Engenharia:	141.842	81.910	48.735
Embarcações	68.601	51.516	48.735
Serviços	73.241	30.394	-
Receita líquida total	443.215	301.333	170.664

A Companhia e suas controladas operam nas seguintes áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Noruega, Uruguai, México, Holanda, Ilhas Cayman e Reino Unido. Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto a seguir:

	2019	2018	2017
Brasil	432.601	297.084	169.378
Outros países	10.614	4.249	1.287
Receita líquida consolidada	443.215	301.333	170.665

	31/12/19	31/12/18	31/12/17
Brasil	372.039	257.093	277.251
Outros países	131.791	137.048	55.001
Ativos não circulantes consolidado	503.830	394.141	332.252

28. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Pessoal	88.471	52.529	49.607	179.878	116.007	65.920
Aluguéis e afretamentos	12.065	27.079	21.251	16.828	33.810	21.924
Depreciação e amortização	36.371	18.750	15.807	62.941	39.836	26.712
Viagens, transportes e refeições	10.236	6.635	5.631	14.411	8.273	6.987
Serviços de terceiros	37.953	14.185	10.822	65.772	29.369	15.185
Insumos e manutenção	34.260	19.001	13.313	46.410	32.900	15.976
Despesas aduaneiras	289	921	977	289	921	977
Tributos e despesas legais	1.277	638	595	2.218	1.635	1.012
Despesas com seguros	2.433	1.701	1.693	3.707	2.869	2.256
Outros custos e despesas	2.826	(769)	792	20.998	5.745	1.296
Total	226.181	140.670	120.488	413.452	271.365	158.245
Classificados como:						
Custos dos serviços prestados	198.973	118.975	99.768	363.399	228.079	129.768
Despesas gerais e administrativas	27.208	21.695	20.720	50.053	43.286	28.477
	226.181	140.670	120.488	413.452	271.365	158.245

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Multas contratuais - clientes	(333)	(4.123)	(580)	(839)	(5.673)	(619)
Reversão de provisão de multa	-	-	3.311	-	-	3.061
Indenizações - Seguros	842	(1.300)	1.398	868	(898)	1.398
Ganhos na venda de imobilizado	-	-	-	3.442	-	-
Ganho na remensuração de investimento detido antes da combinação de negócios (nota explicativa n° 14)	2.142	-	-	2.142	-	621
Ganho de compra vantajosa (nota explicativa n° 14)	-	-	-	125	-	394
Outras receitas e despesas operacionais	(25)	(468)	(41)	484	(605)	(1.390)
Totais	2.626	(5.891)	4.088	6.222	(7.176)	3.465

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu em multas, devido descumprimento de cláusulas contratuais com o cliente Petrobras, no valor de R$333 (R$4.123 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e R$579 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a controlada Servmar, incorreu em multas, devido descumprimento de cláusulas contratuais com o cliente Petrobras, no valor de R$327 (R$1.516 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a controlada OceanPact Navegação, incorreu em multas, devido descumprimento de cláusulas contratuais com o cliente Petrobras, no valor de R$179 (R$34 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 289 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

30. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Receitas financeiras						
Rendimentos de aplicações financeiras	326	449	725	954	885	1.652
Variações cambiais	1.274	941	236	-	-	235
Juros	466	286	719	859	286	896
Outras receitas	50	83	120	60	106	121
	2.116	1.759	1.800	1.873	1.277	2.904
Despesas financeiras						
Juros e encargos bancários	(7.174)	(2.854)	(817)	(15.607)	(9.319)	(6.491)
Variações cambiais	-	-	-	(9.374)	(32.798)	(3.241)
Juros e encargos - arrendamentos	(3.633)	(303)	(796)	(3.928)	(371)	(796)
Tributos sobre receitas financeiras	(39)	(39)	(73)	(91)	(58)	(118)
Multas e outras despesas	(459)	(115)	(1.178)	(809)	(403)	(1.644)
	(11.305)	(3.311)	(2.864)	(29.809)	(42.949)	(12.290)
Resultado líquido financeiro	(9.189)	(1.552)	(1.064)	(27.936)	(41.672)	(9.386)

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores contabilizados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, estão discriminados a seguir.

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	12.785	(11.398)	10.407	12.734	(20.851)	11.341
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota vigente	(4.347)	3.875	(3.538)	(4.330)	7.089	(3.856)
Equivalência patrimonial	477	(8.514)	682	(405)	41	82
Prejuízo fiscal - Investidas exterior	(2.172)	2.172	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	2.913	-	-	2.913	-	-
Gratificação e bônus aos administradores	(318)	(136)	-	(454)	(224)	-
Outros saldos	278	(16)	(252)	(842)	(72)	(268)
IRPJ e CSLL	(3.169)	(2.619)	(3.108)	(3.118)	6.834	(4.042)
IRPJ e CSLL corrente	(5.150)	(5.030)	(2.332)	(9.380)	(8.666)	(5.545)
IRPJ e CSLL diferido	1.981	2.411	(776)	6.262	15.500	1.503

32. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possui saldo em aberto a pagar referente contratação de afretamento do fornecedor Seacor Offshore do Brasil (em 31 de dezembro de 2018 o valor era de R$687 e, em 31 de dezembro de 2017 o valor era de R$1.030), conforme prazo estabelecido entre as partes.

33. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar seguros em montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 31 de dezembro de 2019, as principais apólices de seguro contratadas com terceiros que a Companhia e suas controladas possuíam são as seguintes:

Natureza do seguro / item segurado	Seguradora	Vigência (*)	Valor segurado
Embarcações	West of England	Dez/2020	426.944
Responsabilidade civil	Fairfax Brasil	Dez/2020	n/a

(*) As apólices de seguro contratadas pelo Grupo são renovadas anualmente.

34. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As transações apresentadas a seguir não envolveram caixa nos exercícios apresentados:

- A Companhia, em 5 de setembro de 2018, realizou um contrato com a BP Energy do Brasil Ltda. e reconheceu em seus estoques o valor de R$8.466, tendo como contrapartida um crédito no passivo.
- Em julho de 2019, a Companhia realizou o descarte de bens do imobilizado, no valor de R$224 (nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não ocorreram transações desta natureza).
- Em outubro de 2019, foi estornada a operação de venda Embarcação Marimar, ocorrida em 2018, com valor residual contábil de R$732 (custo corrigido de R$1.979 e R$1.247 de depreciação) (vide nota explicativa n° 16).
- Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui o valor a pagar de R$366, referente aquisição de imobilizado com pagamento em 2020 (em 31 de dezembro de 2018 existia saldo a pagar de R$12 referente à aquisição de ativo imobilizado com pagamento em 2019 e, em 31 de dezembro de 2017 existia saldo a pagar de R$473 referente à aquisição de ativo imobilizado com pagamento em 2018).
- No contexto da aquisição de controle pela Companhia na Servmar, o preço de aquisição contemplava contraprestação transferida e contraprestação contingente, esta última mensurada pelo seu valor justo na data da aquisição em R$3.491 e reconhecida como "Outras obrigações" (vide notas explicativas n° 14.2.b e 23). Os valores efetivamente pagos referentes a esta contraprestação contingente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram R$1.080 e R$178, respectivamente.
- Em 31 de dezembro de 2018, a controlada OceanPact Netherlands possui saldo de fornecedores no montante de R$1.927, decorrente de aquisição de ativo imobilizado, pago em 2019.
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a controlada Servmar firmou contrato de financiamento junto ao Banco Itaú, para aquisição de determinados itens de ativo imobilizado no valor de R$4.571 (vide nota explicativa n° 20).

- No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Controladora efetuou uma redução de capital, através de recompra de ações, em sua investida OceanPact International no valor de R$4.204 (vide nota explicativa n° 14.1.a), tendo recebido o valor de R$2.716 naquele exercício e o saldo remanescente, de R$1.488 foi contabilizado como outras contas a receber desta investida (vide nota explicativa n° 22.4).

35. EVENTOS SUBSEQUENTES (Reapresentado)

Impacto COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou que o surto do coronavirus Covid-19 configura uma epidemia em escala global. A pandemia, até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, demonstrou ter impactos relevantes e condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimento global. O Grupo vem unindo esforços para planejar e implementar ações de combate à COVID-19, com investimentos realizados até esta data que superaram R$3.000. A seguir apresentamos as principais ações tomadas pelo Grupo:

- Rápida ativação do Comitê de Crise COVID-19 com reuniões diárias;
- Estabelecimento de rigorosos protocolos para trabalho nas embarcações, bases portuárias, estaleiros, e escritórios, bem como para os pré-embarques, pós-embarque e deslocamentos;
- Compras e disponibilização de equipamentos de proteção individual específicos, itens de higienização e equipamentos clínicos para os colaboradores em suas atividades, bem como nos casos de isolamento (disponibilização de álcool gel, distribuição de máscaras de proteção e medição de temperatura dos empregados);
- Criação do "Projeto Granja Comary", com seis pousadas dedicadas para realização de quarentena pré-embarque das tripulações, incluindo distribuição de kits de higiene, alimentação e limpeza, e acompanhamentos clínico e nutricional diários;
- Realização de mais de 4.000 testes para controle de COVID-19 (PCR, sorológico, rápidos e antígeno) em colaboradores, fornecedores e parceiros;
- Aumento do período de embarque, aumentando a segurança da tripulação;
- Disponibilidade de Médico dedicado para atendimentos e orientações específicas de COVID-19 para colaboradores;
- Monitoramento da saúde dos colaboradores com instalação de Sala de Situação COVID-19, 24 horas por dia, 7 dias na semana, e disponibilização de Painel de Controle para o Comitê de Crise e Diretorias;
- Intensificação da comunicação com colaboradores para compartilhamento de informações qualificadas e orientações, a partir de distribuição de comunicados, cartilhas, vídeos e webinários;
- Implementação da Central de Saúde, para apoio clínico e emocional 24 horas por dia, 7 dias na semana, para colaboradores e dependentes;
- Implementação de Programa de Ação Unificada pela Saúde (P.A.U.S.A.), com profissionais de saúde, realizando aulas remotas de atividades físicas e de atenção plena, 3 vezes por dia; e
- Realização de rodas de conversa para gestão de clima dos colaboradores.

O Grupo prontamente determinou regime remoto de trabalho para os colaboradores e foi pioneiro no estabelecimento de protocolos. Poucos de seus colaboradores foram contaminados pela COVID-19.

A eficácia das ações implementadas permitiu ao Grupo a manutenção de suas atividades, do orçamento previsto para o ano a findar-se em 31 de dezembro de 2020 - sem perda de receita, apesar do cenário absolutamente adverso. Desta forma, a Administração da Companhia, com base no exercício de seu melhor julgamento, entende não ser necessária a constituição de provisões contábeis proporcionadas por incertezas e riscos de perdas futuras relacionadas ao COVID 19 em suas operações.

Os eventos e condições geradas pela disseminação do COVID 19 não geraram incertezas relacionadas a continuidade operacional da Companhia, impairment de ativos não financeiros, realização dos tributos diferidos, de itens do ativo não circulante, imobilizado, estoques, intangível e contas a receber junto a terceiros/clientes. Adicionalmente, até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não houve a necessidade de revisão geral do plano orçamentário da Companhia e suas controladas, para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 e exercícios posteriores.

Reestruturação societária

Em 13 de agosto de 2020, a Companhia passou a deter de forma direta a participação de 50% na OML, anteriormente detida pela OceanPact International.

Aquisição SLP

A Companhia adquiriu o controle da empresa Santa Lúcia Patrimonial Ltda., esta detentora de 100% de participação na empresa SLI Meio Ambiente e Infraestrutura Eireli, em 20 de agosto de 2020, quando passou a ser detentora de 96,78% de participação desta investida (vide nota explicativa n° 13). O recurso financeiro do empréstimo a terceiros foi utilizado pela Companhia, em 20 de agosto de 2020 e o preço de aquisição foi de R$6.042, valor referente ao saldo de empréstimos a terceiros na data da aquisição, totalmente utilizado.

Aumento de capital

Em 29 de setembro de 2020 foi realizado aumento de capital da Companhia, decorrente da incorporação reversa da Tinharé Participações S.A., no montante de R$8.432 mil, passando o capital social da Companhia a ser de R$42.999, dividido em 5.128.427 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. A Tinharé Participações S.A., anteriormente holding não operacional da OceanPact Serviços mantinha somente investimento na Companhia e, após a incorporação reversa, esta empresa foi extinta.

Emissão de debêntures

A Companhia emitiu debêntures em 28 de setembro de 2020 e em 30 de setembro de 2020 e captou com essas duas emissões o valor total de R$265.000, tendo sido liberado o valor de R$204.000 em 28 de setembro de 2020, R$45.375 em 30 de setembro de 2020 e R$15.626 em 1° de outubro de 2020. Tais debêntures têm prazo de vencimento em 2025 e taxa de remuneração anual de CDI + 5,50%. Foram oferecidos como garantias contratos firmados de prestação de serviços com a Petrobras e aval do acionista controlador (pessoa física) da Companhia. A Companhia está sujeita ao atendimento de determinadas cláusulas restritivas não financeiras a serem medidas anualmente pela sua dívida líquida/EBITDA. A Companhia utilizou parte dos recursos captados para quitar empréstimos de curto prazo e assim alongar seu perfil de dívida. Nesse contexto, alguns saldos relevantes de empréstimos e financiamentos foram quitados antes da emissão dessas demonstrações financeiras, como por exemplo saldos com o Banco Itaú, Banco Bradesco, Banco BOCOM BBM, Banco Guanabara e Banco ABC. Em termos consolidados, foi amortizado o montante de R$145.585 no período de três meses findo em 30 de setembro de 2020. Com parte dos recursos advindos da emissão de debêntures, foi realizado um contrato de mútuo entre Companhia e sua investida Geociências, no valor de R$21.000 em 14 de agosto de 2020 e um contrato de mútuo entre Companhia e sua investida Servmar no valor de R$5.814 em 28 de setembro de 2020.

Novos arrendamentos

O Grupo firmou novos contratos de arrendamento relacionados a arrendamentos de imóveis, com prazos contratuais de 3, 10 e 25 anos, que entende ser de grande importância para a continuidade e ampliação de seus negócios. Estes novos arrendamentos firmados após a data-base destas demonstrações financeiras e antes de sua emissão, representaram um incremento no ativo e passivo da Companhia de R$21.951 (R$45.730 em termos consolidados).

Adicionalmente, nos meses de outubro e novembro de 2020 foram firmados dois novos contratos de arrendamento das embarcações Havila Harmony e UP Água Marinha, com prazos contratuais de 3 anos, que representaram um incremento no ativo e passivo da Companhia, em termos consolidados, de R$65.003.

Plano de concessão de ações

Em 27 de novembro de 2020, a assembleia geral da Companhia aprovou um Plano de Concessão de Ações autorizando a outorga de 89.553 (oitenta e nove mil quinhentas e cinquenta e três) das ações ordinárias de emissão da Companhia que haviam sido destinadas à tesouraria no âmbito da incorporação da Tinharé Participações S.A., aprovada em 29 de setembro de 2020. Ainda em 27 de novembro de 2020, com aprovação do Conselho de Administração, foi realizada a concessão de tais ações a diretor da Companhia, ficando sujeitas, porém, nos termos do contrato de concessão, a Períodos de Restrição (em que não podem ser transferidas ou oneradas e se sujeitam a opções de recompra pela Companhia em caso de desligamento ou falecimento) que se estendem até a conclusão de seus respectivos Períodos de Aquisição (conforme definidos no respectivo contrato). Por força dessa concessão, foi reconhecida uma despesa no valor de R$4.572 no mês de novembro de 2020.

Parcelamento de tributos

No dia 26 de novembro de 2020 foi solicitado junto ao sistema e-CAC da Receita Federal do Brasil parcelamento ordinário de impostos e contribuições federais em montante equivalente a R$ 22.671, sendo estes de naturezas diversas. A requisição foi aprovada posteriormente pelo órgão competente com prazo de pagamento de 60 meses, incluindo custos de 20% de multa sobre o montante total mais atualização pela Selic.

Novas captações de empréstimos e financiamentos

No segundo trimestre de 2020, a Companhia captou R$20.486 junto ao BNDES e utilizou estes recursos na aquisição da embarcação Sealion.

Em 28 de outubro de 2020, a Companhia contratou empréstimo com o Banco BBM a uma taxa de CDI + 4,4% a.a. no montante de R$ 10.000 para capital de giro, com carência de 7 meses e prazo total de 59 meses.

Em 13 de novembro de 2020, a Companhia contratou empréstimo com o Banco ABC a uma taxa de CDI + 4,5% a.a. no montante de R$ 10.000 para capital de giro, com carência de 12 meses e prazo total de 48 meses.

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia contratou empréstimo com o Banco Votorantim a uma taxa de CDI + 4,5% a.a. no montante de R$ 10.000 para capital de giro, com carência de 12 meses e prazo total de 36 meses.

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada Servmar, contratou empréstimo com o Banco BBM a uma taxa de CDI + 4,4% a.a. no montante de R$ 10.000 para capital de giro, com carência de 7 meses prazo total de 60 meses.

Em 26 de novembro de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada OceanPact Geociências, contratou empréstimo com o Banco BBM a uma taxa de CDI + 4,4% a.a. no montante de R$ 10.000 para capital de giro, com carência de 7 meses prazo total de 60 meses.

Obrigações não pecuniárias das debêntures

Em 4 de novembro de 2020, a Companhia identificou e prontamente informou ao agente fiduciário acerca de atraso no cumprimento de determinadas obrigações não pecuniárias no âmbito de sua primeira emissão de debêntures relacionadas à (i) não apresentação do protocolo do instrumento de alienação fiduciária sobre a embarcação Seabulk Angra perante a Capitania dos Portos no prazo previsto na escritura da Primeira Emissão, (ii) não apresentação de cópias eletrônicas registradas em cartório, dos termos de liberação relativos às CCBs com Banco Bradesco S.A., e (iii) notificação da cessão fiduciária relativa ao contrato Petrobras, ao agente fiduciário da Primeira Emissão.

A Companhia, antes da data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas reapresentadas, recebeu aprovação formal dos bancos, onde estes renunciaram ao direito de declarar o vencimento antecipado dos saldos devidos pela Companhia, embora as obrigações não pecuniárias das debêntures mencionadas no parágrafo acima tenham sido cumpridas fora do prazo determinado inicialmente. Nesse contexto, a Assembleia Geral dos Debenturistas, realizada em 15 de dezembro de 2020 e arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 31 de dezembro de 2020, deliberou sobre a não declaração de vencimento antecipado das debêntures por parte dos debenturistas, em função do atraso no cumprimento das obrigações não pecuniárias anteriormente mencionadas.

Acidente envolvendo embarcação

A embarcação Carmen, de propriedade da Companhia, com 322 tonelagem de porte bruto (TPB), representativa de 0,8% da tonelagem da frota da Companhia, afretada a casco nu pela controlada OceanPact Geociências com o objetivo de execução de serviços de aquisição de dados oceanográficos, naufragou no dia 20 de novembro de 2020, a cerca de 98 km do Cabo de São Tomé, na Bacia de Campos, sem deixar vítimas.

Para enfrentamento deste cenário, as seguintes ações foram tomadas pela Companhia:

- Resgate imediato e apoio incondicional com acompanhamento psicológico a todos os tripulantes e seus familiares;
- Informação imediata à Marinha do Brasil e ao IBAMA;
- Acionamento imediato do Programa de Resiliência da empresa, com a criação imediata do Time de Gestão de Emergência, nível operacional da gestão da resposta, e o Time de Gestão de Crise, com envolvimento da diretoria técnica e da alta gestão;
- Acionamento de embarcações para atuar no suporte necessário ao sinistro;
- Definição e execução do plano de contingência com atenção aos possíveis impactos ambientais e mitigação de riscos;
- Acionamento da seguradora emissora da apólice de seguro de Casco e Máquinas, responsável pelo CARMEN, cuja cobertura de sinistro tem valor indenizável aproximado de US$1 milhão (um milhão de dólares americanos) - o valor residual contábil em 30 de setembro de 2020 desta embarcação era R$175;
- Acionamento da seguradora (Clube de P&I West of England) emissora da apólice de seguro P&I ("Protection and Indemnity"), responsável pela frota, cuja cobertura de sinistro tem valor indenizável de US$ 8 bilhões (oito bilhões de dólares americanos), limitado a US$ 1 bilhão (um bilhão de dólares americanos) para danos ambientais envolvendo poluição;
- Instalação de uma comissão de investigação independente com participação de empresa de renome internacional para apurar as causas do incidente.

Já foi apurado que a embarcação afundou com 64 m3 de óleo a bordo (diesel, fluido hidráulico e lubrificante); que pequenos filmes oleosos foram observados na superfície nos primeiros dias após o incidente através de sobrevoos, que está assentado no fundo do mar longe de qualquer ativo submarino ou de áreas ambientalmente sensíveis; e que não há mais sinal de vazamento de óleo.

A Administração estima que outras embarcações similares, que atendam os mesmos requisitos técnicos para as prestações de serviços contratados pela embarcação Carmen, estarão disponíveis para substituí-la de forma a atender às demandas contratadas sem efeito significativo no resultado dos projetos planejados.

Abertura do capital

Em ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de dezembro de 2020, e arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 2020, foi aprovada a abertura do capital da Companhia e submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, Categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7/12/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") e o desmembramento das ações da Companhia de 1 para 25 ações.